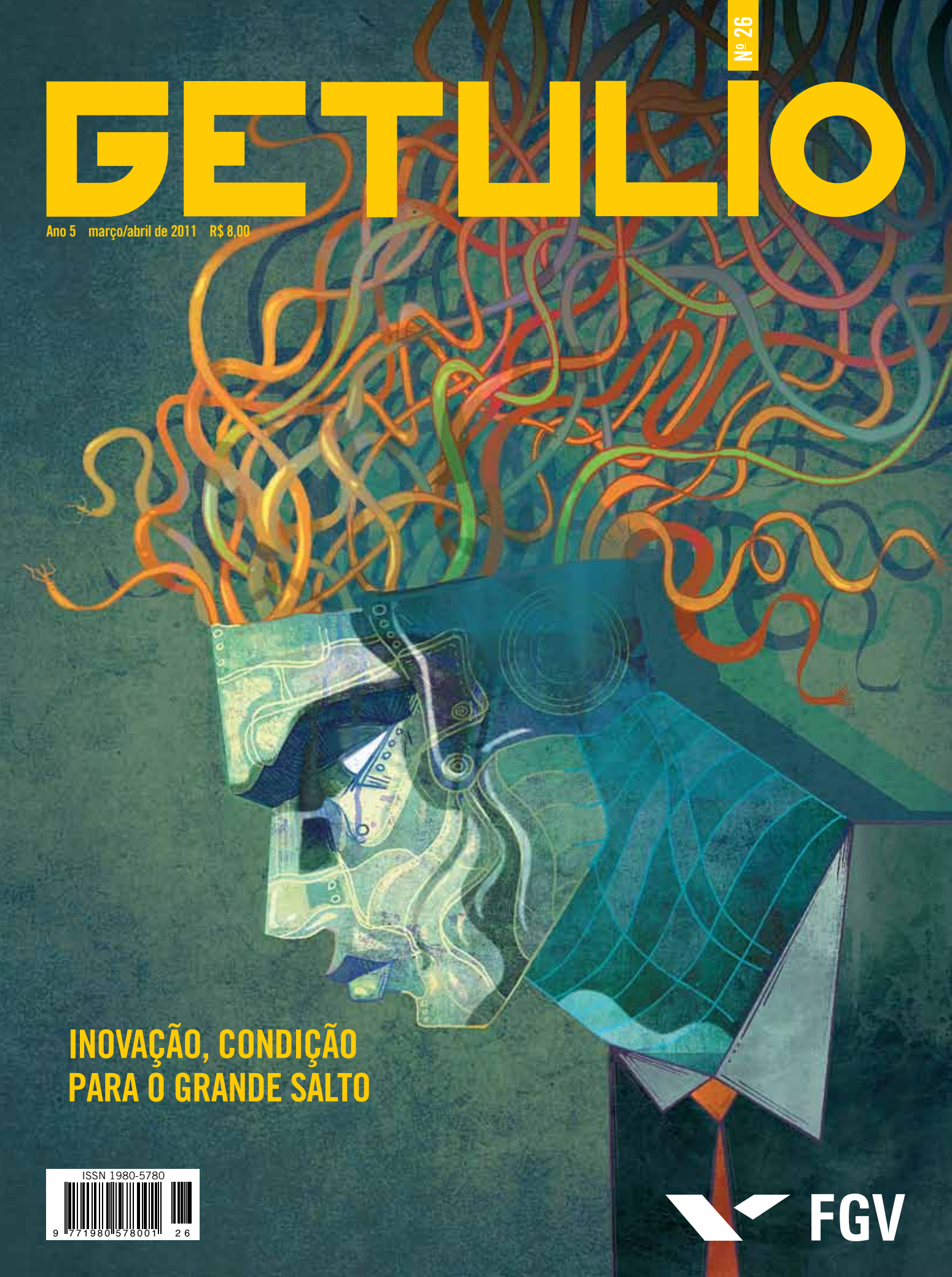
# GETULIO

Nº 26

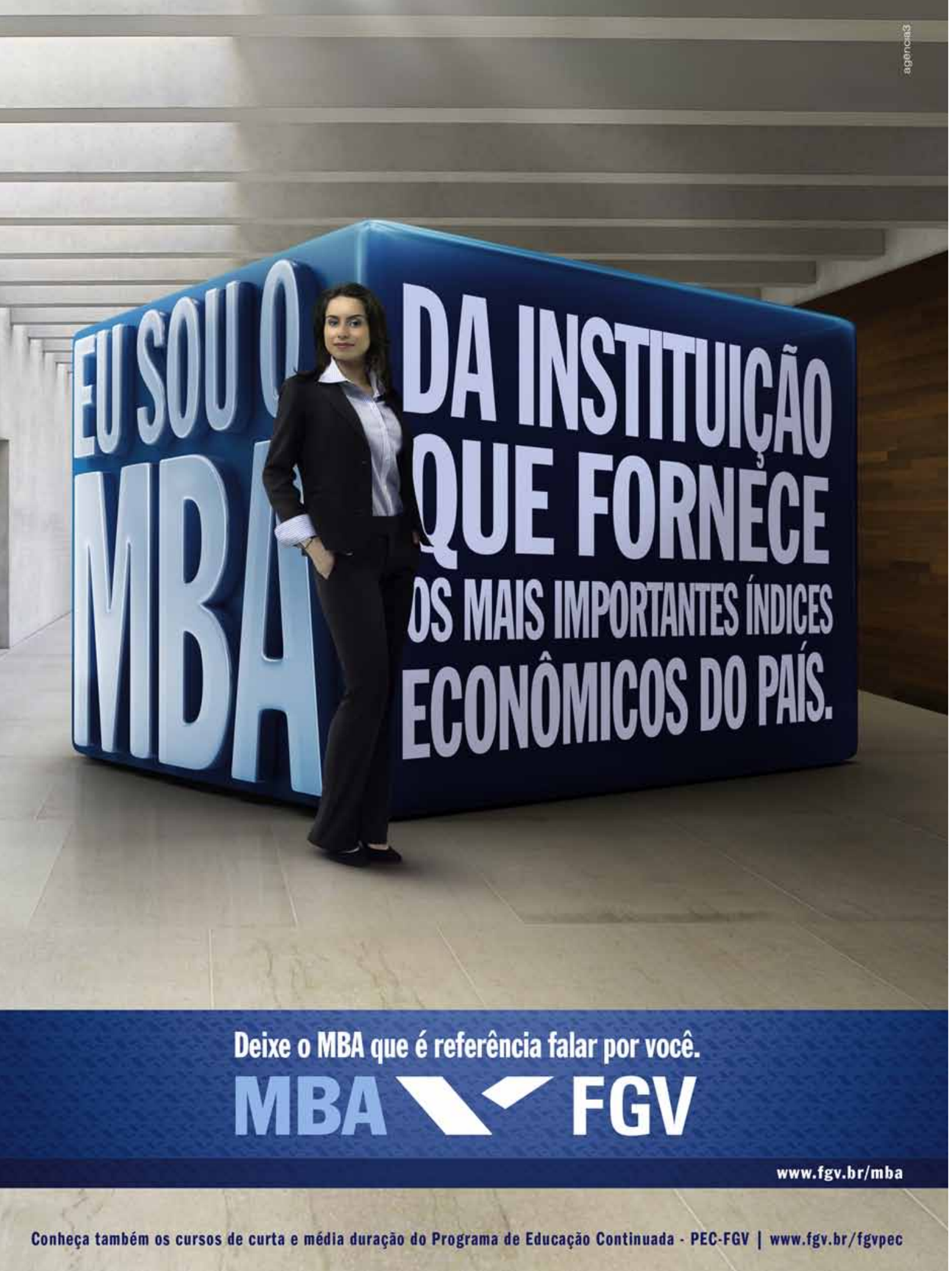
Ano 5 março/abril de 2011 R$ 8,00



## INOVAÇÃO, CONDIÇÃO PARA O GRANDE SALTO

ISSN 1980-5780

FGV




# MISSÃO INOVADORA

Ao se despedir do comando da Escola de Direito de São Paulo, a Direito GV, de que foi mentor e criador, o Dr. Ary Oswaldo Mattos Filho tem a certeza da missão inovadoramente cumprida. "A escola nasceu dentro de um processo de mudança radical na maneira de ensinar o Direito", diz. "Aqui não temos congregação e departamentos, os professores não têm cátedra nem são titulares de cadeira, fazendo uma rotação por segmentos do conhecimento jurídico. Essa é uma experiência nova e não é um processo comum." Na entrevista que publicamos a partir da página 42, Ary Oswaldo conta sua trajetória de professor e de advogado, e abre espaço para discorrer sobre os pequenos prazeres da vida. Agora é hora de ver de longe o núcleo por ele implantado trilhar os caminhos da inovação. "A missão está cumprida. E se essa escola teve o sucesso que dizem que tem, foi devido à inovação acertada. E minha sacola de inovações começa a esgotar o estoque", concluiu, rindo.

"Faculdade de Direito pensar inovação é a coisa mais inovadora que pode haver", afirmou o diplomata Ademar Seabra da Cruz Junior, chefe da Divisão de Ciência e Tecnologia do Ministério das Relações Exteriores, ao final do debate que é nosso principal destaque. Para refletir sobre a importância de tornar a inovação uma preocupação sistêmica no país, consolidando o salto que buscamos, reunimos alguns intelectuais entusiastas do tema. Discutir desenvolvimento e projeto de país já foi assunto fora de moda nos anos 80 e 90, quando o tema caíra em desuso nos meios acadêmicos e políticos. Mas paradigmaticamente ele está inscrito na linha do programa de mestrado da Direito GV, "Direito e Desenvolvimento". Os desafios da inovação são enormes "no país em que até Einstein teria de corrigir provas", na fina observação de outro participante do debate, o professor Gilberto Bercovici, titular da Faculdade de Direito da USP. Além do diplomata Seabra e de Bercovici, compuseram a mesa do debate o Dr. Alessandro Octaviani, da Faculdade de Direito da USP, professor do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Mackenzie e de Direito na Escola de Economia da FGV; e o deputado federal Newton Lima Neto. Formado em Engenharia Química pela Escola Politécnica da USP, onde se doutorou, Newton Lima foi reitor da Universidade Federal de São Carlos e prefeito daquela inovadora cidade (2001-2004 e 2005-2008). Em comum, todos têm um sólido otimismo na visão de futuro do país, caso estimulado a investir em inovação. "Há vontade e concepção política para mudar. Agora, é preciso que arregacemos as mangas", concluiu Newton Lima.

Em torno da inovação há muito a ler. A começar pela entrevista com Luiz Marinho, prefeito de São Bernardo do Campo. Com uma longa e inventiva militância sindical, o ex-ministro do Trabalho e da Previdência Social é inovador nato. Foi assim em seu tempo de presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, quando foi às matrizes no exterior contornar as demissões em massa programadas pela indústria automobilística, e como é agora à frente da administração de São Bernardo: Luiz não se limita a resolver os problemas do dia a dia da cidade, mas vai além, buscando novas propostas, como a de vocacionar a cidade para ser um pólo da indústria aeronáutica e da defesa, ou garantir a implantação de incubadoras e centros de tecnologia e desenvolvimento juntando a pesquisa da universidade com os centros de inovação das indústrias. Ao programar a distribuição de 15.000 net-books na rede de ensino básico dá mais uma mostra de seu tino inovador.

Abrindo a revista, Alessandro Octaviani e Marco Aurélio Braga dão uma bela aula sobre o que é inovação e como entender esse processo. O advogado e jornalista Rafael Gregorio ouviu especialistas e leu inúmeros relatórios e estudos para escrever um artigo e uma reportagem. Em "Inovação, momento Sputnik desta geração", ele mostra que as empresas que mais gastam em pesquisa não são as que mais criam. Inovar é fazer mais com menos. Na reportagem, ele levantou histórias de sucesso, como a da Bematech, da Verdartis, da Nanox, e do Photoprot, filtro solar baseado em nanotecnologia nacional, iniciativa das professoras Adriana Pohlmann e Silvia Guterres da UFRGS ao adaptar conhecimento sobre sistemas dispersos e poliméricos para produtos dermatológicos e cosméticos.

As recomendações de ótimos livros, por Nelson Eizirik, as descobertas de Rita Drummond no mundo das artes plásticas, as indicações de filmes de Fábio Fujita, e a bela entrevista realizada por José Geraldo Oliveira com o maestro Roberto Duarte, criador da orquestra do Theatro São Pedro, completam o cardápio. Até maio.

Leandro Silveira Pereira

FGV

Fundação Getulio Vargas
Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das ciências sociais, particularmente economia e administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável

Sede: Praia de Botafogo, 190 – cep 22250-900 – Rio de Janeiro – RJ
ou Caixa Postal 62.591 – cep 22257-970 – Tel.: (21) 3799-6000

Primeiro-Presidente e fundador: Luiz Simões Lopes
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-Presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles (licenciado), Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque (licenciado) e Sergio Franklin Quintella

Conselho diretor
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-Presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles (licenciado), Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque (licenciado) e Sergio Franklin Quintella
Vogais: Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Ernane Galvêas, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Manoel Pio Corrêa Jr., Marcílio Marques Moreira e Roberto Paulo Cezar de Andrade.
Suplentes: Alfredo Américo de Souza Rangel, Antonio Monteiro de Castro Filho, Cristiano Buarque Franco Neto, Eduardo Baptista Vianna, Jacob Palis Júnior, José Ermírio de Moraes Neto, José Julio de Almeida Senna, Marcelo José Basílio de Souza Marinho e Nestor Jost.

Getulio
ISSN: 1980-5780
revistagetulio@fgv.br

Publisher: Leandro Silveira Pereira
Editor: Carlos Costa
Design gráfico e editoração eletrônica: André Spinelli
Coordenação editorial: Andreza Mendonça Caetano
Produção editorial: José Geraldo Oliveira
Ilustração da capa: Weberson Santiago

Colaboraram nesse número: José Batista Carvalho (revisão), Weberson Santiago (ilustrações), Gustavo Scatena (fotografia), Alessandro Octaviani, Emerson Ribeiro Fabiani, Fábio Fujita, Gabriella de Lucca, José Geraldo Oliveira, Juliana Schumann, Luís Mauro Sá Martino, Maria Rita Drummond, Marco Aurélio Cezarino Braga, Nelson Eizirik, Rafael Gregorio e Rui da Silva Santos.

Jornalista responsável: Carlos Roberto da Costa (MTPS 11.862)

Publicidade – Representantes
São Paulo – Bernardo Leschziner (11) 8926-1415 e Mônica Carboni (11) 8104-1632
Rio de Janeiro – Ricardo Luttigardes (21) 9217-3931
Brasília – Charles Marar Filho (61) 3321-0305
Minas Gerais – Álvaro Rocha e Rosina Bernardes (31) 3261-3854
Porto Alegre – Roberto Gianoni (51) 3388-7712
Norte e Nordeste – Luciano Moura (81) 3466-1308

Direito GV
Diretor: Ary Oswaldo Mattos Filho
Vice-Diretor acadêmico: Antonio Angarita
Vice-Diretor administrativo: Paulo Goldschmidt

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
DIREITO GV
ESCOLA DE DIREITO DE SÃO PAULO

FGV GVlaw
GVlaw
Diretor Executivo: Leandro Silveira Pereira

Endereço Direito GV:
Rua Rocha, 233 – 01330-000
São Paulo – SP
Tel.: 3799-2200
www.fgv.br/direitogv/gv*law*

Impressão e Acabamento: Intergraf Soluções Gráficas

# SUMÁRIO

Ano 5 março/abril de 2011, N° 26

**03 Missão inovadora**
*Por Leandro Silveira Pereira*

**06 Notas curtas: notícias do mundo do Direito**

**08 Vida acadêmica: teses que apontam novos caminhos**

**10 Periscópio: Apertar o passo**
*Por Alessandro Octaviani e Marco Aurélio Braga*

**14 Inovação, momento Sputnik desta geração**
*Por Rafael Gregorio*

**18 Negociar é inovar**
*Entrevista com Luiz Marinho*

**24 Quem quer faz a hora**
*Debate com Ademar Seabra, Alessandro Octaviani, Gilberto Bercovici, Marco Aurélio Cezarino Braga e Newton Lima Neto*

**36 Reportagem: A ponte do conhecimento ao empreendimento**
*Por Rafael Gregorio*

**41 O passo a passo da capa**
*Por Weberson Santiago*

**41 Regulamentação e jurisprudência**
*Por Rafael Gregorio*

**42 Acerto de contas**
*Entrevista com Ary Oswaldo Mattos Filho*

**48 Escritores brasileiros contemporâneos**
*Por Nelson Eizirik*

**50 Stravinsky - Tradicionalmente novo**
*Por Luiz Mauro Sá Martino*

**52 Cinema: Diretores da geração 2000**
*Por Fábio Fujita*

**56 O maestro que corrigiu Villa-Lobos**
*Entrevista com Roberto Duarte*

**62 Artes Plásticas: Inovação na obra de Cinthia Marcelle**
*Por Maria Rita Drummond*

**66 Fazer mais com menos**
*Por Carlos Costa*




Capa: Inovação como condição para o grande salto. Ilustração de Weberson Santiago inspirada no pôster de Bob Dylan criado pelo designer Milton Glaser e na capa de Elifas Andreato para disco de Caetano Veloso (confira o passo a passo na pág. 41).

FGV EDITORA
Siga-nos no e participe de sorteios de livros. twitter.com/editorafgv




Plano de negócios
um guia prático
José Arnaldo Deutscher

Lançamentos

O que a China quer?
Matias Spektor e Dani Nedal
Organizadores



O que é o Ministério Público?
Alzira Alves de Abreu



Ser feliz hoje
João Freire Filho
Organizador



Repórteres e reportagens
Candice Vidal e Souza



Trotski diante do socialismo real
Carlos Eduardo Rebello de Mendonça



Segurança internacional
Nelson A. Jobim, Sérgio W. Etchegoyen e João Paulo Alsina
Organizadores




Destaques

Política monetária: ideias, experiências e evolução
José Júlio Senna



Comunicação em prosa moderna
De acordo com a nova ortografia
Othon M. Garcia




A reinvenção do livre-comércio
Roberto Mangabeira Unger



www.editora.fgv.br
0800 021 7777 | pedidoseditora@fgv.br

NOTAS CURTAS

Por Gabriella de Lucca

## Direito Rio assina convênio com a China University of Political Science and Law

Foi assinado, no dia 27 de dezembro, por intermédio da professora Paula Spieler, um convênio com a China University of Political Science and Law (CUPL), de Pequim, que permitirá aos alunos da graduação da Direito Rio estudar na universidade chinesa por um semestre, a partir de agosto deste ano. O professor Wei Cui, da CUPL, ministrou o curso "Introduction to Chinese Society and Law" no Rio, de 21 a 25 de fevereiro. Mais informações em http://direitorio.fgv.br/node/1291

## Mais de 20 mil passageiros já foram atendidos pelos juizados dos aeroportos

Desde que entraram em funcionamento, em julho de 2010, os juizados instalados com o apoio da Corregedoria Nacional de Justiça nos cinco principais aeroportos brasileiros atenderam cerca de 20.000 passageiros que enfrentaram problemas na hora de viajar. Desse total, aproximadamente 8.000 pessoas protocolaram reclamações nas unidades e 2.477 acordos foram realizados. Outras 11.066 pessoas recorreram aos juizados para obter informações ou orientações. Só em janeiro, foram atendidas cerca de 3.500 pessoas. As unidades buscam solucionar, por meio de conciliação, problemas enfrentados pelos passageiros na hora de viajar, como overbooking, atraso e cancelamento de voos, extravio de bagagens, entre outros.

Do total de reclamações recebidas no mês, aproximadamente 30% foram solucionadas por meio de acordo amigável entre o viajante e a companhia aérea ou órgão governamental. Os dados se referem aos atendimentos prestados nos aeroportos de Guarulhos e Congonhas, em São Paulo, Galeão e Santos Dumont, no Rio de Janeiro, e JK ,em Brasília. Em cada juizado, os passageiros podem solucionar de imediato os problemas enfrentados, por meio de conciliação. Quando o acordo não é possível, o interessado pode dar entrada em um processo que irá tramitar no juizado mais próximo de seu domicílio.

## 85% dos tribunais já têm ouvidoria

A criação de ouvidorias como canal direto de comunicação para atender às demandas dos usuários e promover o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional já é uma realidade em quase todo o Judiciário brasileiro. Dos 91 tribunais existentes no país (61 federais e 30 estaduais), apenas 14 não possuem ouvidoria formal.

Os poucos tribunais que ainda não contam com esse serviço – cerca de 15% do total – são os Tribunais Regionais Eleitorais (TREs) do Acre, Amapá, Paraíba, Piauí, Paraná, Rio Grande do Norte, Rondônia, Rio Grande do Sul e São Paulo; os Tribunais de Justiça do Acre, Minas Gerais, Pará e Paraná e o Tribunal de Justiça Militar de São Paulo.

Entretanto, os TREs do Acre, Paraná e Rio Grande do Sul; os TJs do Acre, Minas Gerais e do Paraná, e o Tribunal Militar de São Paulo dispõem de serviços como "Fale com o TRE, Fale conosco ou Fale com a Corregedoria". Nos Tribunais Eleitorais do Amapá, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte, Rondônia e Rio Grande do Sul e nos Tribunais de Justiça de Minas Gerais, Paraná, Pará e Acre, as ouvidorias estão em fase final de implantação. O Tribunal de Justiça Militar de São Paulo incluiu a criação de sua ouvidoria no planejamento estratégico de 2011.

Para o ouvidor do Conselho Nacional de Justiça, conselheiro José Adônis de Araújo Sá, a ouvidoria é um importante instrumento de cidadania, pois funciona como um canal de comunicação direta do cidadão sem a necessidade de provocação formal por meio de processos.





## Colação de grau da segunda turma de graduação da Direito GV

A Direito GV promoveu, no dia 6 de janeiro, a cerimônia de colação de grau de sua segunda turma da graduação, com a participação da coordenadora, Adriana Ancona de Faria. No total, 36 alunos compareceram ao encontro, no qual prestaram juramento em relação à advocacia. Este ato outorgou aos estudantes de Direito a titulação de bacharel.

## Direito GV divulga resultado da seleção de casos para a Casoteca

A Coordenadoria Adjunta de Pesquisa e Metodologia do Ensino divulgou o resultado da seleção de casos para a Casoteca Direito GV. Segundo Rafael Mafei Rabelo Queiroz, coordenador adjunto de Pesquisa e Metodologia do Ensino, a Escola recebeu no total 114 propostas, sendo 56 na linha de Direito dos Negócios e Desenvolvimento Econômico e Social, e 58 na linha de Instituições do Estado Democrático de Direito e Desenvolvimento Político e Social.

Dentre todas as propostas, 49 vieram de equipes de pesquisa. O restante foi de propostas individuais. Em relação à distribuição geográfica, 103 são de candidatos que vivem no Brasil – 64 de São Paulo; dez do Rio de Janeiro; cinco do Paraná; cinco do Distrito Federal; quatro de Minas Gerais; quatro do Rio Grande do Sul; quatro de Santa Catarina; três do Ceará; um da Bahia; um do Rio Grande do Norte; um de Pernambuco e um do Pará. Outras 11 propostas vieram do exterior, sendo três da Alemanha; duas dos Estados Unidos; duas da Itália; três de Portugal; e uma da Inglaterra.

A lista com os dez casos selecionados pode ser consultada no site da Direito GV (www.direitogv.com.br).

## Direito GV obtém conceito máximo no índice de cursos do MEC

A Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (Direito GV) está entre as 25 instituições que obtiveram nota 5 no IGC (Índice Geral de Cursos) de 2009, calculado pelo Ministério da Educação. Foi a única instituição privada com foco no ensino do Direito a receber o conceito máximo. A nota varia entre 1 e 5.

O IGC é calculado a partir do desempenho dos alunos no Enade (Exame Nacional de Desempenho de Estudantes), da avaliação dos programas de pós-graduação pela Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e também leva em consideração a titulação do corpo docente, recursos didáticos e pedagógicos, além de planos de ensino e a percepção dos alunos em relação à infraestrutura.

Para Ary Oswaldo Mattos Filho, diretor da Direito GV, "esse resultado é extremamente importante, na medida que demonstra o esforço de professores, alunos e funcionários na busca por se ofertar uma maneira alternativa para o ensino do Direito, tentando adequá-lo ao Brasil atual e ao Brasil que se quer transformar".

Outras quatro Escolas da Fundação Getulio Vargas estão entre as 25 instituições de ensino superior que obtiveram nota 5, no IGC. A Escola Brasileira de Economia e Finanças (EBEF), do Rio de Janeiro, a Escola de Economia de São Paulo (EESP), a Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP), e a Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (EBAPE), também do Rio de Janeiro, obtiveram a nota máxima. A maior nota de todos os cursos do país foi alcançada pela EBEF. Entre as outras instituições que alcançaram a nota 5 estão a Unifesp (Universidade Federal de São Paulo), a UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) e a UFV (Universidade Federal de Viçosa – Minas Gerais).

# VIDA ACADÊMICA

## Teses e dissertações que apontam novos caminhos

Por Gabriella de Lucca

### TRABALHO FORÇADO NO BRASIL

Para analisar o trabalho forçado no sistema de proteção dos direitos humanos e verificar se existe uma harmonização entre os conceitos sobre esse fato nas normas do Brasil e da Organização Internacional do Trabalho (OIT), Luma Scaff elaborou a dissertação de mestrado "Sistema de Proteção dos Direitos Humanos e Trabalho Forçado: o Brasil e a Organização Internacional do Trabalho", orientada pela professora Walküre Lopes Ribeiro da Silva. A defesa da pesquisa ocorreu na Faculdade de Direito da USP em 24 de maio de 2010 perante uma banca formada pelos professores Alberto do Amaral Junior e Ronaldo Lima dos Santos, além da orientadora.

Por meio de um estudo elaborado em ordem cronológica sobre as principais normas da OIT referentes ao trabalho forçado, Luma verificou que existe uma mudança de paradigma em razão da convivência entre o trabalho forçado voltado para a escravidão e o novo conceito ainda em construção do trabalho decente. No Brasil, a proteção ao trabalho digno encontra amparo na Constituição Federal e na Consolidação das Leis do Trabalho. Porém, a previsão expressa está no art. 149 do Código Penal, cuja normatização é feita por fórmulas genéricas, envolve ambiguidades, expressões imprecisas e conceitos jurídicos indeterminados.

"Há uma zona cinzenta entre o direito do trabalho e o direito penal, que dificulta determinar quando se trata de uma irregularidade trabalhista ou de uma infração penal", avalia Luma. Dessa forma, a jurisprudência não tem parâmetros a seguir, o que dificulta a aplicação da norma e demonstra inadequação para outros fins que não o próprio crime. Enquanto as normas da OIT devem ser consideradas de direitos humanos com interpretação extensiva, no Brasil o trabalho forçado é disciplinado por uma norma penal cuja interpretação deve ser restritiva. "Falta uma melhor interação entre as normas, busca-se a homogeneidade no conceito de trabalho forçado, problema que persiste no cenário mundial."

A escolha do tema surgiu das origens da autora, nascida no Pará. "O trabalho forçado é um problema muito importante na Região Norte. Sempre tive vontade de tratar sobre um assunto regional", diz. No início da pesquisa, Luma buscou traçar um paralelo entre o trabalho forçado no Sudeste e no Norte. Entretanto, a orientadora sugeriu uma abordagem interdisciplinar, com a regulação da OIT. A partir de então, a mestranda elaborou uma pesquisa dogmática, recorrendo a jornais e livros. "O estudo interdisciplinar foi importante para evitar a banalização do trabalho forçado, já que nem toda irregularidade trabalhista está prevista no Código Penal", afirma.

A pesquisa foi estruturada em quatro partes. O primeiro capítulo define o marco teórico da dissertação. O segundo aborda a normatização do trabalho forçado no âmbito internacional, enquanto o terceiro foca na legislação nacionas. Uma análise comparativa entre as duas normas é feita no quarto e último capítulo.

Luma conclui que o Direito precisa discriminar as normas do trabalho forçado, visto que faltam critérios legais para diferenciar jornadas exaustivas de condições degradantes. A publicação foi recomendada pela banca e a autora está à busca de editora para lançar o livro.

### PROCESSO LEGISLATIVO ORÇAMENTÁRIO

Em sua tese de doutorado, Luiz Gustavo Bambini de Assis propõe uma reformulação do processo legislativo orçamentário. "Processo Legislativo e Orçamento Público: a Função de Controle do Parlamento" foi elaborada sob orientação do professor e ministro do STF Enrique Ricardo Lewandowski, na USP. A tese foi defendida em banca composta pelos professores Carlos Ayres de Freitas Britto, José Maurício Conti, Michel Temer e a professora Nina Ranieri. Luiz Gustavo afirma que a rediscussão da clássica teoria de separação dos Poderes jamais abriu mão da preservação de valores históricos e inerentes aos próprios modelos de governo. A partir do aprimoramento do processo legal de formação das leis do orçamento, o Legislativo pode mais bem desempenhar a sua função de elaborador de normas e, mais do que isso, aprimorar sua atividade de controle sobre as ações da administração pública na execução do orçamento. "Hoje, o Parlamento está muito limitado, pois a maioria das leis parte do Executivo", explica. "Resta ao Legislativo apenas um papel coadjuvante nesse processo."

No estudo, dividido em cinco capítulos, o autor apresenta propostas de mudança do sistema de formação das leis orçamentárias que, além de não exigirem uma alteração substancial na forma do próprio orçamento autorizativo, pressupõem mudanças pontuais e à disposição do Parlamento, muitas vezes dispensando alterações regimentais, legais ou constitucionais, para participar da elaboração das políticas públicas resultantes das peças orçamentárias e, ainda, mais bem desempenhar suas atividades de controle sobre os gastos públicos.

Na conclusão, o doutorando afirma que o processo legislativo pode se colocar como um instrumento hábil para o redesenho do poder Legislativo. "As leis precisam passar pela Câmara para que ela tenha o papel de influir na elaboração de políticas públicas para o país em discussão com a sociedade", diz. "O trabalho foi difícil, exigiu muita pesquisa, mas ao mesmo tempo é inovador, já que não existem muitos estudos sobre o assunto no Brasil." Luiz Gustavo Assis trabalhou durante cinco anos no Congresso Nacional, tendo oportunidade de acompanhar de perto o objeto de estudo. Ele está em negociação com a editora Saraiva para publicar o trabalho.



agência3



SEU DIA É OCUPADO DEMAIS.
POR ISSO, VOCÊ PRECISA SE CONCENTRAR
NO QUE INTERESSA À SUA CARREIRA.

INSCREVA-SE NO SITE.

Accredited by Association of MBAs

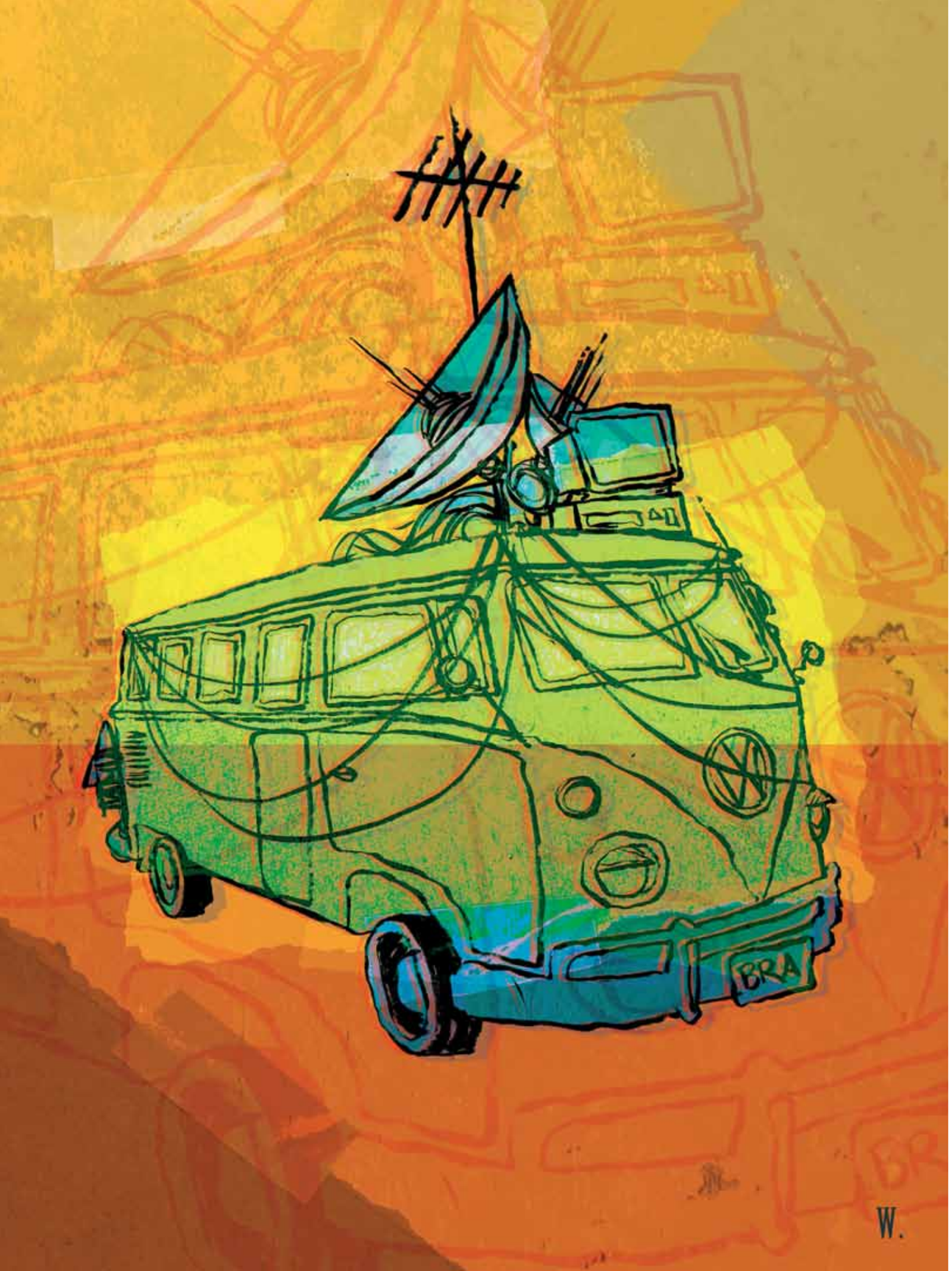
A *Association of MBAs*, entidade especializada em fiscalizar a qualidade e excelência de ensino de cursos no mundo, acreditou o CEAG como MBA de classe internacional.

O CEAG é a pós-graduação em Administração da GV que prepara você de acordo com o seu objetivo profissional. São 18 áreas de concentração, com matérias eletivas e conteúdo específico no assunto de seu interesse. Se você quer crescer na carreira, sua pós é o CEAG.

CEAG FGV EAESP
www.fgv.br/ceag

PARCERIA UNICAMP

ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO: MARKETING, FINANÇAS CORPORATIVAS, GESTÃO ESTRATÉGICA, SUSTENTABILIDADE E MAIS 14 OUTROS TEMAS.




# APERTAR O PASSO

**O processo da inovação tecnológica não é algo arbitrário e pode ser gerenciado politicamente pelas instituições. A lei de inovação foi criada para isso**

Por Alessandro Octaviani e Marco Aurélio Braga
*[Depoimento recolhido por Carlos Costa]*

A lei nº 10.973, de 2004, conhecida como a Lei da Inovação, define que inovação é introdução de novidade ou aperfeiçoamento no ambiente produtivo ou social que resulte em novos produtos, processos ou serviços. Chegou-se a essa definição legal por meio de uma demanda histórica, respondendo às necessidades que surgiram no mundo real.

A primeira afirmação possível em relação ao que é inovação tecnológica se baseia numa literatura que tenta explicar as hierarquias no mundo a partir da posse de alguns fatores críticos, como armas, moeda e tecnologia. Países que detiveram maior controle sobre alguns desses recursos em determinada combinação foram, em geral, os mais bem localizados na hierarquia mundial. Na discussão sobre como se estrutura essa hierarquia, alguns consideram que a melhor combinação é a da posse de armas e de dinheiro; outros acreditam que só é possível ter moeda forte se houver tecnologia, pois é a capacidade de produção inovadora que garante, inclusive, as armas.

Na realidade, esse conflito existe para controlar um recurso essencial: a tecnologia, cuja raiz histórica encontra-se na Revolução Industrial. E não foi por acaso que a Inglaterra deu origem a isso. Quando ela conseguiu um aparato econômico capaz de aproveitar ciência e reflexão teórica para gerar tecnologia, passou a ter moeda forte e armas, dominando o mundo. A discussão sobre inovação tecnológica tem este gérmen e faz sentido, portanto, afirmar que a tecnologia importa tanto ou mais do que os outros recursos, pois ela pode ser a fonte de todos. Mas o processo da inovação tecnológica não é fruto do livre-arbítrio: pode ser gerenciado ou regido politicamente pelas instituições e, a partir do sucesso inglês, a literatura sobre o tema busca entender como é possível controlar e intensificar o processo inovativo.

## Inovação como política de Estado

Quando utilizam o conceito de hierarquia mundial, os estudos criam nomenclaturas: país desenvolvido ou subdesenvolvido; país central ou periférico; industrializado ou emergente. Esses termos revelam a detenção de tecnologia pelas empresas desses países. Um país é central, desenvolvido ou industrializado quando suas empresas detêm tecnologia e autonomia em seus centros decisórios; é subdesenvolvido e periférico quando detém pouca tecnologia e autonomia.

No período pós-Revolução Industrial, os grupos detentores de tecnologia se expandem lentamente, devido à conhecida "lei de ferro das oligarquias". Originalmente aplicada a partidos políticos, tal lei sugere que no surgimento de um partido há uma pluralidade de pessoas ocupando postos de tomada de decisões, logo substituídas por um pequeno núcleo orgânico, que então se apossa das principais posições de poder e não larga mais. Para esse núcleo há apenas um objetivo: sua autoperpetuação. Estendendo o conceito para a economia mundial, vemos que quem está no centro não quer deixar a periferia entrar. Só que há gente querendo entrar.

No último século, observamos a intensificação dessa tentativa de adentrar o núcleo. As duas guerras mundiais derivam desse conflito. A Alemanha e o Japão, por terem indústrias eficientes, reivindicavam a entrada, enquanto Inglaterra e Estados Unidos, inseridos no núcleo, responderam com armas: "Isso é problema de vocês e ninguém entra". Além da Inglaterra e dos EUA, Alemanha, Japão, França e alguns países da Europa entraram no grupo. Mas, ainda é fato: o núcleo é fechado, porém não é estático e há reiteradas contestações. A prova é a corrida industrialista de países como Coreia, China, Índia e Brasil e o movimento do G-20.

A criação de uma lei e definição legal sobre o que é inovação é a ponta de um iceberg: não haveria definição se o mundo não tivesse colocado essa exigência. Para entender a importância da inovação é fundamental recuperar seus marcos teóricos. Os primeiros foram formulados por Adam Smith e Karl Marx, em polos opostos do pensamento econômico, mas apontando para a importância da esfera da produção e da capacidade técnica para impulsionar a economia. Quem radicalizou essa percepção foi Joseph Schumpeter, explicitando que os ciclos de desenvolvimento econômico morrem e nascem a partir de avanços tecnológicos disruptivos, cujo núcleo é a inovação tecnológica. Para o autor, é na figura do *empresário* que se concentra grande parte da dinâmica desse processo inovativo.

O empreendedor é alguém que percebe "algo" além do seu tempo e

o transforma em negócio, por deter sua exploração, que pode ser garantida legal ou tecnicamente em um determinado espaço de tempo. Isso gera os chamados "lucros monopolistas", fato que quase sempre acontecia no mundo empresarial privado. Do conhecimento desse fato derivou o surgimento de políticas de inovação em todo o mundo, organizadas pelo Estado, principalmente a partir da década de 1950.

Políticas de inovação já existiam antes mesmo de receber esse nome, na forma de medidas de proteção à indústria ou de investimento maciço em educação. Um exemplo disso é a reação da Inglaterra ao movimento de independência indiano, fortemente relacionado à questão dos teares: a Inglaterra determinou que a Índia, sua colônia, não utilizasse teares para, a partir daí, comprar apenas tecidos ingleses, exercendo uma política de defesa tecnológica, utilizando uma forma de pressão mais rudimentar do que as políticas atuais, mas cumprindo a mesma função.

Os instrumentos para a criação planejada de inovação tecnológica ficaram disponíveis com o tempo e um exemplo disso foi o Projeto Manhattan, que reuniu a nata da genialidade em Los Alamos, sob o comando do governo americano, para produzir alta tecnologia a partir de muita ciência aplicada. O micro-ondas e outros eletrodomésticos da década de 1950 são *spin-offs* desse empreendimento levado a cabo pelos Estados Unidos em seu complexo industrial-militar-acadêmico. Isso mostra que os instrumentos para adotar política de inovação tecnológica consciente e planejada são controláveis. Uma série de países passou a praticar essa política, com os "centrais" saindo na frente. Mesmo existindo países que obtiveram extraordinário desempenho, como é o caso da Coreia, os periféricos sempre chegam atrasados. Até o início da década de 1980, a Coreia estava atrás do Brasil na maioria dos índices de desenvolvimento. Depois dos anos 80, sua ascensão foi notável. Conforme as aplicações dessa política se expandem, também aumenta a percepção de sua importância por quem não as domina. É quando os gestores dos países periféricos passam a perceber que podem aplicá-las.

## Ricardo, Portugal e Inglaterra

No Brasil essa discussão tem contornos próprios. Como periodizar nossa história de inovação? De início fomos colônia agrária exportadora, com as monoculturas da cana-de-açúcar e do café. Não havia inovação tecnológica, já que esta só é possível em um ambiente industrial em que os produtos geram grande acúmulo de capital. Nossa inovação ganha estatura quando Getulio Vargas derrota os últimos resquícios da economia agrária exportadora (a "república do café com leite"). Esse processo não foi tranquilo e teve idas e vindas, pois focos anti-industrialistas existem e ainda é voz corrente que a opção do país deveria ser pelas commodities. Só quando o bloco nacional-industrialista

**A lei da inovação surge de um debate de oposição às políticas de FHC: era preciso defender a economia nacional aumentando a competitividade**

impõe uma agenda e podemos falar de produção industrial é que se instalam bases para a inovação tecnológica. Os grandes períodos industrialistas foram o de Vargas, Juscelino Kubitscheck e o período militar, nos quais houve preocupação com a (criação da) indústria nacional.

Nesse período o Estado foi o grande planejador e financiador de investimentos. O tripé capital estatal, estrangeiro e privado nacional teve como parte mais forte o primeiro: foi o investimento do Estado que enfrentou tarefas de maior estrangulamento. As multinacionais pegaram faixas de indústrias mais rentáveis; o capital nacional contribuiu com a prestação de serviços de engenharia e financeiros (tanto que quem lidera o capitalismo nacional não é a indústria de produção, mas corporações como Odebrecht e Bradesco).

Já os anos 1990 foram a década em que a indústria nacional virou um inimigo, sintetizado na frase do presidente Collor: "Os carros produzidos aqui são carroças". Este discurso crítico tem como endereço as empresas privadas, alijadas da política industrial; as estatais perdem sua capacidade de investimentos e passaram a ser satanizadas. E com a abertura se jogou a criança com a água do banho. Este foi o caso da Embrafilme, que tinha como função produzir e distribuir filmes brasileiros e chegou a ser a maior produtora e distribuidora de filmes de toda a América Latina, incluindo México. Foi fechada em 1990 pelo Programa Nacional de Desestatização.

Nesse período, o poder de controle da indústria brasileira foi transferido do Estado para o capital multinacional. As privatizações, com pesado financiamento do BNDES, se constituíram nessa imensa transferência de poder de controle, sem qualquer atenção à inovação. Inovação não é a aquisição de produtos tecnologicamente sofisticados, mas a capacidade de fabricar esses produtos e criar tecnologia.

A crítica que ainda se faz à política de substituição de importações, adotada na metade do século passado, é, em geral, enviesada, pois ela foi constitutiva de nossa indústria e é política praticada no mundo inteiro. Os EUA têm o *Buy American Act*, a lei do "compre americano". Além disso, o presidente Barack Obama, no Discurso à Nação, em janeiro último, fez um apelo com alto grau protecionista (leia no próximo artigo), pois a grande disputa hoje é pela inovação tecnológica.

Já aqui, Pedro Malan, quando ministro da Fazenda, dizia que "a melhor política industrial é não ter política industrial alguma". De acordo com essa concepção, se há um país produzindo algo bem e barato, deixemos que nos venda aquilo e vamos nos especializar no que somos bons. A teoria que sustenta esta concepção é a das vantagens comparativas, de David Ricardo, que, de modo bastante simplificado, dizia "a Inglaterra é boa em produzir produtos manufaturados, Portugal é bom em produzir vinho; então quanto mais Portugal se especializar mais conseguirá bons preços por seu vinho". Essa lógica é perfeita; pena que o mundo jamais a respeitou, pois os manufaturados aumentaram seu valor agregado e os produtos agrícolas estão sempre em queda relativa. A melhor resposta a essa teoria é comparar o que aconteceu, depois de 200 anos, com Portugal e Inglaterra.

## Aproveitar a capacidade instalada

A discussão sobre inovação tecnológica chegou ao Brasil como uma das respostas ao movimento de redefinição de nosso modelo econômico. A nossa lei é de 2004 e está amparada num conflito político, surgindo por forte concepção de setores de oposição ao governo Fernando Henrique Cardoso, propondo que o Brasil adotasse uma política de defesa de sua economia e de inserção na globalização, apostando na competitividade. Uma das formas de recuperar competitividade é aproveitar as capacidades aqui instaladas. Nesse contexto, a política de inovação tecnológica se transformou em decisão fundamental: o país deve ser gerido pelas forças do livre mercado ou planejar e buscar defesas para sua economia, como fazem os outros países?

Dessa disputa política mais ampla surge a Lei de Inovação, guiada pelo pensamento de que a economia nacional é passível de ser gerenciada pelas instituições políticas. Um ponto relevante é o monitoramento das instituições que irão gerar inovação.

O Brasil tem história para fazer isso. Quando se olha para trás vê-se uma trajetória industrial e um parque educacional de nível superior instalado e de excelência: a pós-graduação existe desde a década de 1970 e recebe constantes investimentos; somos responsáveis por 2,7% da produção científica mundial; temos uma série de centros de tecnologia, como os centros de pesquisa da Embrapa, da Embraer, Petrobras, ou o Laboratório de Luz Sincrotron, em Campinas, e o Cetene, em Recife, todos de bom nível. Temos os três níveis essenciais de inovação: indústrias, pós-graduação e pesquisas em andamento. Isso nos dá, portanto, condição de implantar políticas de inovação.

É nesse quadro que a lei de inovação define o papel dos bancos públicos com foco na inovação, incentivos à criação de fundos privados de investimento, incentivos fiscais para que as empresas inovem, alterando um estatuto infelizmente presente em nosso empresariado, o de não investir em tecnologia.

A partir desta década, com o ordenamento inicial definido, os estímulos e a percepção da centralidade da inovação passam a acontecer. As empresas investem mais em pesquisa e desenvolvimento; os financiadores públicos (BNDES e Finep) oferecem mais recursos. Surgem nas universidades mais institutos dedicados à inovação: os ICT, Instituto de Ciência e Tecnologia e os NIT, Núcleos de Inovação Tecnológica, além de fundos privados para investimentos em empresas de base tecnológica.

**O alvo é móvel: se já conseguimos caminhar a 60 km por hora, talvez os Estados Unidos ou a China já estejam a 120**

Mas o alvo é móvel: se estamos andando, os países centrais estão também. Se o Brasil consegue caminhar a 60 km/h, talvez os EUA ou a China já estejam a 120 km/h. Isso porque há, ainda, diversos obstáculos a serem superados pelo Brasil no setor, como a infraestrutura deficiente, falta de grandes investimentos em educação primária e secundária, fatores que devem ser preocupação e destino de investimento para um país que vê a inovação como força propulsora para seu desenvolvimento.

## Os passos da caminhada

Organizado o ordenamento pela Lei de Inovação, como estamos hoje? A lei estabelece quais são os atores, públicos e privados, envolvidos em inovação tecnológica e qual é neste jogo o papel da empresa privada, das instituições públicas, associações sem fins lucrativos, das universidades e dos órgãos de fomento, públicos ou privados. O que a lei faz de forma exitosa, mesmo necessitando de reparos, é organizar a forma de interação entre os atores, um gargalo bastante conhecido, de modo que nosso potencial científico se transforme em tecnologia. Não é uma tarefa fácil: o Brasil detém 2,7% da pesquisa acadêmica mundial e apresenta um índice de depósito de patentes inferior a 1%.

Para essa transformação, as iniciativas devem ser as mais diversas, mas passam sobretudo pela utilização da pesquisa acadêmica como um dos eixos para a produção de tecnologia. A lei de inovação cumpre este papel: definição de atores, o papel que terão na política e como fazer essa implementação virar tecnologia que consiga competir mundialmente. Ela tem um pano de fundo, que são as políticas industriais. Tivemos no Governo Lula duas edições da PITCE (Política de Inovação Tecnológica e Comércio Exterior) e depois a PDP (Política de Desenvolvimento Produtivo) I e II (em fase de desenvolvimento).

Outra forma de se inserir nesse sistema de inovação é a Lei n.º 11.196, de 21 de novembro de 2005, conhecida como Lei do Bem. Ela fornece incentivos para empresas que invistam em inovação, como deduções de Imposto de Renda e da Contribuição sobre o Lucro Líquido de dispêndios efetuados em atividades de P&D e redução de 50% do IPI na compra de máquinas e equipamentos para P&D. Alguns estudiosos consideram que apenas a Austrália criou políticas tão fortes quanto a Lei do Bem: para cada real investido em inovação a empresa pode ter de volta cerca de R$ 0,40. O lado ruim é que isso alcança apenas 1% das empresas, já que os requisitos para aproveitar dos incentivos são a regularidade fiscal, o recolhimento de impostos pelo lucro real e a necessidade de obter lucro no ano fiscal do dispêndio. Grande parte de nosso parque industrial, formado por micro, pequenas e médias empresas, recolhe tributos com base no lucro presumido, impossibilitando a utilização do benefício. Em 2009, apenas 635 empresas em todo país fizeram uso destes incentivos.



# INOVAÇÃO, MOMENTO SPUTNIK DESTA GERAÇÃO

**Empresas que mais gastam em pesquisa não são as que mais criam. Inovar é fazer mais com menos, e o atrativo é o aumento de até 600% nos lucros**

Por Rafael Gregorio

Em 25 de janeiro, o presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, fez um pronunciamento marcante sobre a inovação em seu discurso sobre o Estado da União. Às voltas com os primeiros sinais de recuperação econômica após um frágil período, Obama enalteceu a tradição criativa dos americanos e a ela atribuiu a missão de criar empregos e fortalecer a indústria. O presidente lembrou o avanço recente de emergentes e reconheceu uma nova ordem mundial, conclamando o país a um desafio.

Segundo estudo da Rand Corporation, consultora californiana especializada em decisões sobre políticas públicas e privadas, os EUA continuam lideres em ciência e tecnologia. O país responde por 40% dos gastos mundiais em pesquisa e desenvolvimento (P&D), emprega 70% dos vencedores de Prêmio Nobel e abriga 30 das 40 melhores universidades. Porém, vê o resto do mundo crescer no retrovisor. A China, cujo desenvolvimento baseou-se primeiro em apropriação de tecnologia, evolui para se tornar centro de excelência em técnicas de sustentabilidade. Na Índia a inovação se dá nos serviços, ilustrada na eficiente exportação de call centers.

Em seu discurso, o democrata destacou as empresas da internet – "somos a nação Google e Facebook" – e estabeleceu um paralelo com a corrida espacial. A União Soviética saiu na frente com o primeiro satélite, mas foi depois ultrapassada com as passadas lunares de Neil Armstrong. "Este é o momento Sputnik de nossa geração", afirmou. A nova cruzada inovadora o dispõe a negociar com a oposição republicana para aprovar subsídios à infraestrutura tecnológica, flexibilizar as regras de imigração "para reter talentos estrangeiros" e formar novas alianças estratégicas. O que inclui as visitas, em março, a Chile, El Salvador e Brasil.

As palavras de Obama traduzem a crescente percepção sobre o poder transformador da criatividade. Condizem com o diagnóstico do Insead, escola global de negócios com bases na França, Singapura, Emirados Árabes e Israel, que desde 2007 publica um estudo chamado Global Innovation Index (Índice da Inovação Global, ou IIG) que reforça a tese: "Políticos e líderes executivos já admitem a importância e a urgência de criar ambientes propícios à inovação em todos os setores".

Para os mais otimistas, a visita de Obama a Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro é um reconhecimento ao desempenho inovador brasileiro. Dois elementos, entretanto, sugerem cautela. Primeiro, a queda no ranking do IIG, da 50ª para a 68ª posição em 2010. Na América Latina, descemos do 3º para o 7º lugar, atrás de países como Costa Rica, Chile e Uruguai. Segundo, e à semelhança das conjunturas ianques, as dificuldades para dispor recursos para a inovação, um processo que envolve riscos, e para aprimorar a conversão dos investimentos em resultados. Segundo a Insead, num total de 132 países, o Brasil ocupa a 36ª posição no ranking de gastos públicos em P&D. Mas as subvenções estatais vêm aumentando desde 2005. Os financiamentos do governo federal ultrapassaram R$ 7 bilhões em 2010, e quantia ainda maior foi prometida para 2011, mas os planos podem ser afetados pelos recentes cortes.

De qualquer forma, nosso investimento para inovação hoje representa 0,82% do PIB. No Japão o índice é de 3,40%, nos EUA chega a 2,68%, e na China soma 1,42%. O país é o 28º em capacidade inovadora, mas a tradução desse potencial em cultura criativa o situa apenas na 42ª posição. Também por esse motivo, o setor privado se levanta.

Uma pesquisa mundial realizada pela consultoria McKinsey em outubro de 2008 com 1.075 altos executivos revelou a crescente importância do tema na agenda corporativa. Para 14% dos entrevistados, a inovação era a prioridade número 1, sendo uma das três maiores para 51%. Os implementos então almejados eram em produtos (71%), serviços (65%), processos (62%) e modelos de negócios (51%). Em 2010, outra consultoria, a Boston Consulting Group (BCG), revelou em pesquisa semelhante que a prioridade máxima já subira para 26% das empresas no mundo, atingindo 27% no Brasil. O maior atrativo era o aumento de até 600% nos lucros das companhias reconhecidamente inovadoras. O setor reconheceu o problema e deu o primeiro passo para solucioná-lo. O resto, porém, inclui armadilhas e falsas convicções.

### Destruindo a lenda

Segundo Claudio Villar Furtado, sócio-diretor de uma consultoria de corporate finance, professor da EAESP (Escola de Administração de Empresas de São Paulo da FGV) e diretor-executivo do Centro de Estudos em Private Equity e Venture Capital (Cepe), "A atividade inovadora não vem por geração espontânea e só existe em um ambiente propício". O centro envolve os alunos da faculdade na pesquisa de campo e na produção de conteúdos sobre casos concretos, influenciando o currículo dos cursos e disciplinas. Com base nessa experiência, ele diz que a inovação pode nascer de razões internas das empresas, "porque há um clima favorável", ou externas, como competitividade, intervenção estatal, pesquisa acadêmica aplicada e até condições climáticas adversas.

Na síntese de Antonio Carlos Teixeira Álvares, professor do Departamento de Produção e Operações Industriais (POI) da EAESP, membro do Fórum de Inovação da FGV e CEO da Brasilata, "não é verdade que a maior dificuldade é a falta de recursos". Para ele, "dinheiro, cientistas e laboratórios são importantes, mas não resolvem o problema. A condição é que a inovação seja o foco da companhia". No Fórum, ele e o coordenador Marcos Augusto de Vasconcellos, também professor do POI, referem-se a esse pré-requisito imaterial como "meio inovador interno". Furtado adiciona: "O grande obstáculo é ter uma oportunidade de negócio viável".

De fato, muitos fatores comprovam a fragilidade do estereótipo de que faltam recursos. Quando um inventor tem uma ideia, segundo Furtado, precisa ser educado e orientado para concorrer ao disputado vestibular do financiamento. Aos aprovados, um mercado que ultrapassa os R$ 80 bilhões, somando-se os dados públicos às estimativas do Cepe sobre o setor privado.

Em 2009, a Finep (Financiadora de Estudos e Projetos) intermediou R$ 2,7 bilhões e, em 2010, o valor é estimado em R$ 4 bilhões. O BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) também investiu um total de R$ 1,25 bilhão no último ano em linhas de crédito beneficiado para projetos inovadores, segundo o presidente Luciano Coutinho. O PAC da Ciência (Programa de Aceleração do Crescimento Científico) promete despejar R$ 41 bilhões no setor na próxima década. No Estado, a Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa) destinou quase R$ 100 milhões para empreendimentos inovadores em 2009.

**Nossa burocracia chama a atenção. Segundo o Insead, são precisos 126 dias para iniciar um negócio no país, contra 106 no Uruguai, 52 em Zâmbia e 9 nos EUA**

Teixeira diz acreditar que "o país acordou". Ele menciona a crescente disponibilidade de recursos públicos para relevar a preocupação com a parte do governo: "A Finep cresceu tanto que está para ser transformada em banco, o que já me assusta *(risos)*". Furtado concorda que as maiores carências são outras: "Nossas políticas públicas estão muito bem orientadas por meio das agências de inovação e do próprio BNDES". Ele considera positiva a pretensão do ministro de Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante, de utilizar a inovação para corrigir o que ele próprio chamou de "balança comercial desregulada". Excessivamente dependente de bens primários, o país é o 32º exportador de alta tecnologia e sofre com baixo valor agregado da produção industrial (71º lugar, segundo o IIG). "Acredito que podemos começar introduzindo inovação dentro da própria pauta de exportação, com grandes aumentos de produtividade, para depois mirar nossos produtos tradicionais de importação", afirma. Para ilustrar que é possível agregar valor a commodities, Furtado cita o alto grau de tecnologia da agricultura brasileira, além das demandas por melhorias no transporte dessa produção e por soluções de infraestrutura e gestão. A ideia é reduzir o Custo Brasil, "que dificulta tudo, não só a inovação", acrescenta Teixeira. A burocracia do Estado é outro ponto que chama a atenção. Segundo o Insead, são precisos 126 dias para iniciar um negócio no país, contra 106 no Uruguai, 52 em Zâmbia e nove nos EUA. Por outro lado, Teixeira enxerga recentes melhorias, como a Lei do Bem (11.196/05), que esclareceu o vínculo entre universidades e empresas.

Outros fatores reforçam que para inovar não basta apenas dinheiro. Os estudos da McKinsey e do BCG comprovaram que as empresas que mais gastaram em P&D nos últimos anos não foram as que mais criaram. A General Motors lidera o ranking de gastos, mas não aparece sequer entre as dez mais inovadoras. Quem encabeça a lista é a Apple, seguida por Google, Microsoft, IBM, Toyota, Amazon, LG Electronics, BYD Company, General Electric e Sony. A Petrobras é a única brasileira em destaque, na 41ª posição. "Isso está intimamente ligado ao meio inovador interno: eles tiram mais com menos", afirma Teixeira. A concentração de poder nas empresas também se revela um fator inibidor relevante. Segundo o IIG, 73% das iniciativas inovadoras ainda se concentram nos cargos acima da vice-presidência corporativa.





### Educação e acaso

Para o CEO da Brasilata, Antonio Carlos Teixeira Álvares, "claro que seria ótimo se houvesse mais recursos, mas a prioridade para inovar hoje se chama educação". Ele menciona uma recente leitura sobre um país que lista a educação como sua maior urgência para estimular a criatividade: a Alemanha. "Mesmo para eles, tão avançados, o relevante é investir em pessoas", afirma. Vasconcellos lembra a Coreia, onde os professores têm status de "construtores da nação". Os fundadores do Fórum defendem que a inovação acontece em todas as magnitudes, e nem sempre está relacionada a mudanças radicais. "Mas para isso é preciso ter gente qualificada e corporações conscientes. Todas as empresas realmente inovadoras são excelentes lugares para trabalhar", pontuam, com exemplos como as já citadas Google e Apple e a Southwest Airlines.

Uma vez imbuídas de um ambiente positivo, as ideias passam a contar também com um benefício inusitado: o acaso. Teixeira menciona o golfista norte-americano Tiger Woods: "Um dia ele acertou um *hole one* (acertou o buraco na primeira tacada) e disseram que era protegido por Deus. 'É verdade, mas notei que quanto mais treino, mais Deus me protege', respondeu". A mentalidade inovadora já se mostrou primordial em outras criações históricas. "Um cientista buscava conseguir fibras longas e, cansado dos sucessivos fracassos, um dia ficou de saco cheio e jogou o troço na água. Apareceu o nylon", diverte-se. É a chamada serendipidade, casualidade aparentemente fortuita ligada à sagacidade. Outros exemplos incluem teflon, telefone celular, pílula anticoncepcional, caixa registradora e o queijo. Sobre o tema, o cientista francês Louis Pasteur afirmou: "O acaso só favorece a mente preparada".

### Anjos, sementes, aventureiros e anabolizantes

Segundo Furtado, "A cada 100 oportunidades estruturadas, duas acabam passando por todas as etapas de teste e recebem algum dinheiro", afirma. Tendo reunido todas as condições subjetivas, entretanto, fica mais fácil para o empreendedor usufruir de recursos, seja qual for o status de seu negócio. Ele explica que quando se trata de inovação, a pluralidade de incertezas molda o comportamento dos investidores. "É preciso uma organização empresarial especial com mecanismos também especiais, para financiar, monitorar os primeiros passos, selecionar as lideranças e equipes de gestão e, principalmente, garantir fluxo contínuo de capital", afirma. Essa é sua definição para o venture capital, dinheiro de capitalistas "aventureiros", dispostos a encarar o risco de perder e ganhar muito. Destinado a impulsionar negócios que já apresentam alguma estatura, o capital de risco os prepara para posteriormente acessar as formas mais tradicionais de financiamento: crédito bancário de longo prazo e mercado de capitais.

**"Muitas vezes o time que leva uma empresa a faturar R$ 50 milhões ao ano não é o mesmo que a levará a R$ 500 milhões, muito menos a R$ 1 bilhão", afirma Furtado**

O professor explica que existem também negócios que já fixaram seus métodos e produtos e demonstraram grande capacidade de gestão e geração de receitas, mas precisam subir um degrau. "Muitas vezes o time que pode levar uma empresa a faturar R$ 50 milhões ao ano não é o mesmo que a levará a R$ 500 milhões, muito menos a R$ 1 bilhão", afirma. Aí entra o private equity, normalmente estruturado em fundos de investimento especializados, que intervêm na organização empresarial para alavancar seu crescimento. Quase como um anabolizante. Segundo Furtado, as duas modalidades concentram fartas ocorrências de inovação, "principalmente em modelos de negócio, métodos de gestão operacional e estratégias". Respondem também por estimados US$ 36 bilhões no Brasil, divididos em US$ 3,5 bilhões de venture capital e US$ 32,5 bilhões de private equity. Segundo o Cepe, esse total era de apenas US$ 6 bilhões em 2005, o que evidencia o grau do crescimento recente, puxado em grande parte pelo ingresso de capitais estrangeiros. Por outro lado, ainda está distante do mercado norte-americano, por exemplo, que já foi de US$ 1 trilhão em 1985 e hoje ultrapassa US$ 500 bilhões.

Mas existem ainda investidores interessados em empreendimentos que quase não saíram do estágio inicial. Como verdadeiros anjos da guarda, dispõem-se a injetar grandes quantias em sementes que ainda precisam ser nutridas para ganhar os primeiros contornos empresariais. São os "angel investors", ou investidores-anjo, "pessoas físicas com grande percepção de oportunidades e baixíssima aversão a risco", define Furtado. Seu papel é fazer aportes numa fase embrionária para fomentar pesquisas, desenvolver a ideia, estruturar um modelo de negócio e eventualmente avaliar o potencial de mercado. Essa etapa é anterior à do venture capital e funciona segundo uma lógica quase insana: numa disponibilidade total de US$ 40 milhões, 90% são infrutíferos e se perdem em nome dos 10% restantes, que cobrem os custos e ainda garantem ganhos extraordinários. Existem até fundos especializados nessa fase de seed, com capital total entre US$ 300 milhões a US$ 400 milhões. Mas antes de tirar aquele velho projeto da gaveta, é importante ouvir o alerta: "A avaliação pessoal é fundamental e extremamente rigorosa".

Segundo Furtado, a procura dessa indústria atualmente se concentra em alguns segmentos. Dentre eles, energia e petróleo, comunicação, tecnologia da informação – "principalmente softwares, em que o Brasil tem grande competitividade" –, logística e educação. O professor acrescenta à lista "os setores relacionados ao crescimento do consumo, causado pelo aumento da classe média", como varejo, bebida e alimentos, construção civil e saúde.





# NEGOCIAR É INOVAR

**Para o prefeito de São Bernardo do Campo, se americanos, franceses ou suecos querem vender caças ao Brasil, o primeiro passo é garantir transferência tecnológica**

Por Carlos Costa
Fotos Gustavo Scatena

O prefeito de São Bernardo do Campo tem em sua carteira de trabalho um único registro: julho de 1978, seção de pintura da Volkswagen. Nesse período conheceu o metalúrgico Luiz Inácio Lula da Silva. Luiz Marinho é natural de Cosmorama, cidade onde viveu pouco tempo, segundo ele conta. "De lá fui para Santa Rita D'Oeste, onde estudei até 7ª Série e depois vim para o Parque São Rafael, em São Mateus, na zona leste da capital." No setor de pintura se candidatou a representante no Cipa (comissão interna de prevenção de acidentes) e iniciou a trajetória sindicalista. Até a Presidência do Sindicato dos Metalúrgicos em 1996, foi uma boa caminhada: tesoureiro, secretário geral, vice-presidente. Foi reeleito mais duas vezes para a presidência (1999-2002 e 2002-2003, quando se elegeu presidente da CUT-Central Única dos Trabalhadores, com 74% dos votos dos delegados presentes.

Como sindicalista a grande qualidade foi a de negociador, testada nas campanhas contra as demissões no setor automotivo em 1998, tendo consegido o protelamento e diminuição de 10.000 cortes anunciados pela Volks e 2.800 da Ford, ou nas negociações com a direção mundial da Whirpool, nos Estados Unidos, conseguindo a extensão do prazo de fechamento da fábrica da Brastemp em São Bernardo do Campo.

Preocupado com educação, em 1998 assumiu a coordenação do Mova-Movimento de Alfabetização, na Regional do ABC, projeto surgido em 1995 e que se espalhou por todos os municípios da região, alfabetizando mais de 77.000 pessoas.

Em 2007 assumiu o Ministério do Trabalho, participando de uma negociação histórica com representantes de todas as centrais sindicais para definir o valor do salário mínimo. O passo seguinte foi o Ministério da Previdência Social. Em 2008 deixou o Governo Lula para concorrer à Prefeitura de São Bernardo do Campo, sendo eleito num acirrado segundo turno com 58,19% dos votos válidos.

**Como é a rotina de um ex-sindicalista que foi apontado em 1999 pela revista *Time* como uma das 50 lideranças latino-americanas para o novo milênio?**

**Luiz Marinho** O novo milênio é este agora *[risos]*. Imagino que esteja correspondendo. Depois presidi a CUT e o Consea *[Conselho Nacional de Segurança Alimentar]*. Fui ministro de dois ministérios, do Trabalho e Previdência Social, e hoje estou à frente desta Prefeitura. Penso que estou correspondendo a essa expectativa.

**Olhando para sua trajetória, o que considera que foi mais importante?**

**Luiz Marinho** Foram momentos e passagens diferentes e importantes, mas em que nada foi realizado sozinho. Participo de um grupo com uma trajetória e que teve no Lula um grande líder. Todo o movimento sindical brasileiro foi influenciado pela reestruturação que fizemos no Sindicato dos Metalúrgicos. No final da década de 1970, Lula introduziu uma visão que culminou com a grande transformação que aconteceu em toda a sociedade, e que passou pelo enfrentamento da ditadura. A luta era a partir da situação de repressão existente dentro das empresas, e se traduzia em propostas por melhores condições de vida, de trabalho e de salários. No final da década de 1990, quando assumi a Presidência do sindicato, já tinha passado pela secretária e pela tesouraria e por outros cargos de direção na estrutura da central regional e do Estado, e continuamos as transições que vinham em curso. A imprensa da época questionava se era o Lula, Vicentinho, Meneghelli ou eu quem estava errado pela maneira de tratar as reivindicações, pois já não havia tantas greves. Eu disse que os tempos eram outros. O Vicentinho já pegou um processo de transição, compondo mais. Se o Lula buscasse o mesmo, estaria errando. E eu erraria se tentasse conduzir a categoria para o conflito o tempo todo. O mundo evolui e as relações dos setores da economia também têm de evoluir. Se tentássemos imprimir o mesmo modelo aplicado nos anos 70 e 80, seguramente caminharíamos para o gueto.

**Aberto às mudanças do tempo, portanto?**

**Luiz Marinho** Era preciso amadurecer e transitar por uma pactuação em mesa de negociação. Já quando estava no Ministério, uma revista me fez a mesma pergunta e afirmava que o Governo Lula havia cooptado o movimento sindical, por isso não havia greves. Respondi que acreditar que sindicato organizado e representativo é o que realiza greves era pensar pequeno e se o Brasil desejasse retomar o número de greves seria muito fácil. Basta o empresariado não mais conceder participação nos resultados, aumento real de salário. Acontecendo isso, as greves voltariam em quantidade maior do que já houve. Isso é parte de um processo de evolução e relações entre as partes. Esse aprendizado foi importante. A evolução aconteceu na maneira de fazer os enfrentamentos, nas várias experiências que tivemos e muitas delas tinham de buscar a criatividade do momento para fugir do padrão costumeiro. Se na mesa de negociação não for possível acontecer um acordo não dá para fazer algo previsível.

**É preciso surpreender a parte contrária?**

**Luiz Marinho** Tanto no caso da Ford quanto no da Volkswagen tivemos de buscar uma negociação fora. Com a Ford nossa atuação foi em conjunto com Antonio Maciel Neto, presidente da empresa na época, que me procurou e expôs que concordava com a minha visão, mas teríamos de convencer a matriz americana, que não queria negociar nem liberar investimentos para o Brasil, talvez por uma visão equivocada sobre os rumos da economia brasileira. Fomos aos Estados Unidos conversar com a direção e dessa conversa surgiram negociações que tiveram como desdobramento a vinda da Ford Caminhões para São Bernardo e assegurando a permanência da fábrica aqui, quando a imprensa dava como certa a sua transferência para a Bahia.

**E no caso da Volkswagen?**

**Luiz Marinho** Na Volkswagen houve uma falência de visão da direção no Brasil, que queria fechar a unidade. Fomos até Wolfsburg, a sede da empresa na Alemanha, e mostramos para a matriz o desrespeito deles para com os brasileiros e exigíamos o mesmo respeito e padrão de



negociação que acontecia na Alemanha. Isso desencadeou um processo de negociações que resultou em vários acordos de longo prazo, com investimentos aqui na unidade e a demissão do presidente da filial brasileira, Herbert Demel, depois de 45 dias. O enfrentamento com a Ford foi num momento diferente. Ela havia anunciado as demissões e não estava aberta para negociação. Tínhamos de forçar uma negociação. Num programa *Roda Vida* de 1988 me perguntaram se faríamos greve por causa das demissões. Olhei para câmera e disse: "Greve será muito pouco perto do que iríamos fazer" *[risos]*. Uma mensagem de enfretamento duro, dureza nas palavras, até para a Ford imaginar que poderia ser assim.

**Isso é trabalhar com outros cenários?**

**Luiz Marinho** Quando anunciei que os trabalhadores, demitidos e não demitidos, entrariam na fábrica, ocupariam o seu local de trabalho e produziriam naturalmente – o que queríamos era posto de trabalho – a Ford ficou sem saber o que fazer. Ela esperava um endurecimento de nossa parte para responder com o endurecimento da parte deles, pois contavam com 50 dias de produção em estoque, ou seja, ela apostou no estoque e no fato de que nós não conseguiríamos realizar dias de greve suficientes para obrigá-los a se sentar à mesa de negociação. Agindo assim, eles tiveram de conceder licença remunerada para os não demitidos. Fizemos uma das mais longas greves sem que os funcionários demitidos perdessem uma hora sequer de trabalho. Trabalhamos com uma guerra de comunicação. Tanto no caso da Volks quanto da Ford, a discussão com a sociedade foi muito importante e havia a percepção de que quem perdesse a disputa da comunicação perderia o movimento. Se a Ford perdesse essa guerra teria de se sentar e negociar. E foi o que aconteceu.

**E como foram as negociações com a Brastemp?**

**Luiz Marinho** Eles haviam decidido encerrar a unidade. Evidentemente que esse é um direito do capital, mas não o de fechar de qualquer jeito e sem negociação. Não é simplesmente vir aqui, lucrar muito, fechar e deixar a cidade com o abacaxi. Num país civilizado e desenvolvido se supõe que o empregador tenha planejado oferecer indenização e atenção às famílias que dependem daquele trabalho, especialmente em época de crise, como era o caso. É preciso negociar pacotes de desligamento; requalificar e capacitar essa mão-de-obra para colocar à disposição do mercado de trabalho. Esse processo é doloroso, então é preciso pensar nesse conjunto de benefícios sociais. Não foi possível negociar com a direção brasileira e tivemos de ir até Miami, acertar diretamente com o Grupo Whirpool, que havia adquirido a Brastemp.

**A sua participação na candidatura ao governo do Estado de São Paulo, como vice na chapa do José Genoíno em 2001, foi a entrada oficial na área política?**

**Luiz Marinho** O projeto principal era consolidar a eleição do Lula à Presidência e minha candidatura era uma ação de contribuição naquela disputa. Todas as análises apontavam a dificuldade de nossa vitória, mas o Estado de São Paulo era muito importante e fundamental para a eleição presidencial. Para muitos, fomos além das expectativas. Poderíamos ter ido mais longe se tivéssemos planejado e nos preparado melhor para aquele momento, mas foi uma contribuição para a conquista do Lula presidente.

**E representou um aprendizado?**

**Luiz Marinho** Foi um "intensivão" de conhecimento do Estado: capacidade, potencial, as diferentes regiões, a diversificação de sua economia.





**O senhor viveu o período de esvaziamento que ocorreu no ABCD, como decorrência da mudança de empresas para o interior; o fechamento de fábricas do setor automotivo; e a abertura brusca para as importações no período Collor.**

**Luiz Marinho** Brusca ou burra?

**Quando veio a percepção de que era preciso mudar a vocação de São Bernardo para que ela desse um salto e não se tornasse uma cidade fantasma?**

**Luiz Marinho** Nunca concordei com a tese de que o ABCD perderia a vocação industrial e se tornaria uma região de serviços, do terceiro setor. Para mim o esvaziamento não foi uma consequência, pura e simples, de uma falência regional no campo industrial. O problema era que a economia brasileira estava mal e havia muita gente brigando por espaço e pelo mesmo bolo. Ou seja, o bolo foi fatiado para cobrir outras regiões, e com isso o ABCD foi vitimado pela guerra fiscal. Além da famigerada abertura do período Collor, realizada sem planejamento, negociação e deixando entrar produtos de fora, sem aproveitar para incentivar a produção para exportar e tirar proveito do mercado global e não o inverso, que foi o que aconteceu. A abertura e a guerra fiscal sacrificaram essa região de vocação industrial. O que não pode acontecer, como aconteceu, é migrar de uma região para outra pura e simplesmente, pois sacrifica uma região em favor de outra. Às vezes nem em favor de outra, já que algumas cidades conduziram tão mal as negociações que não usufruíram dos benefícios da transferência. Elas abriram mão de impostos, concedendo isenção fiscal, e depois de terminado o período as empresas saíram da região, nem compensou o esforço do investimento.

**Tanto no caso da Volks quanto da Ford, a discussão com a sociedade foi importante. Havia a percepção de que quem perdesse a disputa da comunicação perderia a jogada**

**Alguma história específica?**

**Luiz Marinho** A Mercedes-Benz ganhou vários anos de benefício fiscal em Campinas, e terminando esse período a empresa encerrou sua unidade. Será que foi vantajoso para a região de Campinas? A montadora quando foi para Juiz de Fora tinha área suficiente para instalar a planta em Campinas, não o fez porque a cidade mineira ofereceu mais vantagens e benefícios fiscais. Aqui em São Bernardo ela continua forte na produção de caminhão e ônibus, e de maneira geral com o aquecimento da economia o ABCD novamente está se fortalecendo.

**Quando o conceito de inovação tecnológica surge aqui no município?**

**Luiz Marinho** Buscando os nossos arquivos do sindicato é possível observar quais eram as famílias de produtos produzidas no Brasil e qual a necessidade de investimento em modernização desses produtos para competir no mercado nacional e internacional. No episódio da Volkswagen, o presidente da época dizia que nosso salário era muito alto e que esse era o motivo dos cortes e do possível fechamento. Demonstrei para a imprensa qual era o salário comparado com o custo de vida de região para região; discuti o efeito logístico nacional; onde está o mercado consumidor e como ele se relaciona; onde é que se produz e se vende; qual o benefício de produzir próximo ao mercado consumidor e qual era a idade dos produtos que a Volkswagen produzia: a Kombi era um projeto de 1957, o Santana era de 1980 e o Gol de 1984. Um absurdo se comparado com os produtos lançados naquele período aqui pela GM, Fiat e Ford.

**O problema da Volks era a falta de produtos modernos?**

**Luiz Marinho** Não venha com história: ou inovam e fabricam um produto em sintonia com o desejo do consumidor ou não tem conversa. A partir disso, realizamos um trabalho de pensar as necessidades com uma região de engenharia e inteligência forte, por causa da presença das universidades e das empresas. Pegamos no pé das empresas para que se fortalecessem para construir inovação tecnológica a partir de produtos instalados e para se diferenciar em relação a outras regiões por meio da inovação. Agora está mais clara essa ideia da necessidade dos centros de tecnologia, pesquisa e desenvolvimento como forma de casar o papel das universidades com a indústria e vice-versa, para que a inteligência intelectual regional possa se desenvolver e aperfeiçoar o nosso parque industrial. E também de como criar as incubadoras de inteligência para produzir novos conhecimentos e produtos. Aqui há uma incubadora que abriga uma cooperativa e ela criou a possibilidade de produzir um material utilizado pelos dentistas brasileiros e que é atualmente 100% importado. A questão é como esse produto de laboratório será produzido em escala para atender o mercado brasileiro e até para exportar. Essa produção de conhecimentos e descobertas é uma necessidade para a humanidade e não apenas para a nossa região ou indústria.

**A Universidade Federal do ABC foi pensada dentro dessa dinâmica?**

**Luiz Marinho** Temos aqui a FEI (Faculdade de Engenharia Industrial) e a Faculdade de Engenharia de Mauá, extremamente conceituadas, mas sempre insistimos e defendemos a necessidade de contar com uma universidade federal com vocação para a área tecnológica, que coordenasse essa inteligência junto às demais universidades privadas ou mistas. Outras cidades também podem se colocar nesse papel e se especializar. Basta pensarmos que temos uma riqueza oceânica, produção de petróleo e gás e toda uma discussão que pode ser colada na Petrobras para produzir inovações e novas descobertas e conhecimentos.

**A Petrobras tem um casamento histórico com a COPPE (Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia) da Universidade Federal do Rio de Janeiro.**

**Luiz Marinho** E tem a rede Universidade Petrobras: ela entra montando e apoiando os laboratórios, claro que com a especialidade "Petrobras". Penso que ela poderia abrir mais e não estar somen-

te preocupada com a exclusividade nesse processo, já que, na medida em que produz inteligência, ela favorece e beneficia toda a indústria e, claro, a população.

**Concretamente, que projetos São Bernardo do Campo está acelerando ou incentivando?**

**Luiz Marinho** Estamos discutindo com a Universidade Federal a participação desde o que poderíamos chamar de "mundo Petrobras" até a "indústria da defesa" e estimulando que a inteligência universitária participe desse processo, assim como estamos buscando junto à Boeing, à Dassault e à Saab comprometimento de investimentos aqui, em desenvolvimento. A Saab tem esse compromisso avançado, inclusive se colocando de forma autônoma e independentemente do resultado da concorrência *[de compras de caças para a Força Aérea Brasileira]*. Com a possibilidade de um investimento da ordem de 50 milhões de dólares em cinco anos na montagem de um Centro de Pesquisa e Desenvolvimento. A Dassault aceita criar um centro e investir pesado na cidade e na região, desde que seja a vencedora. É um debate em que procuramos nos inserir. Queremos que a cidade, a região e Estado tenham benefícios com esse processo.

**São Bernardo quer se tornar polo da indústria da defesa?**

**Luiz Marinho** Estamos trabalhando para isso, ter um polo de defesa na cidade.

**Algo que já foi forte na região de São José dos Campos.**

**Luiz Marinho** Não foi. Ainda é! Existe uma indústria aeronáutica e de defesa ali. Aconteceu um desinvestimento ou ausência de investimento nessa área por cinco décadas ou mais, as empresas foram degringolando e hoje há praticamente pouca coisa. Estamos trabalhando para que exista aqui um parque industrial de defesa, o que não significa que iremos fabricar os aviões de caça. A cabeça do projeto será a Embraer, que será a grande beneficiada com esse processo. É evidente, com relação à produção, que ganharão o parque industrial de São José dos Campos e de Gavião Peixoto, que irão se integrar nessa produção. Aqui podemos ter a produção de componentes de material, radar e outras partes importantes para essa indústria. Se for escolhido o Dassault Rafale, a empresa já tem uma subsidiária aqui, trará investimentos para a produção de radares, entre outros componentes e materiais compostos de carbono. Isso vale para um como para outro.

**Isso se deve à iniciativa do Executivo municipal de correr atrás?**

**Luiz Marinho** Claro, senão eles não tomariam nem conhecimento de nossa cidade.

**No periscópio desta edição, os pesquisadores Alessandro Otaviani e Marco Aurélio Cesarino Braga afirmam que o "processo de inovação tecnológica não é algo arbitrário e pode ser gerenciado pelas instituições".**

**Na guerra fiscal, cidades abriram mão de impostos, concedendo isenção e, após terminado o período, as empresas foram embora, nem compensou o esforço**

**Luiz Marinho** Pode ser e pode não ser *[risos]*. Claro que depende de iniciativas das instituições e evidentemente as cidades têm de se movimentar. Quando me perguntam se São José dos Campos perderá essa corrida digo que não, muito pelo contrário. Ela será beneficiada, pois há uma inteligência e uma indústria instalada ali. Se São Bernardo e os municípios desta região do ABCD não se mexerem é que podem não ganhar nada. Estamos nos movimentando para atrair uma parte para cá, nos agregando a novos setores de produção e não apenas fabricação de caças. O Brasil tem a responsabilidade e um conjunto de investimentos a serem feitos de aparelhar as FAB e as outras forças de defesa para a Copa e para os Jogos Olímpicos, portanto ou criamos essas condições ou o Brasil terá de importar esses equipamentos. Como provocar o setor produtivo para desenvolver e produzir isso aqui? Para isso vendemos o fato de que a cidade está a menos de 50 km do maior porto da America Latina; 25 km do aeroporto de Cumbica e 70 de Viracopos; um rodoanel e rodovias, a apenas 20 km da Praça da Sé. Somos a quarta cidade exportadora, com um PIB regional maior do que o de muitos países, e com características econômicas e sociais diferenciadas. É apresentar a cidade e a região, senão ela pode assistir o bonde passar.

**Recife, por exemplo, está se tornando um polo de inovação com o Porto Digital, o mesmo acontece com São Carlos e Brasília. Como está esse salto tecnológico?**

**Luiz Marinho** No Brasil, em função do nosso tamanho, potencial e criatividade há uma grande possibilidade de esse mercado crescer. A Índia, por exemplo, se destaca nessa área e tem uma quantidade de talentos que o mundo importa. Temos de criar condições para formar nossos talentos para trabalhar aqui e também exportar para o mundo. Produzir tecnologia e conhecimento nunca será demais. É hora de criar oportunidades e condições, seja por meio dos polos tecnológicos ou parques digitais, para que a cidade se torne digital e possibilite a essa garotada ter desde cedo acesso às ferramentas para se desenvolver e daí peneirar os talentos. Em maio, 15 mil net books irão entrar em nossa rede municipal de ensino, na faixa etária até 10 anos. Apostamos que isso irá mudar a qualidade do ensino. Os professores na lousa digital e a criançada, de 7 para 10 anos, com o net book, isso pode ser um estímulo para quando chegarem aos 20 anos terem familiaridade e domínio com as ferramentas digitais.

**E poder entrar num curso de ciências da computação e não apenas de pedagogia.**

**Luiz Marinho** Exato. Nada contra essas profissões, mas precisamos de muitos doutores de engenharia e nas áreas das ciências que estão despontando. Vejo os meus sobrinhos, eles estão na fase de ir para a universidade e ficam inibidos. Será que eu consigo? Será que terei condições de pagar a mensalidade? Se eles tivessem sido estimulados desde pequenos poderiam ir embora e não perguntar a ninguém.

**Existe pendente a questão, na área de inovação, do registro de patentes, o Brasil é um dos países lanternas na criação de patentes.**

**Luiz Marinho** E ajuda a produzir produtos pra caramba e é surrupiado por muitos aí fora. Quase alguém patenteia nossa cachaça. Imagina. Estamos muito aquém nesse processo e apenas agora estamos acordando para isso. Existem fatos assustadores: por exemplo, a Alemanha é a maior produtora de café solúvel sem que plante sequer um pé de café.

**O senhor vem realizando viagens para convencer possíveis investidores para a criação do Centro de Ciência e Tecnologia. Algum desses compromissos já se concretizou?**



**Luiz Marinho** Ano passado, quando aparentemente as negociações estavam resolvidas a favor do Dassault Rafale, fui à Suécia e defendi a tese de que essa compra não seria resolvida antes das eleições, o que era na época a expectativa dos suecos e também dos franceses. Mas havia uma diferença: quem estava vendendo o Rafale para o Brasil era o presidente Nicolas Sarkozy, que não vendia simplesmente um produto, mas abrindo um negócio mais amplo, pois havia o compromisso de eles comprarem o Embraer KC-390. Qual era o comprometimento dos suecos? O governo teria de se movimentar nessa negociação e não apenas a Saab. Se americanos, franceses ou suecos querem consolidar uma negociação com o Brasil a primeira coisa é a garantia de transferência de tecnologia. O ministro Nelson Jobim deixou bem claro esse ponto, assim como o presidente Lula e a presidenta Dilma: ou seja, qual o melhor negócio para o país do ponto de vista mais amplo e não apenas da compra de um produto? Os suecos se movimentaram, a rainha Sílvia pediu para tomar chá comigo, depois vieram ao Brasil. Não saiu a compra antes das eleições, como eu previa, e com isso os franceses e americanos me procuraram e pediram que os visitasse. Não tenho nada a perder em visitar os franceses ou os americanos. Seja americano, sueco ou francês o que desejo é ter investimentos deles aqui. O único objetivo é trazer investimentos para São Bernardo.

**Como disse a *Folha de S.Paulo,* o senhor está virando um piloto de testes. Sua próxima viagem será para Chicago ou para Seattle, onde ficam a sede e a fábrica da Boeing?**

**Luiz Marinho**. Não confirmei ainda e depende das tratativas que iremos realizar. Os suecos vieram e assumiram fazer investimentos no centro de pesquisa e desenvolvimento. Os franceses irão investir na sua subsidiária. Os dois estão com um nível de compromisso dentro da minha expectativa. Os suecos criaram maior envolvimento com a indústria nacional e seu caça é um projeto em produção, derivado de um modelo atual em desenvolvimento com participação de engenheiros brasileiros. Nesse processo os suecos estão mais adiantados que os franceses e muito mais que os americanos.

**O senhor é bacharel em Direito.**

**Luiz Marinho** Fiz um sacrifício danado, trabalhando com o sindicato, mas me formei em 2004, aqui em São Bernardo.

**O senhor participou da criação da Lei de Inovação?**

**Luiz Marinho** Não participei, o meu trabalho sempre foi mais o lado prático, de testar e colocar ideias em ação.

**Há uma década o PSDB usava o discurso de que no PT não tinha quadros de gestores. Como o senhor avalia hoje essa questão de quadros para o gerenciamento do país?**

**Luiz Marinho** É uma contradição esse discurso do PSDB, pois em um determinado momento ele mesmo acusa o PT de ocupar toda a máquina administrativa do Estado. É evidente que existem muitos quadros formados ao longo do tempo pela própria máquina pública e os vários partidos ao chegar à governança se beneficiam desses quadros. Do ponto de vista ideológico e partidário o PT tem formado ao longo do tempo seus quadros. Ter bons quadros é fazer uma boa gestão? Se for, parece que conseguimos fazer isso melhor do que eles *[risos]*. Eles estiveram no poder oito anos e nós também, basta medir os resultados para verificar quem fez a melhor gestão. Por outro lado, existem quadros teóricos fantásticos, mas quando colocados para gerir um negócio prático-se revelam um desastre. São bons para produzir e desenhar o projeto, mas não para tirar do papel, licitar, contratar e realizar a obra física. Tem muito teórico que na universidade deita e rola, mas colocado para cuidar de um carrinho de pipoca vai à falência. De que quadros se está falando? Há bons quadros no PT, assim como há no PMDB, no PTB e em outros partidos. O processo democrático brasileiro é jovem, porém consolidado, e vai dar conta da produção dos quadros de que a República necessitar para continuar esse caminho maravilhoso que a economia brasileira experimenta.



DEBATE

**ADEMAR SEABRA, ALESSANDRO OCTAVIANI, GILBERTO BERCOVICI E NEWTON LIMA NETO**

# QUEM QUER FAZ A HORA

**Os desafios da inovação são enormes no país em que até Einstein teria de corrigir provas. Há vontade e concepção política para mudar. Agora, é preciso arregaçar as mangas**

Por Carlos Costa
Fotos Gustavo Scataena

A final, que projeto de país e de desenvolvimento queremos? Para discutir esse velho tema, que num passado recente caíra em desuso nos meios acadêmicos e políticos (e sintomaticamente está inscrito na linha do programa de mestrado da Escola de Direito de São Paulo da FGV, "Direito e Desenvolvimento") convidamos o diplomata Ademar Seabra da Cruz Junior, chefe da Divisão de Ciência e Tecnologia do Ministério das Relações Exteriores; o deputado federal Newton Lima Neto; o professor titular de Direito Econômico e Economia Política da Faculdade de Direito da USP, dr. Gilberto Bercovici; e seu assistente Alessandro Octaviani. A vinculação do advogado dr. Ademar Seabra com inovação deriva de suas pesquisas na área de relações internacionais, de que é professor no Instituto Rio Branco em Brasília, onde defendeu a tese "Diplomacia, Desenvolvimento e Sistemas Nacionais de Inovação: Estudo comparado dentre Brasil, China e Reino Unido". Alessandro Octaviani é professor na Faculdade de Direito da USP, no Programa de Pós-Graduação em Direito Político e Econômico da Universidade Mackenzie e de Direito na Escola de Economia da FGV. Gilberto Bercovici, autor de livros importantes como, entre outros, *Soberania e Constituição: Para uma Crítica do Constitucionalismo* (Quartier Latin, 2008), *Constituição Econômica e Desenvolvimento: Uma Leitura a Partir da Constituição de 1988* (Malheiros, 2005) e *Desigualdades Regionais, Estado e Constituição* (Max Limonad, 2003), coordena o Grupo de Pesquisa Direito e Subdesenvolvimento: O Desafio Furtadiano, projeto credenciado junto ao CNPq. Já o deputado Newton Lima Neto, que fecha o grupo nesta foto ao lado, formado em Engenharia Química pela Escola Politécnica da USP, onde se doutorou, foi reitor da Universidade Federal de São Carlos e prefeito daquela inovadora cidade (2001 a 2004, e reeleito, 2005-2008). A seguir, um condensado da longa conversa.

**Agradecemos a presença dos senhores para esta conversa sobre inovação.**

**Deputado Newton Lima Neto** Gostaria de iniciar destacando o avanço, que ainda tímido, desse tema na agenda nacional. Essa é a primeira boa constatação. Ainda há muito a avançar, mas, desde que ainda no Governo Fernando Henrique, Ronaldo Sardenberg assumiu o Ministério de Ciência e Tecnologia, ou seja, dos últimos dez anos para cá, passamos a entender ciência, tecnologia e inovação como política de Estado e vemos isso nos livros gerados pela Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. Sem dúvida o Plano de Ação Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional (Pacti) – elaborado no Governo Lula (2007-2010) – é a segunda boa constatação. Estabeleceu quatro grandes temas e a reativou o Conselho Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, com um aporte de R$ 40 bilhões para o PAC de Ciência e Tecnologia. Temos ainda os marcos legais: a Lei do Bem e a Lei da Inovação. O Governo Lula provocou algo muito importante que foi fazer a inovação entrar na linha de produção das grandes cadeias produtivas brasileiras. Antes as exceções eram a Petrobras, com a nova tecnologia em biotecnologia, a Embrapa, na área de alimentos, e a indústria aeronáutica. O *The Economist* desta semana *[24 de fevereiro]* coloca uma pergunta interessante: o que fazer com 9 bilhões de seres humanos que irão precisar de alimentos? Essa crise está aí e está na razão direta da queda das ditaduras no norte da África e no Oriente Médio; há a inflação de 45% nos preços dos alimentos no mundo. A revista mostra a importância da Embrapa e do Brasil em se tornar grande produtor de alimentos.



**Aí reside o perigo, não?**

**Newton Lima** Sim. Minha preocupação é a "acomodação pelas commodities" e que pela valorização dos grãos não se trate do tema da inovação e da competitividade, vital para a construção da sociedade do conhecimento. Outro marco importante é o fato de termos saído de 0,9% para 1,4% de investimento em inovação. Esse cálculo ainda não está fechado, mas é uma evolução de quase 50%, sobretudo nos últimos oito anos. Ainda está longe dos 2% que as nações mais à frente aplicam, mas houve um aumento na aplicação das empresas privadas. Quando aplicávamos 0,9 % do PIB, 90% era aporte do poder público e 10% do setor privado. Hoje a é 2/3 público e 1/3 privado. Lá fora a proporção é inversa. A indústria de capital estrangeiro continua a produzir conhecimentos nas matrizes fora do Brasil e algumas indústrias de base de capital nacional começam a integrar à sua linha de produção algumas novidades. Para acelerar esse processo, aproveitar competitividade com inovação e com conhecimento incorporado, um conjunto de ações têm de ser executadas e entrar na agenda nacional. A primeira seria revisar os marcos legais e ver o que funcionou ou não. Quando fui conselheiro da Finep, em 2009, a relação de demanda para oferta de crédito era da ordem de 7/1, tirando 30% de projetos ruins, financiamos 20% nas mais variadas modalidades, isso quer dizer que há demanda pelas empresas brasileiras para crédito de financiamento, mas o Estado não conseguiu ainda uma linha adequada para financiar inovação na indústria.

**Ademar Seabra da Cruz Junior** Não temos ainda 100% claro se nossa situação no campo da inovação efetivamente melhorou ou não. O deputado Newton Lima foi preciso quando mencionou a gestão do ministro Ronaldo Sardenberg na Ciência e Tecnologia. Coincidência ou não, em 1999 é quando se começa a falar de inovação de modo mais sistemático. A partir daí surgem os mecanismos que culminam com a aprovação da lei 10.973 em 2004 e com os principais instrumentos que permitiram as subvenções nos meados da década passada. Os resultados são um pouco contraditórios: houve aumento exponencial do número de empresas em busca desses mecanismos, mas o lado negativo foi um importante decréscimo do investimento em P&D (pesquisa e desenvolvimento) nas próprias empresas privadas. No final dos anos 90 ou começo da década passada, quase 12% de empresas faziam algum tipo de investimento em P&D. Hoje, estamos em 4%. Claro que esse percentual tem a ver com o aumento da capacidade exportadora brasileira nos produtos tradicionais e os desvios de recursos para essa atividade, pois a demanda em torno de especialização produtiva, sobretudo petróleo e gás, o complexo da soja e do milho é grande. Isso deixou pouco espaço para as empresas se estruturarem para a inovação. Talvez surja controvérsia em relação ao que o deputado afirmou a respeito de escassez de recursos, pois há uma oferta razoável. Fala-se em algo como R$ 4 bilhões pela Finep, mais R$ 2,7 bilhões de fundo de capital privado. Há um problema de duas mãos, embora a Finep tenha se agilizado nos últimos anos, há excessivo rigor, que alguns até interpretam como excesso de burocracia, mas o fato é que nosso setor privado ainda não está habilitado para fazer jus à oferta de crédito disponível. A Pesquisa Nacional de Inovação (Pintec) do IBGE na indústria revela que houve modernização do aparato produtivo brasileiro,





**"No final dos anos 90, 12% de empresas investia em P&D. Hoje, apenas 4%. Essa queda traduz o aumento das exportações de produtos tradicionais" (Ademar Seabra)**

mas isso não é necessariamente inovação, pois é mais cômodo as indústrias importarem máquinas e equipamentos...

**E incluem isso nas pesquisas de inovação?**

**Ademar Seabra** Sim, os instrumentos estão aí e tiveram impacto. Mas inovação é teoria e prática, e só após a aplicação dos 2% do PIB é que começa a ter um comportamento sistêmico. Inova-se em um ponto e a prática é transferida para a cadeia produtiva secundária, que por sua vez cria um efeito imitação em certas cadeias produtivas e a inovação passa a ser o padrão. Ainda estamos no padrão antigo, em que o fator principal de competitividade é inovação nenhuma. O Glauco Arbix, presidente da Finep, em seu livro *Inovar ou Inovar*, diz que tivemos um *turning point* (ponto de virada) importante na segunda metade dos anos 90, pois até então éramos uma economia baseada em fatores espúrios de competitividade.

**Por que espúrios?**

**Ademar Seabra** Mão de obra barata, sonegação fiscal, favores do governo, agressão ambiental e patrimonialismo. Isso melhorou, mas não chegamos ao ambiente sistêmico. Essa conscientização é um ganho da sociedade e, sobretudo, do governo. O fato de o GV*law*, um centro acadêmico de prestígio, ter incorporado em sua agenda essa discussão mostra que o tema está entrando nos poros da sociedade, exigindo respostas não só do governo, mas da sociedade e das empresas. Melhorou mas há um estoque de legislação obsoleto que não dá conta da necessidade de competitividade de nossas empresas no cenário global: a questão do registro de patentes, a imensa burocracia, sobretudo a aduaneira; a questão do mérito nas pesquisas acadêmicas ainda é orientada por parâmetros em grande medida superados. De todo modo, identificamos os problemas e eles estão sendo discutidos abertamente, inclusive pelos próprios dirigentes.

**Gilberto Bercovici** Nos últimos anos houve recuperação das universidades federais, ampliação de investimentos em infraestrutura, em pesquisa básica que gera inovação tecnológica, valorização da carreira científica e um aumento no número de publicações científicas brasileiras. Jorge Guimarães, presidente da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), gosta de mencionar que geramos 2,7% dos trabalhos científicos publicados no mundo, nos colocando em 13º lugar. Levando em conta nossas condições, é um salto qualitativo gigantesco. Mas, além dos problemas citados, há o fato de a carreira acadêmica estar de certo modo engessada, limitando o pesquisador. Ele não pode dedicar-se exclusivamente à pesquisa, pois há a docência, a extensão, os tripés da universidade. A carreira não está adaptada a centros exclusivos de pesquisas. Não basta ser pesquisador, ele precisa ser docente. O pesquisador pode ser uma sumidade no laboratório e péssimo em sala de aula. O deputado Newton Lima conhece bem isso, pois foi reitor de universidade, conhece os dramas que isso acarreta *[risos]*. O Brasil é um único país do mundo em que o Einstein teria de ficar corrigindo provas *[risos]*. A carreira exige isso, pois tem estrutura padronizada. Aqui, exceto o deputado, que é engenheiro, todos somos da área de humanas, e não estamos acostumados a trabalhos em co-autoria como é comum em áreas como as exatas ou biológicas. Temos ainda a questão da linguagem universal, presente nos trabalhos de medicina, física, química, que são em inglês e têm uma inserção internacional muito mais facilitada. Todos esses elementos do debate científico têm de ser levados em consideração. Órgãos como o CNPq e Capes batem cabeça em políticas muitas vezes semelhantes, que se sobrepõem, quando poderiam estar atuando em conjunto.

**Ademar Seabra** Como no caso da polícia militar e a civil.

**Gilberto Bercovici** *[risos]* Exato. Há uma série de desencontros até institucionais. O MEC e o MCT, que têm propostas cruzadas, conversam muito, mas também se chocam muito. Óbvio, o pesquisador é docente e vice-versa, são carreiras cruzadas, não há como descruzar. Mas não dialogam em muitas coisas. Outra questão é a ampliação dos fundos de investimentos em inovação tecnológica.

**Newton Lima** Que ainda é pífio!

**Gilberto Bercovici** Mas há uma tentativa.

**Newton Lima** O BNDES olha investimento em inovação com o mesmo olhar de um investimento que tem garantias. Isso não dará certo. O Glauco Arbix propõe, e eu defendo já há algum tempo, que a Finep se transforme num banco. Necessariamente o risco da inovação ou da invenção é grande, maior que o tradicional. Olhar a proposta com necessidade de garantia para aportar recurso de crédito inviabiliza muitas tentativas.

**Aí entra a questão do capital de risco.**

**Ademar Seabra** Mas como habilitar uma empresa para ela ter acesso a créditos?

**Newton Lima** É uma nova cultura que a Finep terá de desenvolver. A cultura do BNDES está correta, é um banco de investimento e precisa ter a necessária salvaguarda de retorno. Quando preparávamos o programa de governo da Dilma Roussef, pensamos nessa questão: ter um banco com outro olhar para o risco, mais flexível e mais elástico nessa compreensão.

**Gilberto Bercovici** É preciso repensar a relação entre universidade, financiamento e empresa, pois há limitações. Brinco que isso se dá porque a universidade pública não gosta de receber dinheiro. Mas esse problema ocorre pela falta de estrutura para lidar com isso.

**Ademar Seabra** A lei de inovação pretendia resolver essa questão.

**Newton Lima** Mas não resolveu e a Medida Provisória 495 *[transformada em lei 12349]* visava buscar solução para isso. Ela fez uma coisa muito importante que é dar, mesmo de maneira tímida, poder para a compra governamental, o que o resto do mundo faz.

**Alessandro Octaviani** Quero pegar três pontos colocados e que revelam que nosso debate é muito mais antigo e persistente e que a palavra inovação tende a nos enganar. Quando falamos de inovação no Brasil, falamos de produtos agrícolas. Lembro-me da foto da Embrapa, na *Folha:* mostrava o cerrado divido em uma parte plantada de soja e outra a ser plantada. Essa visão repete, na verdade com outro nome, a tradição da monocultura. Falamos de inovação tecnológica em setores estratégicos, mas de algum modo a vinculamos a uma estrutura com raízes no passado. É muito fácil pegar essa massa de recursos, material e mental, e jogar em estruturas que não resolverão os gargalos de nossa trajetória passada. E um dos pontos a considerar, ao avaliar os dez anos de tentativas de inovação, é o esforço de fazê-la entrar na agenda. O debate sobre inovação é um ganho, mas na tentativa de fazer inovação pode-se repor estruturas do passado. Falar que o empresário nacional não investe é sintoma e persistência de um comportamento passado. Fernando Henrique se notabilizou por estudar o comportamento do empresariado nacional na tentativa de se tornare autônomo. O que nas palavras de Celso Furtado é a internalização dos centros decisórios. O comportamento das empresas instaladas aqui é mais propenso à importação daquilo que é mais barato, o que é racional, do que assumir o risco de desenvolver um produto.

**E o que ocorre neste momento?**

**Alessandro Octaviani** A tentativa de construção de um novo patamar histórico civilizatório, forjar o nosso estado, nossa nação, como um agente dentro do sistema mundo. Se estivermos falando disso, o debate deve considerar o melhor desenho institucional para que se force o Brasil, não a se equiparar aos países que já fazem, mas como conseguir que o país faça mais. Se investirmos 2% do PIB em inovação, estamos correndo atrás de um alvo móvel. Barack Obama em seu discurso sobre o Estado da União deixa explícito que eles irão aumentar os investimentos em inovação. Nosso desafio é muito maior do que o desses países que já inovam. Ou seja, é preciso fazer com que as agências que tratam de inovação fiquem coladas ao poder central e que essa política seja transversal aos diversos centros decisórios para a educação e para a economia. O nosso desafio é pensar uma institucionalidade capaz de superar o subdesenvolvimento.

**Newton Lima** Esse desenho já existe, inclusive com a interação das várias políticas. Ainda não falamos da PDP (Política de Desenvolvimento Produtivo) e de como é fundamental recuperar nossa capacidade de planejar. Estamos criando o Plano de Desenvolvimento da Educação vinculado ao PAC; um Plano de Desenvolvimento da Saúde, que não decolou por causa do fim da CPMF. O desenvolvimento agrário decolou extraordinariamente com o suporte da Embrapa. O Brasil desenvolve soja de primeira qualidade, enfrentando problemas tecnológicos concretos de sementes que resistam à seca, às pragas, ou seja, temos tecnologia tropical. A *The Economist* mostra que estamos em pé de igualdade com o clima temperado. Está acontecendo a internacionalização da Embrapa, com a aprovação da MP 504/10, a que dei encaminhamento favorável no plenário da Câmara. E empresa poderá abrir escritórios na América Latina, África, o eixo Sul/Sul para comercializar aquilo que produz. Essa articulação a que o Alessandro se referia já existe como política de governo. Uns setores andam mais, outros menos, mas estão entrelaçados. No Plano de Ação em Ciência Tecnologia e Inovação, existe essa preocupação de se articular com as demais políticas. O ministro Aloizio Mercadante deixa claro que todos esses projetos estarão articulados às demais políticas, pois isso é essencial para dar esse salto.

**Ademar Seabra** Queria fazer uma pequena crítica, mas não li a reportagem da *The Economist* e não gostei *[risos]*.

**“A educação superior é um sucesso: 12.000 mestre e doutores/ ano. Mas colocando isso ao lado da baixa qualidade do ensino médio público, é um fracasso” (Newton Lima)**

Esse tipo de reportagem cumpre seu papel, como diversos outros textos que circulam no exterior e aqui. Refiro-me à pesquisa *Brasil: a economia do conhecimento natural*, realizada pelo Instituto Demos, de Londres, e publicada em parceria com o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, ligado ao MCT. Essa publicação se articula com a questão dos programas de maior apoio às inovações, como o próprio Pacti. Espera-se que esse plano se aprofunde em determinadas questões e faça algumas correções de rumo. Esses planos, como a matéria da *The Economist*, dão forte ênfase sobre qual seria a vocação brasileira, ou à nossa vantagem comparativa no agronegócio e na economia do conhecimento natural – biomedicina na saúde, vacinas, imunobiologia, sustentabilidade, a mudança climática, a questão da Amazônia, a produção de alimentos. Ou seja, vivemos num nicho em que, embora com alta competência e elevado grau de pesquisa científica, os produtos têm baixa elasticidade de preço. Há alta demanda mundial por alimentos por causa de um forte componente especulativo em torno disso. Quer dizer, sobra capital especulativo e ele interfere na Bolsa de Chicago e nos preços dos alimentos. É uma aposta complicada e temerária para nosso desenvolvimento científico se focarmos e nos especializarmos nesse nicho. O Brasil teve posição congelada e cristalizada na divisão internacional do trabalho em torno das commodities. E



por mais que tenhamos uma Johanna Döbereiner, que ajudou a fixação de nitrogênio no solo, tornando o Brasil a grande potência agrícola, isso não prospera. Um estudo do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), de 2009, concluiu que por mais que se agregue conhecimento científico e especialização na produção de commodities, o impacto final sobre o preço é reduzido. Apesar da demanda por alimentos e a alta dos preços, e de termos triplicado a produção agrícola em pouco mais de 15 anos, passando de 56 para 155 milhões de toneladas de grãos...

**Newton Lima** A receita não triplicou.

**Ademar Seabra** Ela aumentou apenas 15% em termos reais.

**Ou seja, ser a fazenda do mundo não é fator de competitividade...**

**Gilberto Bercovici** Ser a fazenda da China não é bom para ninguém *[risos]*.

**Ademar Seabra** Vamos bem nessa área agrícola e devemos continuar bem. Mas ela não é atividade extensiva de empregos, e de todo modo não é atividade de que precisemos nos preocupar, pois já tem estrutura própria e o Brasil seguirá sua vocação. Cabe aos formuladores de políticas – universidades, centros de pesquisa e inovação – buscar outras áreas para diversificar nossa produção tecnológica. Algo a que certamente o deputado Newton Lima irá se referir com firmeza, que é a questão dos Parques Tecnológicos como o de São Carlos, São José dos Campos... Como estão crescendo e como podem mudar o perfil da cultura produtiva brasileira? Isso é crucial.

**Gilberto Bercovici** Com a descoberta do pré-sal, o Brasil passa a ser grande produtor de petróleo, uma commodity (na realidade gostam de chamar de recurso estratégico), e com isso passa a ter um grande desafio, pois isso gera efeito na balança comercial e tem grande impacto econômico. Por mais que esteja prevista na nova legislação sobre o petróleo, que foi correta, a mudança de modelo, a criação do fundo social prevendo recursos para o desenvolvimento tecnológico e para a educação, esse é um desafio complicado. A Petrobras é no cenário brasileiro uma das raras exceções de empresa com forte programa de inovação tecnológica, de criação de patente e tudo mais. O petróleo pode gerar uma destruição do parque industrial, por vir a ser um “milagre”, em nossa procissão de milagres.

**Newton Lima** Por quê? A tendência é só de produtividade ou de comprar fora?

**Gilberto Bercovici** O petróleo traz tantos recursos que acaba sendo mais barato comprar fora e assim não se estimula a cadeia produtiva local ou gera uma cadeia fraca.

**Ademar Seabra** Além de produzir um choque de dólares na economia, apreciando o real e prejudicando as exportações.

**Gilberto Bercovici** Aí nossos queridos analistas econômicos dirão “por que produzir se é mais barato comprar?”

**A legislação sobre o pré-sal foi bem resolvida?**

**Gilberto Bercovici** Há mecanismos para impedir a ocorrência da “doença holandesa” *[aumento de receita decorrente da exportação de recursos naturais desindustrializando uma nação]*, pois prevê um fundo social dividindo dos recursos. São vacinas, mas como não sabemos o tamanho do vírus, e como elas serão implementadas, há um grande risco. E convenhamos que a história de nosso país não nos torna muito otimistas quanto à manipulação de recursos abundantes, e de matéria-prima fácil de ser exportada. Somos um pouco pessimista em relação a isso.

**Newton Lima** Avançamos na questão da educação superior, no aumento da produção intelectual, nas pesquisas básicas e na formação de recursos humanos de qualidade. São 12.000 mestre e doutores por ano. Mas quando colocamos isso ao lado da baixa qualidade de nosso ensino médio público, os indicadores mostram que fracassou o determinado pela Constituição de 1988: um regime de colaboração entre os entes federados.

**E por quê?**

**Newton Lima** A educação básica é divida da seguinte forma: a educação infantil é responsabilidade do município; a fundamental é compartilhada com o Estado; a média é somente do Estado. Tivemos em 1998 a infelicidade de que o então presidente Fernando Henrique Cardoso levou ao Congresso e teve aprovada uma proposta que impediu na prática que a União pudesse se comprometer com a expansão da rede de ensino técnico. Quando o Governo Lula assumiu havia apenas 140 escolas técnicas em todo o território nacional. Em 2005, o Congresso mudou essa lei, permitindo que a União voltasse a ser protagônica na implantação de uma rede técnica e tecnológica. Hoje são 350 escolas.

**Agora está faltando mão de obra?**

**Newton Lima** Sim, como dizia minha avó: quem planta mal colhe mal. De 2005 a 2010 foram criadas e estão em implantação 214 novas escolas técnicas federais. Conseguimos mais em cinco anos do que tudo o que foi feito em um século de história republicana, mas vai demorar a colher os frutos. Estamos com uma economia aquecida e um dos problemas para o país crescer 7,5% por ano é que o mercado não consegue mão de obra qualificada. Sobretudo engenheiros: a relação desse profissional entre o total de graduados é pequena. A dos países asiáticos é dez vezes mais. O MEC e o MCT terão que enfrentar esse tema. Quero fazer uma confissão: no passado defendi que a educação superior ficasse no âmbito do MEC. Estou cada vez mais convencido de que errei.

**Como reitor o senhor era contra?**

**Newton Lima** O Cristóvão Buarque, em 2002, defendia que as universidades deveriam ir para o MCT. Ele apanhou bastante, inclusive de mim *[risos]*. Eu entendia que as universidades teriam no MEC um mecanismo de formação mais adequada dos profissionais para a educação básica, sobretudo do ensino médio. Só que isso fracassou, pois os entes federados são diferenciados, se um governador não quiser investir na qualidade da educação acabou! Não adianta o MEC fazer programas, pois não há avanço. O Estado de São Paulo avançou quando o Geraldo Alckmin colocou as universidades no âmbito da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia. O José Serra alterou esse quadro, colocando as três universidades paulistas dentro de uma secretaria, a do Ensino Superior, desarticulando os dois sistemas. Com a volta de Alckmin, corretamente elas voltaram à Secretaria do Desenvolvimento.

**Quais os principais problemas para construir a sociedade do conhecimento e não ser o gigante com pé de barro. E chegando em 10 ou 15 anos à posição de 5ª potência mundial?**

**Newton Lima** Os problemas centrais são: a qualidade da educação básica, caso contrário não haverá alunos para ir para as universidades de qualidade que temos. O outro é introduzir inovação na linha de produção da indústria nacional. Há uma contradição quando falamos que educação, ciência e tecnologia é nossa prioridade e o Congresso Nacional ao olhar o orçamento enviado pelo Executivo, a primeira coisa que faz é tirar dinheiro da ciência e tecnologia e mandar para o turismo. Precisamos compreender de uma vez que todas as forças políticas têm de acatar esse assunto, pois é uma questão de Estado.



**Política de Estado não muda, política de governo sim.**

**Ademar Seabra** Essa é uma questão absolutamente crucial. Mesmo como os problemas existentes no ensino superior, as estatísticas mostram que existe um índice de desemprego de 0,9% entre a população com 3º grau e de 15% entre pessoas desqualificadas. Esses dados revelam que há um problema pronunciado com relação à questão das carreiras técnicas: de ciência e tecnologia, de engenharia e matemática. Fora a questão do analfabetismo funcional, uma força violenta contra os esforços governamentais. A formação de base é ponto crítico no que estamos discutindo aqui. Precisamos ter formação fundamental, valorizar a psicopedagogia, formar um público leitor e educar para a ciência. É urgente valorizar, popularizar e divulgar a educação para a ciência.

**Algum exemplo prático?**

**Ademar Seabra** O Miguel Nicolelis, neurocientista brasileiro atuando na Universidade de Duke (Carolina do Norte), conseguiu investimentos americanos e criou o Instituto Internacional de Neurociências de Natal, para formar professores para aulas de reforço de ciência em escola estaduais e municipais da periferia da capital potiguar. O impacto foi extraordinário na formação e despertar dos garotos para a ciência.

**Newton Lima** Neste mês o piso salarial do professor do ensino fundamental foi para R$ 1.187,97 reais por 40 horas, e o ministro Fernando Haddad foi feliz nessa medida, embora os prefeitos de cidades menores reclamem por causa do impacto no orçamento municipal. Mas esse piso é baixo. A meta do Plano Nacional de Educação 2011/2020 é acanhada: aponta que o salário do professor deve ser pelo menos 60% da média de mercado dos salários de nível superior. Na China pós-revolução e no Japão do pós-guerra professor primário e secundário ganhava igual a professor universitário. Precisamos ser mais ousados e é o que irei propor quando analisarmos PNE. Podemos ter toda a tecnologia de ensino e aprendizagem, mas sem esquecer que o professor é o protagonista desse processo. Quantos professores de matemática ou ciências estão em situação precária ou mal remunerados? Há dez anos, quando se debatia o 1º Plano Nacional de Educação, prevendo destinar 10% do PIB para a educação, o Fernando Henrique vetou. Se há dez anos tivéssemos aplicado 10%, e não 4,5 ou 5%, hoje não estaríamos





**"Temos política de sucesso com a escolha de setores de futuro. No Porto Digital do Recife, onde havia prostitutas agora há software. Isso é ato de política" (Alessandro Octaviani)**

discutindo aqui. Isso demonstra que um intelectual, PHD pela Sorbonne, não tinha a visão de que o país iria necessitar de massa crítica para impulsionar o desenvolvimento. Não é um fato partidário que relato, é um dado histórico!

**Alessandro Octaviani** O veto do FHC é o passado chegando e se posicionando frente ao presente e contra a institucionalidade montada. "O passado oprime como pesadelo o cérebro dos vivos", diz Marx no *18 Brumário*. Mas o bom é que vivemos um presente virtuoso. Gostaria que falássemos de experimentalismos institucionais que são sintoma positivo para nos posicionarmos. Falemos dos parques e polos tecnológicos, como o de São Carlos, que não é nada natural e sim construção da vontade da sociedade...

**Ou do Porto Digital do Recife.**

**Alessandro Octaviani** Nesse caso não há mesmo nada de natural: onde havia prostitutas agora há software *[risos]*. Isso é ato de uma política. Temos uma política de sucesso e que aponta para um caminho de sucesso que é a escolha de setores de futuro e de como escapar da teoria das vantagens comparativas. A vantagem comparativa é ótima para quem tem vantagens a ser comparada. Para quem está na outra ponta é perigosa. Que a gente se dá bem com produto agrícola ninguém tem dúvida, mas o que vai acontecer nas áreas em que não querem que a gente se dê bem? Como podemos vender um produto de nanotecnologia para o Japão? Quem sabe nos próximos dez anos o blackberry não terá tecnologia nossa? Barack Obama, mago da comunicação de massa, está tentando tocar o coração de uma nação inteira e trazê-la para um único objetivo. Ele olha para as crianças e tenta reunir todos os norte-americanos quando diz que "Se tocarmos o coração das nossas crianças, não para ser só professor ou montador de softwares, e apontar o caminho da ciência e tecnologia, seremos a nação do futuro".

**Ademar Seabra** O Alessandro menciona que nosso setor produtivo é baseado no agronegócio, mas temos uma vantagem em relação a isso na história da inovação. Ha-Joon Chang, em *Chutando a Escada: a Estratégia do Desenvolvimento em Perspectiva Histórica*, diz que em todo o processo de desenvolvimento científico tecnológico as estratégias foram calcadas num modelo de planejamento econômico forte. Tivemos algo parecido aqui, mas se confundiu planejamento econômico com estratégia de substituição de importações, criando a perigosa ilusão de que quando se protege a indústria já há uma estratégia. O lado nefasto disso é que protegeram por anos a nossa economia e quando abriram, nos anos 90, não houve contrapartida. Quando se fala dos movimentos virtuosos da economia brasileira precisamos mudar o rumo desse Titanic.

**Não é a melhor imagem...**

**Ademar Seabra** *[risos]* Sem dúvida. Mudar o rumo do transatlântico não se faz da noite para o dia. Existem decisões que são do Estado e parecem voluntaristas por investir em áreas não tradicionais mas que mudam o rumo de trajetória. A vocação tecnológica depende de um esforço nacional e de uma orientação. A China é um exemplo conspícuo: há trinta anos estava pior que nós, uma economia fechada e um comércio exterior menor que US$ 1 bilhão e mudou esse quadro num grande esforço de modernização. O Brasil não pode chegar de uma hora para outra e decidir: vamos desenvolver um programa de construção de um grande parque farmacoquímico baseado em nossa competitividade biotecnológica e criar multinacionais na área de fármacos. O processo pode demorar dez anos. Essas etapas podem e devem ser saltadas por meio da inserção internacional planejada, em que diversos nichos de competitividade façam articulações, do mesmo modo que são importantes as parcerias internacionais para melhorar a avaliação da ciência interna no Brasil. A nanotecnologia, a biotecnologia, os novos materiais e a indústria aeroespacial foram construídos na China em mais ou menos quinze anos. Outro componente fundamental é replicar experiências. A questão internacional é fundamental, e a China fez isso bem e é um exemplo que podemos imitar e absorver. A inovação na China não é local, em 90% dos casos são das multinacionais que operam lá. A inovação local é pequena, tanto que o plano para 2020 prevê a criação dessa inovação endógena, pois há essa dependência estrutural na economia chinesa. Se a IBM abre uma fábrica na China, isso imediatamente pressupõe investimentos em pesquisa e desenvolvimento dessa fábrica no território chinês, com nacionalização dessa pesquisa. Nós nem em sonho fazemos isso e é hora de trabalhar nessa direção. Recebemos muitos investimentos, por exemplo, segundo a Câmera de Comércio Brasil/Alemanha em 2010 o investimento direto alemão aumentou 130% em relação a 2009. Nada disso dá para perder, é investimento puro em máquinas, equipamentos, nos processos produtivos, nas vendas, serviços. Mas não dá para ser meio capitalista e é possível impor externalidade, e algumas regras do jogo da competição econômica internacional não podem ser violadas. A China não viola nenhuma. Giovanni Dosi, teórico da inovação, diz que nenhum país pode basear sua competitividade futura nas vantagens comparativas presentes. Se fosse assim, o Japão estaria até hoje fabricando gravata de seda. Ele menciona as questões das vantagens comparativas estáticas e as dinâmicas e que para adquirir a segunda é essencial ter uma orientação. O Reino Unido, no auge da crise de 1970, era considerado país subdesenvolvido, com a desestruturação completa da produção: greves e ineficiência produtiva. Fizeram ampla reconversão na direção de políticas de inovação solidas e até obsessivas. Hoje na Inglaterra a inovação

permeia todos os extratos da sociedade, todos os ministérios e universidades têm um departamento de inovação e de qualificação profissional. Inovação aplicada até em coisas básicas, como a construção de playground para crianças. A Irlanda é outro campeão disso.

**Gilberto Bercovici** Ela só não está melhor porque quebrou.

**Ademar Seabra** Quebrou por causa do ultrassucesso da inovação. Tiveram uma receita internacional tão absurda que ninguém queria se levantar da cama para trabalhar ganhando menos de 300.000 euros por ano. Esse excedente de capital foi jogado na bolha especulativa que levou o país à lona.

**Gilberto Bercovici** A Irlanda, Israel, Japão e Inglaterra são países com recursos naturais escassos que tiveram uma série de oportunidade de investimentos em capacitação e conhecimento. Israel na capacitação de recursos humanos e investindo em inovação.

**Ademar Seabra** O desafio brasileiro agora é muito maior do que naquela época, pois o regime de propriedade intelectual não era tão estrito.

**Gilberto Bercovici** A nossa legislação é problemática com relação à questão de patentes, além da burocracia, leva anos para registrar. Não sei até onde foi chiste ou não, mas num debate o senador Roberto Requião jurou que a legislação atual de propriedade intelectual foi aprovada em inglês no Senado Federal *[risos]*. Tamanha era a pressão da OMC e organismos internacionais. Depois o Brasil aderiu aos acordos da Hélice Tríplice (interação universidade-indústria-governo) de maneira equivocada e incondicional. Enquanto todos os países impuseram uma série de condicionantes, nós, acreditando que éramos os melhores e não precisávamos proteger nada, não impusemos prazo ou condição alguma. Os americanos puseram uma série de condicionantes e nós, para mostrar que somos melhores, não exigimos nada.

**Ademar Seabra** Temos dificuldade para formular nossas agendas e demandas nesse cenário internacional. Nos anos 90 não tínhamos ninguém com capacidade para defender o interesse brasileiro perante à OMC, era preciso contratar escritórios de advocacia nos EUA.

**Como está a situação hoje?**

**Ademar Seabra** Um pouco melhor, mesmo assim é um gargalo. No setor de nanotecnologia se realizam fóruns e seminários, com o desafio de chegar a um planejamento estratégico setorial, saber aonde essa indústria quer chegar, quais os gargalos de produtividade, tecnologia, gestão ou investimento. Mas poucos setores têm essa demanda.

**A Abinee, Associação da Indústria Elétrica e Eletrônica, produziu recentemente um documento assim para o setor espacial brasileiro.**

**Ademar Seabra** O setor espacial brasileiro é crucial, levando em conta a vocação do país e o grau de desenvolvimento tecnológico que podemos alcançar . A agência espacial britânica gera produtos para a economia da ordem de US$ 82 bilhões por ano, enquanto nossa marca é de US$ 100 milhões.

**Gilberto Bercovici** E, quando o Estado brasileiro vendeu a Embratel, deixou levar no pacote satélite *[risos]*. Somos o único país do mundo que conseguiu essa proeza: desenvolver e vender o próprio satélite.

**Ademar Seabra** Hélio Jaguaribe tem o interessante conceito do protecionismo mitigado com massa crítica. Alguns setores têm de receber investimento sabendo aonde quer chegar. O setor espacial é um deles. O Brasil tem uma massa crítica importante e não pode ousar dar um passo atrás em seu programa espacial até em respeito a todos os investimentos já realizados. A indústria da nanotecnologia cresce e busca outras aplicações no setor de cosméticos, nanocompostos cristalinos, energia fotovoltaica, tubo de carbono. Inovação não perdoa os que vacilam ou pensam pela metade. Tenacidade e a perseverança são fundamentais. Temos de adotar políticas setoriais e mobilizar mais o setor privado.

**Newton Lima** A CNI (Confederação Nacional das Indústrias) criou a Mobilização Empresarial para Inovação. Participei de uma reunião de empresários com o ministro Mercadante no Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial. Percebo que o assunto está entrando na agenda das indústrias brasileiras, que começam a ver a importância dessa discussão. Antigamente diziam que a China copiava, trabalhava com o câmbio e salários baixos, mas esse discurso não tem mais sentido. Ela introduziu conhecimento, e até pode copiar, mas é capaz de produzir aprimorando um produto.

**“Quando vendeu-se a Embratel, o satélite foi no pacote. Somos o único país do mundo que conseguiu essa proeza: desenvolver e vender o próprio satélite” (Gilberto Bercovici)**

**Gilberto Bercovici** Outro setor que precisa ser olhado é o nuclear, com uma série de vantagens, inclusive comparativas, pois tem matéria-prima à vontade... Por preconceito ou por uma série de razões se abandonou uma via de desenvolvimento.

**Alessandro Octaviani** Para nos equiparar à China, teríamos de melhorar nossa capacidade produtiva onde há inovação tecnológica. Como fazer política de Estado entendendo setorialmente empresa por empresa e controlar a inovação? Valeria a pena ter foco na hora de definir a missão das agências que tratam de inovação, pois alguns setores irão prosperar, enquanto outros, mesmo com muitos investimentos, eventualmente não darão resultados. Quais os mecanismos dentro dos órgãos financiadores, planejadores, e que variáveis montar para ter um salto a mais na capacidade de controlar a nossa política de inovação?







**Newton Lima** Você não acha que teve um avanço? Não podemos esquecer de falar da Fiesp.

**Ademar Seabra** Desde 2007 o país é exportador líquido de investimentos mais do que recebedor, ou seja uma mudança cultural importante. Nós estudávamos na faculdade o Estado brasileiro, e no caso o BNDES servindo para amparar empresas ineficientes ou salvar empresas como no caso clássico da fábrica de brinquedo Trol, pois ninguém comprava produtos sem qualidade. Compravam-se ações ociosas da empresa na bolsa com dinheiro do BNDES para ela não fechar.

**Newton Lima** Os Estados Unidos fazem isso com bancos e com vários setores *[risos]*.

**Ademar Seabra** Há um aspecto óbvio mas que é importante mencionar, o de que o ambiente de inovação necessita de uma parte que o Estado não controle para ter um grau de espontaneidade. Tanto que se define inovação como “um pensamento claro e fresco sobre um processo novo, uma visão nova de realizar as mesmas coisas”. Inovar a empresa e o chão de fábrica depende de uma constelação de coisas e fatores iniciais que são dados somente pelo Estado. Educação primária de base é algo inegociável e incontestável. “Tenho de melhorar a competitividade do Brasil e vender câmeras imageadoras de satélite da Opto Eletrônica de São Carlos”... Falo muito de São Carlos, pois lá tem tudo o que há de bom e que o Brasil gostaria de produzir *[risos]*. Infelizmente São Carlos não é o Brasil, São Carlos é apenas São Carlos. As políticas têm que ter essa visão holística.

**Newton Lima** Gostaria de contar uma história sobre como uma decisão política pode fazer esse salto. Aproveitando o exemplo de São Carlos e o novo parque tecnológico público e privado que iremos aprovar e que pode vir a ser o grande case para poder multiplicar. Nossos principais parques tecnológicas e incubadoras foram majoritariamente criação do poder público até que se percebeu que não só o Estado é capaz de fazer isso. O parque de São José dos Campos, onde a VSE *[Vale Soluções em Energia, braço da Vale do Rio Doce]* tem um papel importante é outro exemplo. Deu certo em outros países a iniciativa privada se associar às universidades, centros de pesquisas e às cidades vocacionadas. Não dá para ser um crescimento linear, mas PE preciso que seja exponencial, que é como o conhecimento se dá.

**E como o poder público entra nessa história?**

**Newton Lima** O Dirceu Barbano, secretário da Saúde na época e hoje presidente da Anvisa, entrou em meu gabinete: “Prefeito, temos uma centena de pesquisa em equipamentos na área de insumo da saúde em torno de São Carlos. Vamos fazer uma mostra sobre isso?” Existe na região mais de 213 empresas de base tecnológica que nascem pela vocação e concentração de talentos. Com o ato político de falar “Vamos fazer” conseguimos aglutinar a prefeitura, o governo do Estado com o sistema de parques tecnológicos na gestão Alckmin, e a União. Resolvemos fazer os CITESC (centro de inovação em tecnologia na área de saúde de São Carlos), um condomínio de terceira geração, no complexo do Parque Eco-Tecnológico Damha, com o objetivo de vender lotes para empresas e possibilitar que elas se desenvolvam em um espaço adequado e agradável de lazer, associando qualidade de vida com produção de equipamentos de base tecnológica. Como um shopping center que tem uma loja âncora com muitos produtos e prestadores em volta. Esse condomínio é público/privado pois haverá um prédio central construído com recursos do governo federal, e as incubadoras implantadas com recursos estaduais. Teremos um habitat apropriado para levar a transformação do conhecimento básico, produzido nas universidades, até a linha de produção do parque. A questão de como embasar esse projeto para que ele fosse vendido era o elo que faltava, e foi resolvido com a construção do Hospital Escola, local onde esses equipamentos serão aplicados.

**Ademar Seabra** Isso é genial pois quando esses equipamentos começarem a dar resultados outros hospitais irão querer saber o que está acontecendo e isso gera o replique.

**Newton Lima** O primeiro laboratório de nanotecnologia para a agricultura é o da Embrapa de São Carlos. O ambiente universitário não pode ficar circunscrito à produção do conhecimento, e é aí que entra a decisão política para associar forças e conseguir dinheiro. No caso desse projeto de São Carlos os recursos vieram da união dos três entes federados e da iniciativa privada, com o Ministério da Ciência e Tecnologia, da Saúde, e a Secretaria de Estado do Governo e Finep.

**Ademar Seabra** O setor público tem iniciativas de indução e o privado menos. Existem exceções, como o caso de Santa Rita do Sapucaí, aliás um caso

curioso pois havia certa tradição por causa de Itajubá e o Laboratório Nacional de Astrofísica. Mas o fato é que uma senhora rica resolveu criar uma escola técnica na área de informática. Isso gerou uma sinergia e hoje existem quase duzentas empresas na cidade que exportam até UTI para a África e a América do Sul. O Gilberto Bercovici destacou a necessidade da mudança nos parâmetros de aferição de qualidade da pesquisa universitária. Não é só ter essa frenética publicação de papers, a questão é como determinada unidade acadêmica pode fazer um transbordamento ou ajudar os programas de popularização da ciência no fortalecimento da educação básica.

**Alessandro Octaviani** E como o Brasil pode criar um sistema nacional de inovação e ser uma nação comercialmente competitiva. Inovar para o mercado é um desafio, mas a questão é como ela pode contribuir para o bem-estar social, ou como introduzir inovação no SUS e em outros sistemas.

**Newton Lima** Criamos um Centro Tecnológico de Agricultura Familiar em conjunto com a Embrapa e a universidade para capacitar pequenos agricultores na melhoria do processo produtivo e logística de distribuição, além de usufruir da lei, outro indutivo, que diz que os recursos do MEC para comprar merenda escolar devem privilegiar os agricultores familiares locais.

**“Uma questão crucial é a mudança na cultura dos editais (CNPq, Capes) que precisam incluir o componente inovação como critério de julgamento” (Ademar Seabra)**

**Ademar Seabra** O Bolsa Família é um programa excelente. E como outros traz uma engenhosidade para melhorar o hiato social no Brasil. As pessoas abaixo da linha da pobreza precisam de bens primários para sobreviver e a partir disso pensar em ser agentes de transformação. Mas essa é uma questão que deve acompanhar esse mecanismo social de inclusão: o quanto o Bolsa Família representou de inclusão de cidadania ativa para intervir nessas questões produtivas? Criamos uma sociedade consumidora exigente que cobre melhores produtos e serviços do setor público e privado?

**Alessandro Octaviani** Temos outro desafio como a crise ambiental mundial. O nosso desafio é enorme, pois o Brasil tem a responsabilidade da questão ambiental perante o mundo.

**Podemos começar a rodada de considerações finais.**

**Gilberto Bercovici** A inovação tecnológica deve estar vinculada a algumas premissas: o desenvolvimentos de produtos primários ou commodities, política industrial, produtos de alto valor agregado, produtos sofisticados e ao debate eterno entre os que defendem nossa subordinação a produzir bens primários para o mercado internacional e os que defendem que temos de, além de produzir essas commodities, ter capacidade e autonomia para decidir nosso desenvolvimento. Nos anos 30 quem rompeu, na prática, com a teoria das vantagens comparativas foi o sujeito que dá nome a esta revista, Getulio Vargas. Ele rompeu o processo da vocação agrícola, de que seríamos o celeiro do mundo. Nunca fomos um grande país agrícola, produzíamos cafezinho para depois da sobremesa *[risos]*, enquanto a Argentina produzia o prato principal, a carne. Já ouvi de pessoas qualificadas: “Nossa vocação é produzir a comida do mundo, petróleo, ferro e produtos agrícolas para a China e Índia, e, já que eles não têm, vamos criar vantagens e vender. A indústria é mero capricho de loucos que passam pelo poder”. Não é verdade. Nossa vocação é ser um país completo. Possivelmente quando Alexander Hamilton iniciou a política industrial americana no final do século XVIII tenha sido tachado de louco, mas ele abriu caminho para as políticas comerciais, aprimoramento da educação básica e científica, e os processos produtivos, melhorando as condições da população.

**Ademar Seabra** Faculdade de Direito pensar inovação é a coisa mais inovadora que pode ter. Para esse desafio que nos foi proposto é fundamental pensar as causas subjacentes: educação fundamental básica para a formação de público leitor, as engenharias, como o governo pode produzir instrumentos de indução e, falando de maneira muito grosseira, penalizar as empresas que não inovam e premiar e favorecer as que inovam. Basicamente esses são os instrumentos de que o Estado deve fazer uso. Os centros de pesquisa e as universidades devem fazer a mesma coisa, criando mecanismos de premiação para a produção de conhecimentos que estabeleçam condições de transferência do conhecimento produzidos para o setor produtivo. Uma questão crucial nesse aspecto é a mudança na cultura dos editais (CNPq, Capes, das Fapes estaduais), que precisam incluir o componente inovação como um critério de julgamento. Obviamente que isso não vai restringir a independência da produção do conhecimento científico, que é um pilar para um Estado democrático. O Estado tem de induzir um setor que é deficiente e os centros de P&D devem adotar critérios de avaliação direcionados com esse aspecto. Outro elemento para constranger as empresas e forçá-las a inovar é fortalecer os mecanismos de proteção ao consumidor, ou seja, criar um sistema produtivo nacional que atenda às expectativas dos consumidores. Premiar as empresas que tenham um histórico de respeitar esses direitos e buscar a internacionalização de patentes da economia nacional. O Brasil deve estabelecer pontes com outros países com capacidades inovadoras notórias, sabendo que hoje em dia é quase impossível pensar em desenvolvimento autônomo sem criar parcerias. O Brasil ganhou credibilidade internacional significativa nos últimos tempos e isso é um capital político fundamental a ser utilizado para esses programas.

**“A Dilma está convencida de que inovação e educação são passaporte para a construção do Brasil, com distribuição de renda e respeito ambiental” (Newton Lima)**

**Newton Lima** No relatório de 1994 do Banco Mundial um dos textos sobre ensino superior na America Latina dizia que o Brasil deveria abandonar o financiamento para a educação pública superior produzir conhecimento, já que essa não era tarefa para países em desenvolvimento. Eles produzem ciências e tecnologias e nós aplicamos. Nosso papel era formar mão de obra e qualificá-la para operar o sistema. Isso foi adotado como política de governos e resultou em um conjunto de questões que impediram a expansão da rede técnica e tecnológica. Bem diferente foi o discurso da presidenta Dilma por ocasião dos 90 anos da *Folha de S.Paulo*. Ela falou do Brasil do conhecimento e potência ambiental. Um salto. A principal expoente da política nacional está absolutamente convencida de que inovação e educação de qualidade são passaporte para a construção do Brasil, ao lado da distribuição de renda e respeito ambiental. Sou absolutamente otimista porque os desafios são enormes, mas está em nossas mãos construir e superar os obstáculos. Há uma vontade e concepção política de estabelecer soberania com qualidade de vida do povo e inovação é um tema central. Se isso é uma concepção de governo, o Estado tem de acompanhar esse processo e teremos que dar conta disso no Parlamento, na academia, nas empresas.







# A PONTE DO CONHECIMENTO AO EMPREENDIMENTO

**Com radicalismos tecnológicos ou incrementos simples, inovar exige conexão entre pesquisa e mercado**

Por Rafael Gregorio

A soma de uma ideia nova a uma ação e um resultado se mostra uma fórmula bem-sucedida há anos. Muitos anos. Desde que o primeiro hominídeo fabricou armamentos rudimentares de pau e pedra, para ser exato. O empreendimento era simples: lascar lanças perfurantes e ligá-las com cipós a hastes de madeira, tão longas quanto mais nocivo o inimigo. De lá para cá, muita pedra foi polida e muita gente fez história, de Gutenberg a Leonardo da Vinci. Determinante na era das grandes navegações, o processo inovador ganha contornos radicais na Revolução Industrial. A partir do século XVIII, as substituições da energia humana pela motora e da produção doméstica pela industrial alteraram a relação das pessoas com o tempo e o trabalho. Máquinas a vapor, eletricidade, telégrafo, fotografia, anestesia, telefone, plástico, rádio, cinema. Nada que se comparasse, porém, ao que estava por vir após 1901. O "século da inovação" deu à luz linhas de montagem, aviões, teoria da relatividade, automóveis, penicilina, mecânica quântica, energia nuclear, televisão, DNA, laser, exploração espacial, ar condicionado, computadores pessoais, internet, clonagem. Biotecnologia e nanotecnologia. E... automação de varejo.

## Bematech e Verdartis

Nascida na tese de mestrado de Marcel Malczewski e Wolney Betiol, a Bematech hoje possui 55% do mercado de automação de pontos de venda. Em 1989, o projeto dos então alunos de engenharia eletrônica da Universidade Federal do Paraná foi o primeiro a ser adotado pela recém-fundada Incubadora Tecnológica de Curitiba. Formalizaram a empresa no ano seguinte. Diante das negativas dos órgãos públicos de estímulo, em 2001 tornaram-se uma sociedade por ações e recorreram à captação privada. A companhia recebeu aportes de fundos de venture capital e, no mesmo ano, começou a exportar para os EUA. Em 2007, ingressou no segmento especial Novo Mercado da BM&FBovespa, reservado a empresas com governança corporativa diferenciada. Retroalimentada por recursos de private equity, a Bematech adquiriu seis concorrentes norte-americanas e expandiu sua presença a nove filiais no país. Apenas no quarto trimestre de 2010 a companhia pagou R$ 1,8 milhão em dividendos, e o faturamento estimado para o ano chega a R$ 400 milhões. O entusiasmo é tanto que os sócios planejam abrir seu próprio fundo de investimentos.

Pouco mais de 500 quilômetros separam a capital do Paraná da "capital da tecnologia", como hoje é chamada a cidade de São Carlos. Ali, Marcos Roberto Lourenzoni terminara seu doutorado quando foi procurado por um entusiasmado Richard John Ward, professor de Química da USP de Ribeirão Preto. O assunto: uma tese de pesquisa revelara uma enzima "muito promissora". Técnico em processamento de dados com graduação e pós na disciplina do mestre, Lourenzoni vislumbrou o potencial de utilização industrial da novidade. Após preparo com um MBA em gestão empresarial, juntou-se a Ward e ao pesquisador Álvaro de Batista Neto para fundar, em 2007, a Verdartis. Desde então a empresa se concentra no refinamento de enzimas para aplicação em biomassa, com dois produtos principais. Um deles substitui o dióxido de cloro tradicionalmente utilizado pelo setor para branquear a celulose, com ganhos financeiros de até 28% e redução de danos ambientais. O outro, mira reduzir em até 30% o gasto de energia elétrica na geração do papel. A empresa venceu o prêmio Abiquim (Associação Brasileira da Indústria Química) de Tecnologia em 2010, na categoria Empresa Nascente, referendando uma criação para a Suzano Papel e Celulose. Antes, passou por estágio na Supera Incubadora, teve quatro projetos aprovados pela Fapesp, três pelo CNPq e um pelo

Finep. Porém, ainda restam três desafios para ultrapassar o desenvolvimento e atingir a comercialização. Primeiro, testes em escala industrial para aprimorar a alimentação dos microorganismos a custo inferior a R$ 0,50 por tonelada de celulose, para os quais faltam fermentadores e estrutura pública adequada. Depois, a obtenção e a retenção de mão de obra qualificada, igualmente escassa e prejudicada pela competição das multinacionais e universidades particulares. Finalmente, a falta de padronização na heterogênea infraestrutura industrial das gigantes do setor, que impede a customização do produto. Para resolver esta última tarefa, Lourenzoni inclusive desenvolveu um software de biologia molecular que aproxima a manipulação das proteínas das condições ideais.

Especialmente nos últimos cinco anos, casos como os da Bematech e da Verdartis proliferam no país. Da trivial planilha de dados para substituir a caderneta na vendinha da esquina até a manipulação genética de células para criar cosméticos, a inovação escala as manchetes e adquire status de celebridade nos meios políticos e científicos. Por isso mesmo, pede demarcação criteriosa.

### A equação fundamental

"Uma mudança que gera resultado ou, numa fórmula, ideia + ação + ganho." A definição flui cristalina nas palavras de Marcos Augusto de Vasconcellos, professor da EAESP (Escola de Administração de Empresas de São Paulo) desde 1972 e coordenador do Fórum de Inovação da FGV. "O ganho", acrescenta, "pode ser econômico ou não; uma ONG, por exemplo, busca dividendos sociais." Ele e o colega Antonio Carlos Teixeira Álvares participaram da primeira reunião da entidade, em 1999, e atuaram para sua fundação no ano seguinte. Também estavam presentes empresas como a Brasilata e a Embrapa, um time hoje completado por Banco do Brasil, Sebrae, Suzano e Nódesign. Além, é claro, da própria EAESP. "Inovações tecnológicas não fazem parte de nosso escopo, mas sim as condições para que uma organização inove continuamente", afirma Vasconcellos. O Fórum age em grupos de estudo batizados de Redes de Conhecimento, que focam subtemas como colaboração, gestão, micro e pequenas empresas. Outras duas redes "em gestação" passarão a lupa sobre o papel da educação e a inovação social. O dia a dia inclui projetos de pesquisa com professores, alunos e funcionários das companhias, uma rotina que já rendeu três publicações coordenadas por José Carlos Barbieri, também professor da FGV. Além disso, os gestores se reúnem formalmente em seis ocasiões anuais, quando dividem material, esmiúçam casos e doutrinas e miram novos segmentos. O trabalho do Fórum ganhou notoriedade quando sua metodologia serviu de base para a primeira rodada do ranking de organizações inovadoras da revista *Época Negócios*, em 2009. Nos seus relatos, uma particularidade chama a atenção: "Não se trata apenas de comprar patentes e criar um departamento de P&D (pesquisa e desenvolvimento) para que a inovação floresça".

**"A maioria dos implementos nas MPEs são tão simples quanto o dono de bar que passa a vender açaí no bairro", diz Pedro Gonçalves, do Sebrae**

A tese encontra respaldo no *Manual de Oslo*, publicado pela OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico) em edição revisada em 1997. Algo como um evangelho da inovação, com regras de metodologia e padrões para medir as atividades. É a literatura adotada, por exemplo, pela Finep e pelo Sebrae. "Sem ele, seria impossível obter dados estatísticos que pudessem ser comparados em nível internacional", reza o prefácio. O Manual cobre essencialmente os adventos tecnológicos de produtos e processos (TPP) no setor privado, mas apresenta coordenadas eficazes para avaliar também serviços, métodos organizacionais e práticas públicas.

O texto divide as ocorrências em "máximas", "intermediárias" e "mínimas", que designam o novo no mundo, em uma região ou país e, afinal, em uma empresa. Antonio Carlos Teixeira separa os conceitos em "world innovation" e "firm innovation", e Vasconcellos explica: "Posso inovar implantando um sistema de gestão que todos já têm, mas meu negócio não tinha". O predicado gera ao menos duas conclusões importantes. Primeiro, a distância entre a invenção e a inovação, popularmente igualadas por estereótipos inexatos. "Invenção é a ideia nova, que se não for trabalhada em benefício de alguém, fica na gaveta", afirma Vasconcellos, ao que Teixeira arremata: "Nem toda invenção é uma inovação, e nem toda inovação vem de uma invenção". Ele menciona dois casos ilustrativos. "A Starbucks desenvolveu um modelo de venda de café que não tem nada de inventivo ou tecnológico, está ligado apenas a processos, energia, materiais. A Southwest Airlines criou um sistema de rotas em aeroportos secundários para competir com ônibus, também sem nenhuma invenção." Depois, a predisposição do movimento inovador a entrelaçar elementos multidisciplinares. "Uma ideia brilhante pode ser fruto de um gênio solitário, mas a inovação é sempre um trabalho em equipe", afirma Vasconcellos. O processo tende a se manifestar no plural, em mais de uma manifestação. Na terminologia do Fórum é a chamada inovação sistêmica.

### Multiplicação do Professor Pardal

Especializada na fabricação de embalagens metálicas para tintas e produtos químicos, com fábricas em quatro Estados, quase 50% de market share e faturamento de R$ 470 milhões em 2010, a Brasilata emprega atualmente mais de mil inventores. Assim são anotadas as carteiras profissionais de todos os funcionários da empresa, considerada uma das dez mais inovadoras do país. A institucionalização do Professor Pardal foi solução encontrada por Teixeira. De uma só vez, o CEO garantiu fundamento jurídico para as atividades inventivas, sob o teto das leis trabalhistas e de propriedade intelectual, e inseriu motivação psicológica em sua equipe para formar o meio inovador interno.

A literatura afirma que empresas inovadoras são aquelas em que a maioria dos funcionários estão envolvidos de alguma forma com a criação. Confiança e ausência de medo são indispensáveis. "O erro bem intencionado deve ser considerado despesa de treinamento", argumenta Vasconcellos. Os professores chamam atenção para ferramentas eficazes como os programas de sugestões internas, que "criam espírito de intraempreendedorismo e, mesmo que não resultem em inovações radicais, geram insights". O funcionamento depende de três condições essenciais: resposta, implantação e celebração. Todas no menor prazo possível. O reconhecimento não precisa nem deve ser financeiro ou individual, mas tanto quanto possível agregado e coletivo. "Se um gol em final de Copa do Mundo valesse US$ 1 milhão, o Rivaldo jamais teria passado a bola para o Ronaldo (contra a Alemanha em 2006)", sintetiza Teixeira.

O conceito ganhou forma há cinco anos com o chamado Projeto Simplificação, que no ano passado registrou mais de 200.000 contribuições, o equivalente a 212 ideias por inventor. A pró-atividade também guarda relação com a estabilidade. "Não adianta pedir sugestões se elas depois geram cortes", explica. A garantia de emprego gera caricaturas radicais. Certa vez, duas funcionárias procuraram o presidente para sugerir uma padronização de layouts que acabava com seus próprios cargos. "Perguntei se não estavam preocupadas e elas responderam, sorrindo: 'Ah Teixeira, você não demite ninguém! Seremos transferidas para outra área!' Deixaram a sala comemorando as participações maiores que receberiam com o aumento do lucro da empresa", recorda.

### As MPEs e as inovações incrementais

O tema apresenta sinais particulares nas micro e pequenas empresas (MPEs), aproximadamente 98% das companhias registradas em CNPJ no Brasil. O economista Pedro João Gonçalves, há doze anos responsável por pesquisas no Sebrae de São Paulo, coordenou um estudo que ouviu 450 empresários para entender com que frequência e em que condições a inovação se manifesta. Definidas na lei como pessoas jurídicas que faturam menos que R$ 2,4 milhões por ano, as MPEs são, para a entidade, os comércios e serviços com até 49 empregados, ou 85% do total, e as indústrias com até 99 empregados, os 15% restantes. As estimativas atuais apontam para 1,3 milhão delas no estado.

Segundo Gonçalves, a sondagem rastreou três blocos de inovação, numa interpretação do *Manual de Oslo*: introdução de produtos ou serviços, adoção de processos ou métodos e expansão para novos mercados. Os empresários que afirmam inovar com frequência chegam a 53%, um resultado a princípio empolgante. Destes, 28% investiram em produtos e 22% em processos e métodos. Em ambos os casos, o investimento foi de R$ 2 mil. Outros 15% apostaram em novos mercados gastando R$ 6 mil. "Entretanto", ele diz, "a maioria dos implementos nas MPEs são tão simples quanto o dono de bar que passa a vender açaí em seu bairro." São as chamadas inovações incrementais. Outros exemplos recorrentes incluem adoção de contabilidade digital, venda de roupas masculinas em lojas antes apenas femininas, desenvolvimento de logotipo ou marca. Neste universo, 45% das empresas que têm microcomputador não o utilizam para administração, gestão ou controle. Mais de 25% jamais acompanhou o fluxo de caixa. Gestos simples que, adotados, aumentaram o faturamento em 49% das muito inovadoras, contra 23% das que nunca inovam. Ou seja: os pequenos negócios brasileiros ignoram mecanismos fáceis para ganhar mais.

**Captar investimentos e dobrar em quatro anos o número de empresas inovadoras é um dos objetivos da MEI-Mobilização Empresarial pela Inovação**

O custo da inovação também deixa de parecer baixo quando comparado com o faturamento médio mensal de R$ 20.000, num ambiente de alta concorrência e margens de lucro reduzidas. "Abatidas despesas como mão de obra, impostos e a retirada pessoal do sócio, a inovação fica pesada", afirma Gonçalves. Para ele, a contextualização dos dados reduz o otimismo inicial. "Deixamos de pensar que muita gente inova, e passamos a crer que muita gente ignora fatores extremamente simples, porém relevantes, de progresso."

### Governo e educação

Relacionada com maior frequência às manifestações do setor privado, a inovação tem espaço relevante no meio acadêmico e no setor público. A ambos se aplica a máxima de Vasconcellos: "Uma organização precisa de raízes que a sustentam e asas que a façam voar". O professor resiste bravamente ao enaltecimento em causa própria – "Olhar para dentro de casa é difícil! *(risos)*" –, mas eventualmente cede. "Na EAESP, nossas asas são os centros de estudo, que permitem a professores e alunos criar fora do currículo". O Fórum de Inovação também é reconhecido. "Criamos um modelo de diagnóstico e influenciamos disciplinas na graduação, pós, mestrado e doutorado", afirma Teixeira.

Os especialistas também veem evolução na percepção dos governos, afinal despertados pelas iniciativas do setor privado. Ainda que mediante tentativas e erros. "A CNI (Confederação Nacional da Indústria) está agindo forte junto aos ministérios", afirma Teixeira. A frente mais significativa da entidade é hoje a Mobilização Empresarial pela Inovação (MEI). Nascida em agosto de 2009, reúne empresas e organizações como a Fiesp e o Sebrae visando proliferar a mentalidade inovadora. Os objetivos incluem canalizar investimentos públicos para aumentar a competitividade do setor industrial e dobrar o número de empresas inovadoras em quatro anos. O programa captou R$ 50 milhões em linhas do BNDES no ano passado e, na primeira reunião de 2011, em fevereiro, trouxe à mesa os ministros Fernando Pimentel (Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior) e Aloizio Mercadante (Ciência e Tecnolo-

gia). Entre as promessas, verbas para cursos de gestão e esforços para reter e repatriar profissionais e aumentar o número de patentes. Mercadante defendeu também a revisão das leis de incentivo (veja mais na página 41). Aos governantes, olho aberto em iniciativas como o Instituto Inova São Carlos, que reúne administradores de empresas incubadoras para alta tecnologia, e o Porto Digital, polo de desenvolvimento de softwares em Recife, Pernambuco.

Teixeira defende que "a burocracia estatal inibe, mas devemos evitar estereótipos, pois existem iniciativas excelentes". Ele e Vasconcellos mencionam o Programa de Governo Eletrônico (e-Gov) e a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), estendidos de experiências no Estado para a esfera federal.

### Relatos do front

Caue Ribeiro de Oliveira é pesquisador da Embrapa desde 2007. Com mais quatro colegas, compõe grupo de estudos sobre descontaminação de água e liberação controlada de fertilizantes. No total, a entidade reúne 31 profissionais dedicados à nanotecnologia agropecuária. "Nosso objetivo é nuclear empresas e buscar capitalização para comercializar a inovação", ele diz. E aí começam os problemas. Em sua síntese, falta conexão entre o conhecimento e o empreendedorismo. "O indivíduo não é treinado na graduação ou na pós para desenvolver uma mentalidade empresarial e, por não entender as demandas, bate de frente com o mercado", explica. A conexão também falta ao empresário interessado em conhecimento: "Quem entende os caminhos para os financiamentos é o indivíduo da universidade, sem cultura empresarial, e quem tem essa cultura não sabe atingir os fomentos". Incomunicável e descapitalizado, o empreendedor-inovador precisa lidar com salários, encargos e outras despesas operacionais por longos períodos de desenvolvimento, tornando-se dependente da subvenção estatal.

O diagnóstico reverbera na visão de Luiz Gustavo Pagotto Simões. Em 2005, ele e os colegas André Luiz de Araújo e Daniel Minozzi formaram a Nanox a partir de um projeto conjunto da UFSCar e da unesp para desenvolver bactericidas inorgânicos. O primeiro impulso foi a admissão no programa Pipe (Pesquisa Inovativa em Pequenas Empresas) da Fapesp, puxada pelas boas perspectivas. "Havia uma grande companhia interessada", ele diz. As subvenções públicas neste e em outros projetos chegaram a R$ 3 milhões, suficientes para desenvolver quatro patentes e três marcas industriais em um ano e meio. Em 2006 a Nanox tornou-se S.A. e recebeu aportes do fundo de investimentos Novarum.

Caminho aberto para o sucesso do Nanox Clean. À base de prata, o carro-chefe da empresa substitui tecnologias orgânicas, com ganhos ambientais e de eficácia, na proteção contra bactérias em geladeiras, carpetes, pisos cerâmicos, utensílios médicos e odontológicos, tintas e revestimentos, ar condicionado e um vasto *et caetera*. A empresa exporta para México, EUA e Europa e, segundo Simões, é hoje a maior brasileira no ramo de nanotecnologia. Os planos incluem estender a proteção a plásticos em embalagens de alimentos – "acabamos de receber a aprovação da Anvisa – e aumentar as vendas para o exterior.

**"Não se deve pôr nos ombros da universidade toda a responsabilidade. Cada um tem o seu papel", afirma Adriana Pohlmann**

Simões diz que casos como o da Nanox seriam mais frequentes se os investimentos fossem mais bem ordenados. "Não adianta o Brasil defender integração se investe para pesquisar X enquanto o setor produtivo precisa de Y", afirma. Parafraseando o ex-presidente Lula, "Nunca antes na história deste país houve diálogo entre os ministérios da Cultura e do Desenvolvimento". Ainda assim ele se define como "extremamente otimista". Ribeiro concorda: "Até dez anos atrás a universidade dizia que a indústria não queria desenvolver tecnologia, e esta revidava que as pesquisas eram inúteis". Ele identifica uma reaproximação recíproca, com grandes empresas investindo em pesquisa e universidades formando cursos de gestão. Sinais de fim do preconceito mútuo: "Passamos de fase".

Esta simbiose explica o sucesso do Photoprot, filtro solar baseado em nanotecnologia nacional. A iniciativa das professoras da UFRGS (UF do Rio Grande do Sul) Adriana Raffin Pohlmann e Silvia Guterres consistiu em adaptar o conhecimento sobre sistemas dispersos e poliméricos para produtos dermatológicos e cosméticos. O resultado foi um protetor solar com substância ativa em nanopartículas, mais eficaz, com menos efeitos colaterais e melhor penetração do que a tecnologia tradicional. Adriana explica que a pesquisa já existia em tese de pós-graduação quando a farmacêutica brasileira Biolab as identificou como potenciais parceiras. Sob a coordenação de Guterres, adaptaram o projeto para um edital da Finep aprovado em 2005, garantindo os recursos para a parceria. "Em torno de R$ 500.000", ela diz, além das contrapartidas da empresa. Os testes ocorreram entre 2006 e 2008, antes da transferência para escalonamento comercial e patente. A Biolab cuidou das exigências junto à Anvisa, registrou o produto em fevereiro de 2009 e o lançou em novembro. "O processo foi rápido porque não precisamos fazer pesquisa para responder à pergunta da empresa", afirma. Silvia Guterres credita também a Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico da entidade, liderada pela professora Raquel Maurer, que concentra a gestão de aspectos como transferência de tecnologia, propriedade intelectual e contratação de convênios.

Para ela, a parceria desde o início foi essencial para a invenção se tornar inovação. "A infraestrutura e o conhecimento da universidade são imensuráveis", afirma, e completa: "Seria inviável construir e equipar laboratórios e treinar pessoal com vinte anos de experiência." Mas Adriana Pohlmann lembra: "Não se deve pôr nos ombros da universidade toda a responsabilidade. Cada um tem o seu papel". O sucesso do Photoprot delineia valiosas lições: olhar atento ao mercado, parcerias público-privadas desde a pesquisa e exploração inteligente da estrutura existente. "Se entendermos que o empreendedorismo é necessário, teremos tudo para transformar este país". Tiro certo.

## O passo a passo da capa

Por Weberson Santiago




## Regulamentação e jurisprudência

Por Rafael Gregorio

Nos últimos seis anos, ao menos três importantes iniciativas tentaram posicionar o ordenamento em benefício da inovação. A Lei do Bem (11.196/05) trouxe isenção fiscal para empresas em parcerias com instituições científicas e tecnológicas ou universidades públicas. As deduções vão da metade do valor investido até o máximo de duas vezes e meia este montante. A Lei da Informática (11.077/04) determinou incentivos fiscais para produtores de equipamentos eletrônicos físicos (hardware) que invistam com regularidade em P&D. A Lei da Inovação (10.973/04), afinal, formou aparato regulatório para a autonomia tecnológica e industrial em três pontos principais: favorecimento de parcerias público-privadas, estímulo à ação dos institutos de ciência e tecnologia e fomento à inovação interna nos negócios. À época, o então ministro de Ciência e Tecnologia, Sérgio Rezende, via no texto garantias de interação e aumento de competitividade.

As legislações trouxeram resultados. Uma pesquisa do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) revelou aumento de 31,5% para 38,1% no índice de empresas inovadoras entre os anos 2000 e 2008. Entretanto, grande parte dos empreendedores ainda fica à margem dos benefícios. A Lei do Bem, por exemplo, impede as pessoas jurídicas que apuram impostos federais pelo lucro presumido de acessarem as deduções e incentivos. Assim, deixa de fora mais de 80% do total da iniciativa privada nacional. Para Caue Ribeiro, da Embrapa, "Tivemos um avanço muito além de significativo com a Lei de Inovação, mas ainda não sabemos usá-la". Aspectos que geram dúvidas, como a remuneração do pesquisador, "acabam deixando a aplicação abaixo do esperado". Ele conclama os advogados: "precisamos de jurisprudência!". Inseguras ao lidar com as universidades e institutos, as empresas acabam recorrendo a saídas que, embora legais, prejudicam o mapeamento dos resultados, como a contratação do pesquisador como funcionário para trabalho interno.

Marcos Lourenzoni, da Verdartis, defende que os núcleos de base tecnológica sejam identificados de maneira diferenciada. "Não se pode cobrá-las como empresas normais, muito menos limitar o tempo de incubação a poucos anos." Ele aponta também a falta de determinação diante da natureza multidisciplinar da biotecnologia. "Não se sabe qual CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas) escolher no contrato social. Ciências físicas e naturais? Software? Química?" Antonio Carlos Teixeira ressalva um potencial inibidor em outro texto, o de Propriedade Intelectual. Em seu artigo 91, a Lei 9.279/96 trata da copropriedade e dá direito a 50% da patente ao funcionário que deu uma ideia, a não ser que contratado como inventor. Segundo ele, o risco ainda não afeta significativamente o empresariado "porque as invenções trazidas por funcionários não se tornam patentes com tanta frequência". Mas já houve duas condenações do TST (Tribunal Superior do Trabalho) contra a Vale, por exemplo. Para Teixeira, trata-se de "uma maluquice que deixa o risco inteiro na empresa e gera resistência em inovar".

# ACERTO DE CONTAS

**Ao se despedir do comando da escola de que foi o mentor – e com a certeza da missão cumprida – o diretor da Direito GV fala de sua trajetória de professor e advogado e dos pequenos prazeres da vida**

Por Carlos Costa
Fotos Gustavo Scatena

Sua folha corrida é extensa. Inclui a formação em Direito, na USP e em Harvard, na área tributária. Em ambas as instituições fez mestrado, na primeira defendeu o doutorado e na segunda concluiu o pós-doutorado. Atuou por mais de três décadas como um professor inovador na EAESP, a Escola de Administração de Empresas de São Paulo, da FGV. Num período de três anos presidiu a CVM-Comissão de Valores Mobiliários e comandou um projeto federal de Reforma Fiscal. Criou um escritório de advocacia que virou grife – e da qual hoje possui apenas uma cota, por causa do nome. Árbitro do Centro Brasileiro de Mediação e Arbitragem, participa da Câmara de Arbitragem do Mercado, associada à Academia Brasileira de Direito Tributário. Nesta conversa com *Getulio*, Ary Oswaldo Mattos Filho faz uma prestação de contas, fala do sucesso da inovadora Escola de Direito de São Paulo, da Fundação Getulio Vargas e abre um pouco seus gostos de verdadeiro homem cultivado. A seguir, uma síntese da conversa:

**O senhor iniciou o projeto da Escola de Direito de São Paulo, da FGV, e agora chega o momento da mudança. Há um critério para a escolha do novo diretor?**

**Ary Oswaldo Mattos Filho** Existe. Neste processo temos alguma dificuldade, pois é a primeira vez que acontece nesse formato. Tradicionalmente no meio universitário e nas universidades estatais, o reitor é eleito pela congregação, que forma uma lista tríplice, e entre eles Poder Público faz a nomeação. No sistema privado é o dono quem faz a escolha. Nas instituições confessionais a escolha copia o sistema público. Em nosso caso, é um processo diferente porque é aberto para pessoas de dentro e de fora da instituição que queiram participar do processo.

**Algo complicado, pois esse não é um curso convencional.**

**Ary Oswaldo** Este é um segundo ponto. A escola nasceu dentro de um processo de mudança radical na maneira de ensinar o Direito. Todos aqueles de fora que eventualmente venham a se candidatar, passaram pelo sistema tradicional do ensino do Direito e se têm uma carreira acadêmica ela foi exercida nesse sistema. Aqui não temos congregação e departamentos, os professores não têm cátedra nem são titulares de cadeira, fazendo uma rotação por segmentos do conhecimento jurídico. Essa é uma experiência nova e não é um processo comum, talvez nem exista no Brasil.

**Quais são os requisitos para os candidatos?**

**Ary Oswaldo** Eles têm de apresentar um *paper*, um trabalho de análise crítica da escola, dizendo o que permaneceria, o que mudaria e o porquê. Para isso colocamos grande quantidade de dados à disposição dos candidatos. Os que forem para a segunda fase, além de receber esse material encontrarão a escola à disposição para virem conversar com alunos, professores, funcionários, de sorte que possam ter conhecimento suficiente para a análise crítica e propositiva daquilo que eventualmente o vencedor desenvolverá.

**Após dez anos frente à Direito GV, como avalia os resultados desse esforço?**

**Ary Oswaldo** Para essa avaliação me baseio nos resultados ou nas conclusões que chegam do próprio mercado, que se utiliza da mão de obra ou dos produtos acadêmicos produzidos aqui. A notícia que tenho daqueles que empregam, quer como estagiários, a partir do 4º ano, quer dos formandos que ficaram nos empregos e foram contratados, quer das universidades e faculdades de Direito no exterior em que os alunos fizeram um semestre de estudos. A avaliação é muito positiva pela repercussão que essa troca tem trazido: é grande o número de escolas de direito no exterior querendo criar convênios conosco para receber nossos alunos e para enviar os alunos seus. Se aferirmos numericamente o volume de publicações de nossos professores, ele é indubitavelmente o mais alto entre as faculdades de direito do Brasil. Basta analisar o GV*law*, por exemplo, que nasceu com dois cursos e 100 alunos e hoje conta mais de 2.000 alunos. O GV*law* é um sucesso



de mercado, temos demandas tanto do setor privado como do setor público para montar cursos. O mestrado *stricto sensu*, que é um campo restrito, destinado àqueles que querem ser professores de Direito, vai bem. Acho que a missão está cumprida porque, a partir de certo número de anos, a capacidade de inovação começa a diminuir e se essa escola nasceu e teve o sucesso que dizem que tem, foi devido à inovação acertada. E minha sacola de inovações está acabando *[risos]*.

**O senhor estaria se tornando um gato gordo?**

**Ary Oswaldo** Não, e não quero me tornar gato gordo *[risos]*. Esta é uma escola jovem, se olharmos a idade média de nossos professores, que são extremamente motivados e envolvidos. Também estou com saudade da vida acadêmica. Não significa dar aulas, mas ler, estudar, escrever, escutar, pensar. Há dez anos que parei com tudo isso.

**A Direito GV ainda é deficitária, entra na conta de investimento da FGV, na missão de trabalhar para o desenvolvimento?**

**Ary Oswaldo** Existem duas modalidades distintas de cursos. Existem os cursos profissionalizante, como o GV*law*, que dão lucro. A graduação é um pouco deficitária. A Fundação tem aportado recursos do fundo de bolsas, que são empréstimos que o aluno toma e depois de formado começar a pagar, sem juros, apenas com correção monetária. Se 100% dos alunos quisessem dispor de bolsa repagável, poderiam obter. Além disso, existe a Bolsa Mario Henrique Simonsen e mais cinco bolsas da Fundação Carlos Chagas. São bolsas direcionadas a atender determinado tipo de conhecimento jurídico.

**O senhor cursou Direito por tradição de família?**

**Ary Oswaldo** O meu pai é advogado. Até a metade do 1º ano do antigo Científico minha ideia era prestar vestibular para o ITA (Instituto Tecnológico de Aeronáutica). Estava meio em dúvida e um tio me levou para fazer um teste vocacional, que a PUC começava a realizar. Fui cobaia da doutora Aniela Ginsberg, uma psicóloga notável. Durante uma semana ia toda tarde para a

**A missão está cumprida. E se essa escola teve o sucesso que dizem que tem, foi devido à inovação acertada. E minha sacola de inovações começa a esgotar o estoque *[risos]***

PUC fazer o tal teste vocacional. Depois de uma semana ela me disse que poderia fazer História, Ciências Sociais ou Direito, ou seja, eu poderia fazer qualquer outra coisa *[risos]*.

**Se tivesse feito Ciências Sociais teria chegado a presidente da República?**

**Ary Oswaldo** *[risos]* Quem sabe? Já estava no 2º Científico, passei para o Clássico e comecei a estudar coisas de que não tinha a menor ideia: Latim, História Geral, História do Brasil, Português, Inglês. Na época trabalhava na Secretaria da Justiça e tive aulas de latim, português e frequentei o Cursinho do Professor Castelões, preparatório para o vestibular da Faculdade de Direito, na Rua São Bento. Naquele tempo os exames para a faculdade eram escrito e oral. Dei sorte e passei, cheguei até a pensar em prestar vestibular para Ciências Sociais, mas desisti. Quando terminava o curso na Faculdade de Direito do Largo São Francisco, ganhei uma bolsa de estudo para Harvard. Havia um professor, o Mauro Brandão Lopes, de Direito Comercial (matéria de que gosto particularmente até hoje), que soube da bolsa, me recomendou e disse que, quando voltasse, iria dar aulas na faculdade. Na época recebi dois convites. E ele me disse: "Nada disso. Vou te apresentar à Escola de Administração de Empresas da FGV, que é muito mais o seu jeito". Ele me levou para uma visita e fui apresentado ao chefe do departamento de ciências sociais, que era o professor Antonio Ignácio Angarita da Silva *[risos]*. Conversamos e ele, com aquele jeito despachado de ser, disse: "Na volta de Harvard você vem e a gente conversa".

**E como foi o período em Harvard?**

**Ary Oswaldo** Tive o primeiro grande choque cultural, pois era o único aluno na classe de terno e gravata. As aulas começavam em setembro, ainda estava quente, havia alunos de bermuda, camiseta, sandália e eu de terno e gravata *[risos]*. Outra coisa era o fato de que, sem nenhum professor estimular, os alunos discutiam questões, armavam seminários. O que era grande diferença com o que acontecia aqui.

**Em Harvard fez alguma pesquisa específica?**

**Ary Oswaldo** Fiz uma especialização e no mestrado trabalhei com o tema dos incentivos fiscais brasileiros na área do Nordeste.

**Na faculdade houve outro professor que tenha marcado?**

**Ary Oswaldo** Além do Brandão, teve o Sylvio Marcondes. Antes de ir para os Estados Unidos, assim que terminei a graduação, comecei o mestrado em Direito Comercial, orientado pelo Oscar Barreto Filho. Na metade do segundo ano, fui para os EUA, onde fiz especialização e um mestrado. Era o tempo do Governo Costa e Silva e o ministro Muniz Aragão estava preocupado com o que se chamava de "a evasão de cérebros". Um dia recebo no meu dormitório em Harvard um envelope grande, com as insígnias da República, em dourado. Abri. Era uma carta convite, lacrada com uma fita verde e amarela, dizendo que o Governo brasileiro tinha uma vaga para eu ser professor na Universidade Federal do Ceará. Isso foi em janeiro, um frio do capeta, neve até a orelha *[risos]*. Fiquei imaginando aquele sol, aquele mar e tive uma vontade enorme em aceitar a proposta.

**Mas o senhor resistiu...**

**Ary Oswaldo** Sim, bravamente! *[risos]*. Terminado esse período, voltei e fui novamente conversar com o Angarita. A EAESP estava abrindo concurso, me inscrevi e ao mesmo tempo a USP revalidava meus créditos do mestrado nos EUA. Terminei o mestrado daqui e iniciei o doutoramento na própria faculdade. A tese foi sobre tributação de bens de capital.

**E aí entrou para a EAESP?**

**Ary Oswaldo** Comecei lecionando na área tributaria. O Angarita me colocou numa mesa velha, perto da janela, e eu passava o dia inteiro estudando. Vim com o costume de ficar lendo e escrevendo durante horas. Comecei a lecionar e fui tomando gosto pela coisa. Uma vez por semana era o advogado da FEI (Faculdade de Engenharia Industrial), em São Bernardo, o que me ajudava a complementar orçamento. Anos depois, a FGV entrou em grave crise financeira, o diretor da EAESP na época era o Gustavo Sá e Silva, que também veio depois aqui para a nossa escola. Foi um período em que faltou dinheiro, alguns professores começaram a fazer coisas fora.

**Foi quando o senhor abriu o Escritório Mattos Filho?**

**Ary Oswaldo** Abri o escritório antes, mas não ia muito, mas foi mais ou menos em 1971 que o escritório começou a pegar. Advogava e me divertia muito dando aulas.

**O senhor voltou a Harvard?**

**Ary Oswaldo** Voltei em 1982 para fazer um curso intensivo de pós-graduação de verão sobre Direito de Valores Imobiliários. O professor que dava as aulas era o Louis Loss, um dos pais intelectuais da moderna legislação dos direitos mobiliários. Ele me convidou e voltei 1984 como professor visitante por um semestre. Dei "ciao" ao escritório, fechei a mala fui embora em junho e voltei em dezembro *[na realidade, esse foi o pós-doutorado do professor]*.

**Quais eram os diferenciais do professor Ary Oswaldo?**

**Ary Oswaldo** Sempre dei aula de Direito Tributário, fui o primeiro concursado na EAESP, em 1969. Em minha disciplina, introduzi muitas discussões, estudo de casos, de jurisprudência. Isso foi uma inovação, pois os professores de Direito da EAESP eram mais velhos e davam aulas pela metodologia expositiva tradicional. Além

**Reprovei uns alunos e a notícia se espalhou. Então todos passaram a estudar. Sempre que encontro o José Victor Oliva, ele me apresenta como o professor que o reprovou *[risos]***

dos estudos de caso, propus cursos conjuntos com o Departamento de Finanças, de Finança Internacional, Tributação Internacional, mesclando o Direito Societário com Tributário, e isso foi uma espécie de revolução. Naquele tempo essa matéria era dada no último ano e por tradição não se reprovava, pois o aluno já estava com um pé no mercado. Entrei e acabei com isso. Foi um momento complicado *[risos]*.

**Andou reprovando alguns?**

**Ary Oswaldo** Reprovei e, no ano seguinte, a notícia espalhou e então todo mundo começou a estudar. Fazia muitas coisas nesse período: era juiz do Tribunal de Impostos e Taxas, escrevia, dava entrevistas, preparava palestras, entre outras coisas.

**Era um gato bem magro?**

**Ary Oswaldo** Magérrimo *[risos]*.

**Nestor Perini, presidente da Lupatec, contou que o senhor deu uma nota baixa porque a letra dele era muito feia.**

**Ary Oswaldo** *[risos]* Não, além da letra o conhecimento deveria ser feio. Existem vários alunos que encontro até hoje. Sempre que cruzo com o José Victor Oliva, ele me apresenta como o professor que o reprovou *[risos]*.

**Então o senhor abriu o escritório que se tornou uma grife?**

**Ary Oswaldo** Houve muitos anos de trabalho em cima disso, não foi assim tão fácil. Foram muitos anos indo a coquetéis, realizando palestras, escrevendo para os jornais, fazendo visitas para potenciar o cliente, indo aos EUA visitar escritórios americanos.

**Como foi a aproximação com a esfera governamental?**

**Ary Oswaldo** O primeiro convite que recebi foi do Dílson Funaro, pois o professor Angarita tinha sido convidado por ele para ser o secretário da Receita Federal, não aceitou e me indicou. Houve uma reunião e o Dílson fez uma sondagem e me entregou um livro sobre a estrutura da Receita Federal. Ele ia para uma reunião do FMI em Washington e na volta teríamos outra reunião. Em casa abri o livro, comecei a olhar e vi o tamanho da encrenca. Achei melhor não aceitar. Tempos depois a Bolsa de Valores me indicou para o Funaro para eu ir para a CVM. "Já o convidei para uma coisa maior e ele não aceitou." Após a eleição de Fernando Collor, a Bolsa, a Febraban, federação dos bancos, enfim o mercado me indicou para a presidência da CVM. Na época escrevia uma coluna de meia página para a revista *Senhor*, do Mino Carta, em que disseminava preceito morais e éticos para Deus e todo mundo *[risos]*. Fui falar com o Angarita. "Estou feliz aqui em São Paulo, me divirto dando aulas, ganhando dinheiro, fazendo jantares, tomando uísque, acho que não vou." "Você fica criticando todo mundo na revista e agora está na hora de colocar em prática." O Angarita me enquadrou *[risos]* e aí fui. Fiquei dois anos na CVM, primeiro ano foi no Rio de Janeiro e aí o Collor a transferiu para Brasília. Quando a Zélia saiu, veio o ministro Marcílio Marques Moreira e o mercado preparou um abaixo-assinado pedindo que a diretoria da CVM permanecesse. Depois de dois anos disse para o Marcílio que queria voltar para São Paulo. Foi quando ele me convidou para coordenar o Projeto de Reforma Fiscal do Governo Federal. Isso me interessou.

**Por ser uma área em que exerceria mais o que o Angarita cobrara?**

**Ary Oswaldo** Exatamente.

**O Angarita é um alter ego forte?**

**Ary Oswaldo** Ele é a chibata da minha consciência *[risos]*. Fiquei mais um ano e aí aconteceu o *impeachment* do Collor. Eu e o economista Sérgio Werlang, também da FGV, pedimos uma reunião com o presidente Itamar Franco e mais o grupo do "pão de queijo" para expor o Projeto da Reforma Fiscal. Foi uma reunião lamentável, pois naquele momento se havia coisa que não penetrava nem levemente e nem tangenciava o universo do Itamar era a reforma fiscal *[risos]*. Na saída disse ao Sérgio: "Entramos na festa errada". Ficamos mais uns dias, terminamos o trabalho e entregamos para o ministro da Fazenda e viemos embora. Com isso fiquei três anos fora da EAESP, dois anos e pouco de CVM e um ano de reforma fiscal. Voltei com uma ciclagem completamente diferente, mais agitado.

**O senhor ganhou uma visão diferente do país?**

**Ary Oswaldo** Na comissão de Reforma Fiscal visitei todos os Estados, conversei com todos os governadores, prefeitos de capital, presidentes de Assembleias Legislativas, as bancadas da Câmara e do Senado para expor o projeto da reforma. Efetivamente se passa a ter uma ideia do quanto é heterogêneo o país, pois aquilo que eu tinha vivido, que era São Paulo e Rio de Janeiro, representava apenas um pedaço. Foi uma experiência rica em conhecimento a respeito do país. No tempo da CVM não era assim, rodava São Paulo, Rio de Janeiro, Nova York, Londres, ou seja, o circuito Elizabeth Arden *[risos]*. No projeto da reforma tive que rodar muito e foi aí que conheci o que é briga, a estrutura de poder e como este país se mexe.

**Ficou algum documento desse trabalho?**

**Ary Oswaldo** Quando terminamos entreguei quatro jogos de xerox dos trabalhos ao ministro da Fazenda e sumiram *[risos]*. A sorte é que tinha trazido uma cópia, conversei com a BM&F-Bovespa e Febraban, levantei dinheiro e publiquei uma quantidade grande, são dois volumes, e enviei a todos os deputados, senadores, governadores, bibliotecas de faculdades de Economia, Administração e Direito.

**Uma semente plantada. O que aconteceu depois?**

**Ary Oswaldo** Voltei a dar aulas e a advogar. O Mario Covas foi eleito governador e o Angarita foi ser o secretário de Governo. Nessa altura, o Governo Federal me contratou para ajudar no processo de privatização do Banespa, então eu ia muito ao Palácio. Embora o Covas não falasse sobre isso, ele era absolutamente contra a privatização do Banespa. Fernando Henrique, Pérsio Arida e também o Yoshiaki Nakano, na época secretário da Fazenda, eram a favor, então era uma coisa complicada. Num determinado dia, o governador recebeu um convite da FGV para comparecer à assembleia geral anual. Antes havia surgido uma briga e todos começamos a comprar ações

**O primeiro convite que recebi foi do Dílson Funaro, pois o professor Angarita tinha sido convidado por ele para ser o secretário da Receita Federal, não aceitou e me indicou**

com direito de voto para influenciar na assembleia. Até que o Dr. Simões Lopes percebeu o movimento e aumentou dramaticamente o valor da aquisição *[risos]*.

**Mas o senhor já havia comprado?**

**Ary Oswaldo** Sim, já tinha cotas. Aí o Angarita me liga: "Você vai votar na assembleia da fundação?" Não, respondi. Ele continuou: "O Estado de São Paulo tem um voto e o governador pergunta se você iria como representante". Fui, pois teria três votos na mão. Quem presidia a assembleia era o Carlos Ivan Simonsen Leal, que ainda não era o presidente, na época era ainda o Mello Flores, que já estava doente. Na saída da assembleia, o Carlos me chamou para conversar. Fui para a sala dele, uma sala de professor, tinha um quadro cheio de equações e de contas, uma mesa com uma bagunça total.

**Ele não passara pela psicóloga da PUC?**

**Ary Oswaldo** Não! *[risos]* Ele queria saber o que eu estava fazendo, falamos um pouco e ele disse: "Não gostaria de criar uma escola de Direito?" Sim! Lembrei daquela experiência antiga do CEPED, onde dera tudo errado, imediatamente pensei na possibilidade de retomar aquela proposta. *[Nota da redação: entre 1967 e 1972, o curso de Advogados de Empresas, do CEPED, Centro de Estudos e Pesquisas no Ensino do Direito, com consultoria do Dr. David Trubeck e professores como Alfredo Lamy Filho, Carlos Augusto Silveira Lobo, Gabriel Lacerda, Caio Tácito, Amilcar Falcão, Arnold Wald e Mario Henrique Simonsen, formou mais de 200 advogados, constituindo-se num marco fundamental da modernização do ensino do Direito no Brasil.]*

**Uma proposta tentadora para quem gosta de desafios.**

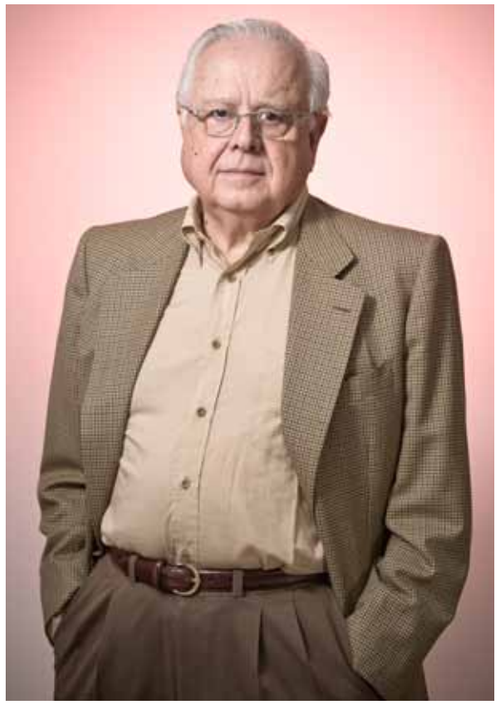
**Ary Oswaldo** Comecei a trabalhar com a ideia, nesse meio tempo o Mario Covas faleceu. O Angarita queria sair do governo e eu o convidei para vir trabalhar comigo, junto com o Leandro Silveira Pereira, que já trabalhava comigo.

**Aliás, Leandro havia sido demitido do Escritório Mattos Filho, não?**

**Ary Oswaldo** Sim, e começou imediatamente a fazer pesquisa comigo *[risos]*. Convidei o Angarita, que aceitou, pois procurava uma razão para não ser deselegante com o Alckmin. O espaço físico na EAESP era difícil e, depois de muita briga, o Mazzuca, que era o diretor, arrumou uma salinha: tinha uma mesa redonda onde eu ficava, uma mesa um pouco maior onde ficava o Leandro e em outra mesa ficava o Angarita com a Ligia Paula Pires Pinto. Ficávamos os quatro naquela sala, bolando o que iríamos fazer com o novo brinquedo que tínhamos ganhado *[risos]*. Para financiar esse novo brinquedo surgiu a ideia de criar os cursos de educação continuada. O Leandro, com os cursos do GV*law*, saiu à procura do financiamento do brinquedo *[risos]*.

**O senhor é apaixonado por vinhos?**

**Ary Oswaldo** Quando morava em Brasília todo mundo bebia uísque, poucos tomavam vinho, até porque não havia importação. Fiquei espantado porque nos restaurantes, na hora do almoço, as pessoas se sentavam, colocavam o balde de gelo, a garrafa de uísque ou vodca, água, e era a bebida do almoço. Eu não conseguia, pois é mortal. À noite era a mesma coisa. Após sair da CVM, íamos para o restaurante Fiorella, trabalhando, discutindo e bebendo. Passei assim aqueles dois anos. Voltando a São Paulo, quando encontrava os amigos, que também bebiam uísque, notei que a gente começa a conversar e beber, mas eles paravam e eu continuava. Isso não está certo *[risos]*. Só faz sentindo em Brasília, em que o clima é muito seco e não se sente. Conversando com meu médico, ele perguntou se eu não gostava de vinho. Como sou curioso e papiromaníaco, fui à Livraria Cultura e comprei uns livrinhos. Passei a ler e a comprar uma garrafa, provar, conversar com os conhecedores. Vi que era muito melhor que uísque. Pouco depois, conversando com um cardiologista, o Roberto Kalil, ele me recomendou tomar apenas os tintos. Oba, pensei, posso beber com prescrição médica. "Com moderação. No máximo uma taça", disse ele. Ainda bem que ele não falou qual era o tamanho da taça *[risos]*. O vinho tem uma vantagem, para quem tem curiosidade intelectual e papilar, que é uma "história do sem fim".



**Ao contrário do uísque, não?**

**Ary Oswaldo** É padrão, é chato, tanto que ele não envelhece. O vinho varia conforme a região, conforme o ano, diferentes microclimas. Portugal, Espanha e Itália começaram a melhor os vinhos, têm coisas geniais.

**E qual seu segredo?**

**Ary Oswaldo** Tenho uma tática: compro normalmente naquelas vendas *en primeur*, que é a venda no ano seguinte da colheita, ou até no próprio ano da colheita. Guardo por treze ou quatorze anos, aí fica palatável para o bolso beber bons vinhos franceses. Quando acho que vai acabar o dinheiro eu fico deprimido, vou à Casa Santa Luzia e comparo os preços dos vinhos com os que tenho na adega e saio de lá satisfeito *[risos]*. Agora, para o dia a dia, os vinhos do Dão são maravilhosos. Há questão de quatro meses passei uma semana em Florença e na região do Vêneto, onde existem coisas maravilhosas.

**Os vinhos da Casa Antinori, com o famoso Tignanello, são da região de Florença.**

**Ary Oswaldo** Há uns três anos a região teve um problema, pois ficou famosa por causa do Biondi Santi, e outros produtores começaram a fazer a assemblage *[mistura de diferentes tipos de vinhos]*, sem contar isso para quem estava comprando.

**Quais seus châteaux preferidos?**

**Ary Oswaldo** Existem os tops, que se prova uma vez ou outra na vida, por serem extremamente caros, como é o caso do Vega-Cicilia, que concorre com o Château Margaux, o Latour, o Cheval Blanc ou o Petrus. Mas só mesmo quando ganhar na loteria *[risos]*.

**O senhor gosta de cozinhar?**

**Ary Oswaldo** Já gostei mais, hoje prefiro apenas saborear. Depois que comecei a seguir a receita do meu médico, que posso comer de tudo desde que pouco, aí ficou ótimo!

**E aonde vai para comer pouco?**

**Ary Oswaldo** Varia conforme o prato. Gosto do pato na maçã do Freddy, o Fasano tem uma bisteca fiorentina e o risoto é também ótimo. O Amadeus tem excelente peixe. O Chef Rouge tem uma massa com perdiz desfiada...

**E seus quadros, encara como investimento?**

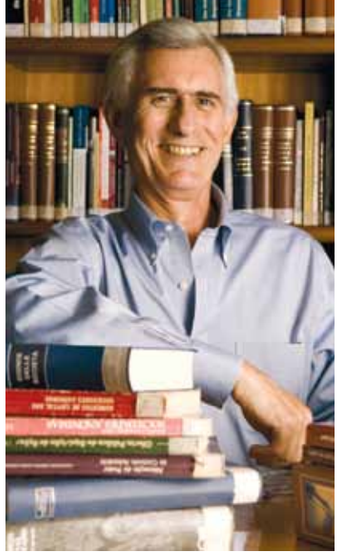
**Ary Oswaldo** Não é só isso, é questão de comprar por gosto e também muito por conhecer o pintor. Tenho dois trabalhos grandes do Sergio Ferro, dois do Clóvis Graciano. Tenho um belo trabalho do Poteiro, mudo primitivista Chico da Silva, Aldemir Martins, da fase dos anos 50. Tenho muitos desenhos de um tio meu, Arnaldo Pedrosa D'Horta, do Cícero Dias, também antigão.

**Viajar é parte dos projetos futuros?**

**Ary Oswaldo** Faz. Agora irei a um seminário em Washington sobre Direito e Desenvolvimento, logo mais irei a um seminário em Harvard. Se descobrir um navio espanhol que vá pelo Amazonas, tentarei conseguir um lugar.

**E os outros projetos?**

**Ary Oswaldo** Há algum tempo comecei a diminuir minha atuação como diretor, voltei a ler bastante. Voltarei para o escritório, de que não tenho mais participação, apenas uma cota, por causa do nome. Tenho uma casa gostosa em Ilhabela, um sítio muito bonito em Ibiúna, dois filhos pequenos que estão entrando na fase da aborrecência. Terei muito do que me ocupar, mas de advogar, chega.



# ESCRITORES BRASILEIROS CONTEMPORÂNEOS

**O que há de novo, bom e inovador na nova safra de nossa literatura? Reinaldo Moraes e Cristóvão Tezza. Comecemos falando sobre o primeiro**

Por Nelson Eizirik

Há alguns meses conversava com meu amigo Otávio Yazbek, leitor inteligente e sempre a buscar novos escritores, sobre a dificuldade de encontrar bons romances de brasileiros contemporâneos. Estaria em crise nossa literatura ou não líamos os escritores certos? Ficou ele com a primeira opção e mandou-me farta lista de escritores novos que estivera a ler, com resultados insatisfatórios. Ótimo, poupou-me a sua leitura. Constatei, aliviado, que de sua relação não constavam dois nomes: Reinaldo Moraes e Cristóvão Tezza.

Seu estilo, sua formações e seus interesses são bastante diversos, mas ambos são ótimos novelistas.

Quando comecei a lei *Pornopopeia*, de Reinaldo Moraes (Objetiva, 2009), pensei: já conheço esse nome, de onde será? Minha memória, que tantas peças me prega, em literatura funciona bem. Dirigi-me à estante onde estão os livros de Charles Bukowski e lá estava, foi quem traduziu magnificamente um de meus livros preferidos desse escritor americano, *Mulheres* (Brasiliense, 1984). Já tentei algumas vezes traduzir Bukowski, sempre em vão, não ficava satisfeito com o resultado. Na tradução de *Mulheres* está tudo no lugar certo: o estilo cru e rude de Bukowski, seu sarcasmo, seu desespero frio, suas frases curtas e diretas, nada lhe escapa.

Li e reli o *Porno-popeia* e não tenho nenhuma dúvida de que é um excelente romance, engraçado, épico da sacanagem, recheado de gíria e de personagens tipicamente paulistanos. O narrador e personagem central é "Zeca", um diretor de cinema maldito (um só filme, premiado no circuito alternativo) que se dedica, nas poucas horas em que trabalha, a filmar vídeos institucionais e filmes pornográficos.





**O personagem não é inteiramente alienado, mas também não se engaja em nada, exceto no prazer, sexo e drogas**

Machista, misógino, típico brasileiro Macunaíma, Pedro Malasarte, que assim se descreve, lamentando um trabalho encomendado, institucional de embutidos de frango da "Granja Itaquerambu": "Desembutido de mim, embotado estou. Virei mal o século e pior ainda o milênio. Tô ficando grisalho. Pançudo. Mais bêbado e zoado que nunca. Cético, cínico, hipócrita a não poder mais".

O personagem não é inteiramente alienado, mas também não se engaja em nada, exceto no prazer, sexo e drogas.

Sobre o dia de seu nascimento: "Se você quiser saber, nasci em 1964, no dia 31 de março. Quer dizer, vim ao mundo no marco zero da ditadura. Lembro-me muito bem de que em todos os meus aniversários o céu era cruzado a toda hora por jatos militares em formação, que nem no dia 7 de setembro. Alguns desses aviões deixavam um rastro de vapor que eu lia como um 'parabéns pra você' em formação militar. Meu irmão me mandava calar a boca e deixar de ser idiota, que aqueles aviões pertenciam 'à ditadura'. Não sei o quanto consegui deixar de ser idiota, mas continuo adorando ver aviões de guerra em formação no céu, embora não tenha visto mais nenhum em meu aniversário".

Em memorável passagem, o personagem, a convite de seu amigo Ingo, tocador de cítara, parte para um ritual "bhagadhagadoga", o primeiro passo em direção à "luz divina" num centro de esoterismos chiques:

"Tô sabendo como vai ser: você tocando cítara, uma comedora de arroz integral dando aula de relaxamento, alongamento, meditação e filosofia védica pruma galera deprimida e semi-analfabeta em flor-de-lótus. O Ingo deu sua risada benévola e ficou sério de repente: Nada a ver, Zequinha. Vai rolar uma autêntica surubrâmane zebuh-bhagadagadhoga. Zebuh com agá no final".

E rola de tudo no ritual surubrâmane. Depois, num crescendo "épico", o personagem vai conhecendo (biblicamente) a ninfeta Sossô, incontáveis prostitutas, a mulher de seu melhor amigo, a estalajadeira Rejane, numa praia do litoral paulista, a caiçara Josilene e tantas outra, incluindo uma "quase" com um travesti.

Nas pausas, vai dedicando suas odes à orgia:

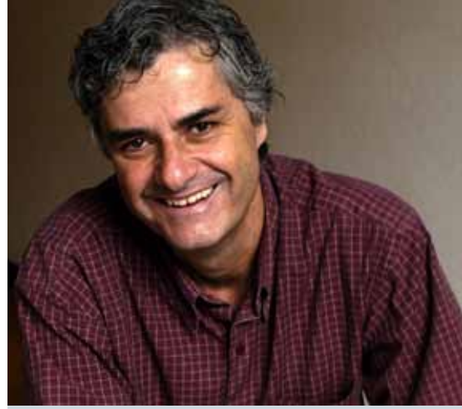
"Sexo, só por amor,
faça frio ou calor
– assim era no início.
Mas era um desperdício.
Se amor fala mais alto
no topo do planalto,
ao descer à planície
ajuda na mesmice.
Bom do sexo é o vício,
sacanagem, meretrício,
orgia, despautério –
deus salve o adultério"

O romance não é pornográfico (embora o título possa sugerir), mas apresenta um humor depravado, divertido, uma trama que cresce, poucas pausas para respirar, com o personagem mergulhando cada vez mais fundo no "bas fond" paulistano e depois litorâneo. Tanto que o final é quase previsível, embora o personagem-narrador talvez ainda possa escapar; para "Zeca", afinal, tudo é possível.

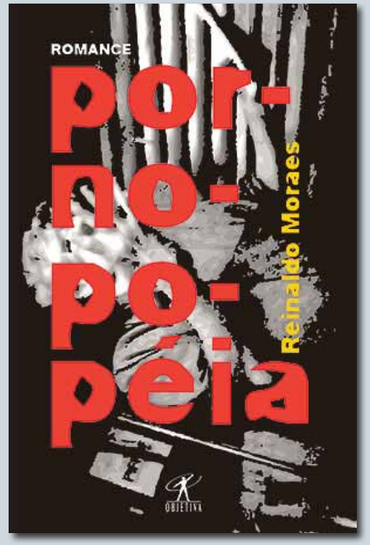
Se você ficou na dúvida se "encara" o livro – são 475 páginas –, recomendo que leia antes o seu livro de contos, *Umidade: Histórias* (Companhia das Letras, 2005). São histórias muito boas, algumas engraçadíssimas. Comece... pela primeira, "Love is". Eu rolei de rir. No conto "Privada", você irá encontrar um tom e um ritmo que lembram o de *Pornopopeia*. Siga o ritmo e enfrente o romance, vale a pena.

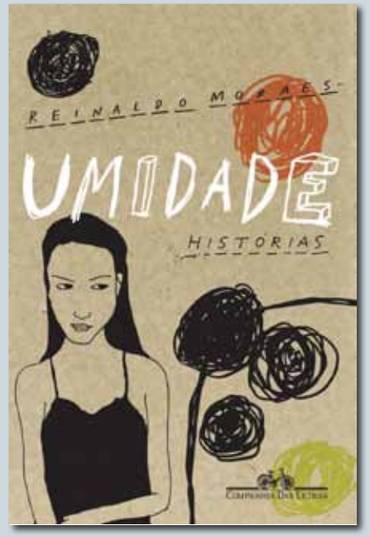
E Cristóvão Tezza? Tem pouco ou nada a ver com o até aqui escrito. O espaço finda, ele fica para a próxima...





Imagens Cortesia: Companhia das Letras



# TRADICIONALMENTE NOVO

**Inovador, Stravinsky raramente usou a mesma fórmula duas vezes – e, menos, formas tradicionais**

Por Luís Mauro Sá Martino

Quando o balé *A Sagração da Primavera* estava para estrear, em maio de 1913, ninguém fazia ideia da reação do público. As credenciais dos autores eram de primeira: a produção era dos então famosos *Ballets Russes*, companhia de Sergei Diaghilev; os cenários eram de Nicholas Roerich; a coreografia de Vaslav Nijinsky. E a música era assinada por um ainda jovem compositor russo residente em Paris, Igor Stravinsky. Ele não era exatamente um desconhecido. Nos anos anteriores havia obtido um grande sucesso com outros dois balés, *O Pássaro de Fogo*, em 1910, e *Petrushka*, em 1911. Baseados em contos de fadas russos, traziam ritmos, melodias e harmonias "exóticas" para a época, mas embaladas em uma roupagem ainda tradicional. O rompimento, ninguém sabia ainda, viria com *A Sagração da Primavera*.

Na noite da estreia, logo nos primeiros acordes começaram os assobios do público, chocado com os ritmos quebrados, ásperos, cruzados entre si, as harmonias sobrepostas, pequenos trechos melódicos combinados sem o nexo tradicional. Tudo para representar uma cerimônia de sacrifício ritual na Rússia pagã. Ao lado dos assobios, aplausos: para parte do público, aquela era a novidade que se esperava na música ocidental. A história virou folclore e várias versões passaram a circular – foi um complô, foi só exagero, não foi nada. Mas o caminho aberto pela *Sagração da Primavera* não permitia volta ou continuação, e Stravinsky sabia disso.

Igor Stravinsky nasceu em 1882, em Oranienbaum, na Rússia. Filho de um cantor de ópera, teve suas primeiras instruções musicais ainda em casa, mas seu pai não queria de modo nenhum que o filho enveredasse pela música, e, anos mais tarde, o matriculou no curso de Direito. Onde, por acaso, Stravinsky se tornou amigo do filho de Rimsky-Korsakov, nada menos do que o principal compositor russo da época. Os dois não tardaram a se encontrar, e, com esse apoio, Stravinsky pôde largar o curso e entrar no Conservatório de Moscou – sua primeira sinfonia foi escrita como trabalho final do curso, sob orientação de Rimsky-Korsakov. Outras composições do jovem, como a cantata *O Rei das Estrelas* e o *Scherzo Fantástico*, começaram a atrair a atenção, e o golpe de sorte veio em 1909, quando Serghei Diaghilev o convidou para trabalhar nos *Ballets Russes*, parceria que culminou com *A Sagração*.

Durante a Primeira Guerra, Stravinsky abrigou-se na Suíça, transformando sua turnê em exílio voluntário após a Revolução Russa. De volta a Paris, estabeleceu-se como regente e pianista até se mudar definitivamente para os Estados Unidos em meados da década de 1930. No pós-guerra, sua atividade dividiu-se entre a Europa e os Estados Unidos, atuando como regente ou pianista, mas principalmente como compositor.

Sua reputação era a de um inovador constante. De fato, Stravinsky raramente usou a mesma fórmula duas vezes – e, menos ainda, os modelos tradicionais. Sua ópera *A História do Soldado*, por exemplo, é declamada; na *Sinfonia dos Salmos*, usa coro e orquestra, mas sem violinos ou violas. *Les Noces*, um balé, usa coro, quatro pianos e percussão, nada mais.

A busca de Stravinsky por caminhos de inovação não diminuiu com a idade. Por volta dos 60 anos, surpreendeu o mundo musical ao adotar um método de composição no uso dos doze sons da escala, chamado "serialismo", desenvolvido no século XX pelos compositores austríacos Arnold Schoenberg, Alban Berg e Anton Webern. Até então, para muita gente, Stravinsky era a antítese desse método – o impacto, guardadas todas as proporções, seria o equivalente a um artilheiro do Corinthians que subitamente se declarasse palmeirense.

A última década de produção de Stravinsky foi toda no estilo serial, mas acrescida, como sempre, de elementos muito pessoais – a preocupação em encontrar o ritmo, a melodia e os instrumentos corretos em cada composição. Viu também a morte de vários de seus amigos, como Dylan Thomas e T.S. Eliott, para os quais escreveu algumas das obras-primas desse último período.

O ritmo de sua carreira como regente diminuiu com o passar dos anos. Doente, ainda no final dos anos 1950 deixou de lado as atividades e passou a se concentrar, quando possível, na composição. Stravinsky morreu em 1971, em Veneza, onde está sepultado. E com ele um capítulo da música do século XX.



FGV PROJETOS
Mais conteúdo, Melhores soluções

A **FGV Projetos**, unidade de extensão de ensino e pesquisa da Fundação Getulio Vargas, cria soluções e aplica o conhecimento adquirido em suas escolas e institutos. Com escritórios no Rio de Janeiro e em São Paulo, a unidade desenvolve projetos no Brasil e no exterior.

Atuação em 17 estados brasileiros e mais de 6 países

20 Anos de experiência*

250 Consultores*

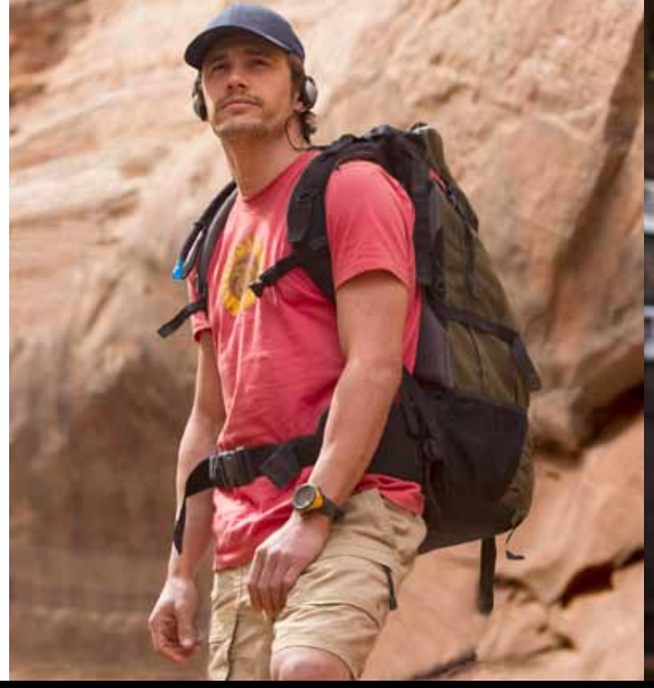
140 Projetos em desenvolvimento nos setores público e privado*



Todo nosso conhecimento a seu favor
www.fgv.br/fgvprojetos

*números atualizados até novembro de 2010









Natalie Portman e James Franco: performances magnéticas foram decisivas para o êxito de *Cisne Negro* e *127 Horas*, respectivamente

Jesse Eisenberg alimenta a personalidade enigmática de Zuckerberg em *A Rede Social*, enquanto que, em *Biutiful*, Javier Bardem parece carregar todas as dores da existência

# DIRETORES DA GERAÇÃO 2000

**Safra de diretores surgidos na transição do milênio confirma – ou não – o melhor do cinema contemporâneo**

Por Fábio Fujita

Quando o mexicano Guillermo Arriaga anunciou, em 2007, o fim de sua parceria com o compatriota Alejandro González Iñárritu, houve um frisson em toda a comunidade cinematográfica mundial. A parceria criativa, afinal, havia legado ao cinema uma fórmula narrativa bastante autoral, e funcional, de entrelaçar num mesmo filme tramas paralelas convergentes, e que resultou em pelo menos dois clássicos modernos: *Amores Brutos* e *Babel*. O rompimento se dera por vaidade: Arriaga, roteirista, reclamava que Iñárritu, diretor, assumia para si todos os louros, quando considerava ser tão autor dos filmes quanto o colega. Achava que seu nome nos créditos devia aparecer no mesmo tamanho do que o de Iñárritu. Romperam e, então, a expectativa passou a ser sobre como se comportariam trilhando caminhos independentes. A oportunidade chegou.

Primeiro com Arriaga, que, no ano passado, lançou *Vidas Que Se Cruzam*, seu primeiro filme como diretor (ele também assina o roteiro), em que abusa do recurso da fragmentação das histórias, dessa vez não só no escopo geográfico como em *Babel*, mas também numa perspectiva temporal. Enquanto um casal de amantes vivido por Kim Basinger e Joaquim de Almeida morre num trailer incendiado, numa segunda trama acompanhamos o drama da proprietária de um restaurante encarnada por Charlize Theron, entregue a uma vida libertina. Como não poderia deixar de ser, é a investigação do elo perdido entre essas histórias deslocadas no tempo e no espaço o que interessa a Arriaga, e que ele guarda como elemento-surpresa ao espectador para a segunda metade do filme.

## Agonia do gênero humano

Mas, se Arriaga buscou mais do mesmo, a tentativa por renovação de seu cinema – até para caracterizar a fase solo – fez com que Iñárritu optasse por uma linguagem conservadora em *Biutiful*, lançado em fevereiro. Ambientada num único lugar (Barcelona), é a cruzada de um homem à beira da morte, Uxbal (Javier Bardem), que descobre ser portador de um câncer que o matará em dois meses. O que poderia ser a deixa para uma crise existencial por parte do personagem (principalmente no que se refere ao futuro dos dois filhos pequenos, já que a mãe deles não é confiável) funciona, no entanto, para o diretor recorrer ao seu mais notório maneirismo: o de fazer de dramas pessoais metáfora para os males da globalização. No caso, em vista do ofício de Uxbal como aliciador de imigrantes ilegais para trabalhos indignos. Se seria esperável que o instinto por prolongar a vida levasse o personagem à busca por algum tipo de sublimação, Iñárritu não o permite – exatamente porque a agonia dos clandestinos espelha, e absorve, a iminência da morte vivenciada por Uxbal. É um cinema de excessos, este *Biutiful*. Há tragédia demais, sem refrigérios, dificultando ao espectador se sensibilizar com Uxbal, uma vez que, aos olhos do diretor mexicano, não é um homem, mas o próprio gênero humano que parece agonizar.

Com *Biutiful*, Iñárritu se junta a outros importantes cineastas surgidos na cena independente também na transição dos anos 90 para 2000 e que, neste ano, monopolizaram as indicações ao Oscar. São os casos de Danny Boyle (por *127 Horas*), Darren Aronofsky (por *Cisne Negro*) e David Fincher (por *A Rede Social*), nomes que já se confirmam como donos de algumas das filmografias mais consistentes e originais. A medida é exatamente a disputa do Oscar, quando concorreram com diretores de diferentes gerações anteriores, como o octogenário Clint Eastwood (de *Além da Vida*) e os não menos consagrados Joel e Ethan Coen (de *Bravura Indômita*).

## Afirmação da vida

Danny Boyle (que despontou em 1994 com *Cova Rasa* e se consagrou dois anos depois com o lisérgico *Trainspotting – Sem Limites*) é o que apresenta trabalhos mais ecléticos, já tendo passado até pelo cinema de zumbis, em *Extermínio*, para desembocar no tratado global de *Quem Quer Ser um Milionário?* Com *127 Horas*, Boyle faz uma espécie de contraponto ao filme anterior, ao mirar suas lentes para contar a viagem solitária de um *outsider*, Aron Ralston (James Franco), pelo Canyon. O que deveria significar só mais uma aventura para o currículo do montanhista transforma-se num pesadelo quando, numa escalada, ele acaba com o braço preso debaixo de uma pedra. Incomunicável, sem ter a quem recorrer, Aron vivenciará as 127 horas mais angustiantes de sua vida, cujas alucinações e flashbacks de momentos marcantes de seu passado poderiam indicar o espectro da chegada da morte.

Aron escapa dela, mas a partir de uma solução desesperada: a de cerrar o próprio braço preso, com um canivete. Franco é preciso na expressão das emoções de um personagem em compreensíveis conflitos: a aceitação da morte e a renovação da esperança, o desespero e a lucidez. É um filme sobre a afirmação da vida – e, portanto, numa perspectiva oposta à do mexicano Iñárritu. Aos que acusam Boyle de sensacionalismo nas imagens do braço sendo cortado, vale lembrar que o filme só existe para que aquela cena aconteça. Mas, sem dúvida, é preciso estômago forte: não faltam relatos de espectadores de diversas partes do mundo que passaram mal ao assistir à cena.

Um pouco mais sutil, mas não menos catártico, é *Cisne Negro*, novo filme de Darren Aronofsky, nova-iorquino de 42 anos cujo vigoroso *Réquiem*

*para um Sonho*, de 2000, o catapultou ao rol dos promissores representantes de uma arte em progresso, depois de uma estreia discreta, dois anos antes, com *Pi*. Talvez com a exceção de *Fonte da Vida*, épico de ficção científica, todos os filmes de Aronofsky evidenciam as marcas inconfundíveis de seu estilo, notadamente a imersão na perspectiva psicológica dos personagens, e que em *Cisne Negro* atinge seu momento máximo. Em outras mãos, seria difícil que uma história de sinopse tão banal – a bailarina que ganha o papel de sua vida, o de encarnar os personagens à la *Jekyll and Hyde* de *O Lago dos Cisnes* – escapasse de um tratamento meramente edificante. No caso de Aronofsky, no entanto, o universo de collants e sapatilhas perde por completo a dimensão etérea para se materializar num quase filme de terror.

Natalie Portman é Nina, a esforçada bailarina de um grupo de ballet liderado pelo coreógrafo Thomas Leroy (Vincent Cassel). Nina parece ter o perfil ideal para personificar o plácido personagem do cisne branco (a irmã inocente), por sua técnica precisa. Mas falta-lhe paixão e intensidade para encarnar o cisne negro (a irmã traiçoeira), o que a faz, a princípio, ser descartada por Leroy. Quando ela tenta convencê-lo de que é capaz, sim, de fazer o cisne negro, Leroy a provoca, seduzindo-a e forçando-a a um beijo. Ela tenta se defender, mordendo-o – e esse ato reativo, que poderia custar de vez o almejado papel, serve a Leroy para visualizar nela uma volúpia entranhada, a ser desenvolvida em prol do cisne negro. É a construção desse personagem o que interessa a Aronofsky. Nina, afinal, é uma pós-adolescente insegura, sem vida amorosa, virgem, tratada pela mãe como se fosse uma criança de 10 anos. Como trabalhar sua personalidade de monstro com tais credenciais?

É da própria insegurança que Nina, em situações diversas, tirará uma força que sequer sabia possuir – como o gato acuado que, sem ter para onde correr, parte para cima do predador –, seja na relação conflituosa com Leroy ou na inveja das outras bailarinas. Aronofsky também é extremamente hábil em fazer o espectador vivenciar as dores físicas da personagem, como a cutícula que sai rasgando a pele do dedo ou os hematomas que o corpo franzino de Nina não evita no decorrer dos caudalosos ensaios. Conforme se aproxima a première do espetáculo, Nina vai tateando o seu lado negro da força, o que é a deixa para Aronofsky investir no mesmo tipo de edição frenética que lhe deu fama em *Réquiem para um Sonho*. Se neste a ideia era embaralhar as fronteiras entre sanidade e loucura por causa do vício pelas drogas, em *Cisne Negro* os delírios e pesadelos de Nina indicam a "chegada" do personagem maldito. É um filme arrebatador, especialmente em seu quarto final, quando a psique já atormentada da protagonista leva o espectador a constantes sobressaltos.

### A vulnerabilidade dos laços nas redes sociais

Já o que poderia ser um interessante tratado geracional a partir de uma das novidades tecnológicas mais revolucionárias do milênio, o facebook, virou em suma um filme de tribunal dirigido por David Fincher. *A Rede Social* traz a saga já relativamente conhecida de Mark Zuckerberg (Jesse Eisenberg), o nerd de Harvard que, após ser descartado pela namorada, criou uma forma "original" de se vingar dela ao desenvolver um site na internet em que a expõe ao ridículo, comparando seus atributos físicos com de outras alunas da instituição. O site em questão, então facemash, virou uma coqueluche instantânea no campus. Repaginado com intenções menos torpes e com a ajuda de um amigo brasileiro de Zuckerberg, Eduardo Saverin, e uma dupla de irmãos, os gêmeos Winklevoss, tornou-se o facebook tal como o conhecemos hoje: uma rede que tem como objetivo fazer pessoas interagirem umas com as outras por meio de uma plataforma online.

No entanto, como diz o próprio slogan marqueteiro do filme, "ninguém faz 500 milhões de amigos sem fazer inimigos". Zuckerberg rompe com Eduardo e os Winklevoss, que reclamam participação na autoria do projeto, principalmente depois que o primeiro se associa a Sean Parker, um dos mentores do Napster (a ferramenta de música que mudou a configuração da indústria fonográfica). É Parker quem faz com que o facebook deixe de ser uma mera ferramenta de abrangência universitária para se tornar um negócio planetário – e bilionário –, algo nem sequer imaginado por Zuckerberg. O filme peca exatamente pelo tratamento raso dispensado ao personagem protagonista: não sabemos suas reais intenções. Zuckerberg (aparentemente) não sofre pela perda da namorada. Sofre? Não é o dinheiro que parece interessá-lo. Será status?

David Fincher não explora Zuckerberg dentro dessas potenciais complexidades. Limita-o a um semblante invariavelmente crispado, cujas conquistas não o fazem eufórico, assim como seus problemas também não parecem tirar-lhe o sono. O rompimento com Eduardo é exemplar nesse sentido: Zuckerberg não dá a mínima ao ser lembrado no tribunal de que ele, Eduardo, era "seu único amigo" – Eduardo fora enganado na assinatura do contrato, ao ter sua participação no facebook reduzida (como acionista). Não deixa de ser um sintoma da era da internet: Zuckerberg descarta o brasileiro com a facilidade de quem bloqueia um semiconhecido numa conversa de msn. Metáfora oportuna: as amizades promovidas (ou retomadas) não só via facebook, mas em todas as redes sociais virtuais (orkut, twitter etc.), tendem a ser ilusórias. "Amigos" são adicionados no facebook sem sequer uma troca de mensagens. Em *Clube da Luta* (também de Fincher, de 1999), os integrantes de uma "confraria da porrada" socavam-se uns aos outros e assim, ironicamente, celebravam a amizade de uma forma muito mais legítima. Se há algum mérito em *A Rede Social*, é este: o de denotar a esquizofrenia e a vulnerabilidade dos laços sociais no mundo moderno.

Nas lentes de Aronofsky, o balé perde a leveza etérea para se transformar em filme de terror, enquanto Fincher refaz a trajetória do criador do *Facebook*

Apesar de dramática, a trama de Boyle em *127 Horas* fala sobre esperança e superação, ao contrário de *Biutiful*, em que Iñárritu explicita seu atroz pessimismo













# O MAESTRO QUE CORRIGIU VILLA-LOBOS

**Inspiração, competência e profundo interesse pela pesquisa são marcas do regente que está colocando o Theatro São Pedro na agenda cultural de São Paulo**

Por José Geraldo Oliveira

Natural de Niteroi, Roberto Duarte ganhou o mundo e hoje divide o seu tempo entre o Brasil e uma pequena vila alemã a meio caminho entre Stuttgart e Zurique. Discípulo e assistente de Francisco Mignone e Eleazar de Carvalho, ele ganhou o I Concurso Internacional de Regência promovido pelo Museu Villa-Lobos na década de 1970. O primeiro de muitos outros, mas esse foi o que abriu a porta para Duarte se tornar um pesquisador incansável da obra de Villa. O resultado do emprenho? Dois volumes da *Revisão das Obras Orquestrais de Villa-Lobos* (Eduf, 1994) e *Villa-Lobos Errou? Subsídios para uma Revisão Musicológica em Villa-Lobos* (Algol, 2009), publicados em português, inglês e francês. "Gênio" é a palavra que o maestro usa para descrever o compositor e rebater as críticas de "incompetente" e "não sabe música" que medíocres contemporâneos dirigiam a Heitor. "Quanto mais estudo sua obra, mais percebo sua genialidade."

Nos anos 90, Roberto Duarte gravou uma série de CDs a convite de Klaus Heymann, fundador da gravadora Naxos, por indicação do musicólogo francês Pierre Vidal. Gravou entre outras a *Dança Frenética*, as suítes completas do *Descobrimento do Brasil*, os balés e poemas sinfônicos *Amazonas*, *Alvorada na Floresta Tropical*, *Erosão e Gênesis*, assim como a transcrição orquestral do *Rudepoema*, *das Danças Características Africanas* e da *Dança dos Mosquitos*. Consagração internacional.

Desenvolveu carreira internacional regendo a Tonhalle Orchester Zürich, a Ungarische Philharmonie, a Orchestre de la Radio Suisse Romande, a Moscow Chamber Orchestra, entre tantas outras. Durante 30 anos, aqui no Brasil, foi professor e regente titular da Orquestra Sinfônica da Escola de Música da UFRJ, além da Orquestra Sinfônica do Paraná e da Unisinos, no Rio Grande do Sul.

A caminho dos 70 anos bem vividos, o operoso maestro é um homem feliz com a sua caminhada e trabalho, mantendo empolgação para conduzir, como diretor artístico, a jovem orquestra do Theatro São Pedro, em São Paulo: uma formação de 54 músicos, selecionados entre 600 inscritos em "concurso anônimo", e que tem como regente titular Emiliano Patarra. Foi no Theatro São Pedro que o sorridente maestro recebeu *Getulio* para uma conversa, longa conversa, repleta de reminiscências.



**Como a música passou a fazer parte de sua vida?**

**Roberto Duarte** Aprendi a ler música antes de me alfabetizar. Com 4 ou 5 anos minha mãe, Lavínia Duarte, me ensinou. Ela tinha uma voz lindíssima. Quando eu estava com 7 anos, meus pais trouxeram para morar conosco um barítono italiano naturalizado brasileiro, Ernesto Demarco, casado com um prima de Teresópolis e que já estava com certa idade e numa situação difícil. Ele dava aulas de canto no piano de casa e nos incentivou para que entrássemos para o conservatório. E lá fomos, eu e minha mãe, para estudar. Ela foi minha colega de turma na classe de teoria musical. Quando nasci, ela tinha os seus 40 anos, e sabia que não seria cantora, mas de qualquer forma as aulas a ajudaram anos depois. No meu colégio produziram uma peça e convidaram dona Lavínia para cantar a *Ave Maria*. Da *Ave Maria* ela acabou fazendo a Virgem Maria. Ela se desenvolveu como atriz e se tornou profissional de uma companhia de teatro infantil por 20 anos.

**A música muda o destino das pessoas...**

**Roberto Duarte** Todos os sábados havia saraus em casa. Um dia o pianista se atrasou. "Menino, toca aí." Sabe Deus como toquei, estava com 11 anos, mas toquei. Aos 14, acompanhei o barítono italiano num recital em Cantagalo, interior do Rio de Janeiro. Num momento da apresentação ele deu uma volta, colocou as mãos em meu ombro e, para minha surpresa, tremia. Professor Demarco nervoso? "Não é nervoso, é emoção. E no dia em que você não sentir isso está na hora de parar." Nunca esqueci. Hoje, com 45 anos de profissão, não tenho mais nervosismo, mas tenho a emoção e se eu a perder – espero que não – estará na hora de parar. Minha profissão é a emoção, levar emoção ao público.

**O Eleazar contou que teve vida difícil, virou fuzileiro naval para ter o que comer. Sofreu preconceito e teve que vestir aquela couraça para se proteger**

**Que lembrança ficou do primeiro recital?**

**Roberto Duarte** Eu era jequinha, com 7 anos, tocando um piano de cauda. Estava fardadinho. Não me lembro qual música, mas guardo uma foto da apresentação.

**E como a música se tornou profissão?**

**Roberto Duarte** As coisas foram se desenvolvendo. Durante os ensaios de minha mãe eu ficava estudando história, geografia ou matemática, com o caderno na perna, se faltava alguém, o diretor me chamava para ler o texto e sempre exigia que eu lesse com ênfase e emoção. Nunca imaginei que isso um dia seria útil como regente de ópera. Opera é cena! Com 16 anos fazia o fundo musical das peças. Sempre quis ser músico.

**Sempre foi certeza?**

**Roberto Duarte** O meu pai, Miguel Duarte, não queria. Seu sonho era que eu fosse político, tanto que sou bacharel em Direito por insistência dele. No 4º anos do curso ele me disse: "Para com isso. Você nunca será advogado!" *[risos]* Mas decidi concluir. Foi uma decisão acertada e o curso foi muito útil para a vida. O artista às vezes é muito centrado na arte, esquecendo que ela está inserida na vida. Meu pai começou a vida como cabeleireiro, se tornou comerciante e conseguiu muito dinheiro. Quando eu tinha 15 anos ele perdeu tudo. Imagino o quanto isso foi doído para ele. Passei a dar aulas e ganhava uns trocados para levar a namorada ao cinema. Aos 18 anos fui estudar com Arnaldo Estrela, uma sumidade na época. Trabalhar e estudar ficou impraticável e passei a me dedicar cada vez menos ao piano. "Não dá", disse o professor Estrela. O mundo acabou para mim. Ele me sugeriu que fizesse um curso de composição na Escola de Música do Rio de Janeiro. Isso poderia ser uma oportunidade de trabalhar com música e me tornar professor da escola. Fiz as duas faculdades simultaneamente, Música e Direito. Após 7 anos de namoro com a moça que levava ao cinema, nos casamos no 31 de dezembro de 1965 e estamos juntos há 45 anos *[risos]*. Convidei alguns músicos e um cantor amigo para tocarem na cerimônia. Esse amigo, Descartes Teixeira, me propôs fundar um coro, e na fila dos cumprimentos ele apareceu, e "que dia marcamos o nosso primeiro ensaio do coro?" *[risos]*. Nem me desejou boa sorte. Disse uma data qualquer e no dia marcado pareceu com mais quatro pessoas. Por que não fundar uma pequena orquestra de amadores? E assim foi. Treze pessoas. O tenor Zacarias Marquez assistiu a nosso primeiro concerto. Depois, almoçando com o maestro Francisco Mignone, ele comentou a apresentação e fez algum elogio.

**E então?**

Eu era aluno do Mignone e no dia seguinte seria nossa última aula. Ele propôs que fosse em sua casa. Morando em Niteroi, recém-casado e proprietário de um Skoda caindo aos pedaços, fui até a casa do maestro. Aconteceu de tudo: pneu furou, carburador entupiu, acabei pegando um ônibus. Cheguei com duas horas e meia de atraso. Ele nem me deu boa-tarde. Estou frito, pensei comigo. "Roberto, você gosta muito de regência?", me perguntou. Sim. "É capaz de ler ao piano uma partitura de orquestra?" Sim. Abriu a partitura e pediu para que tocasse. "Quer ser o meu assistente na Escola de Música?" *[longa pausa]* A voz não saía. "Você não quer?" Quero, respondi num esforço tremendo. "Prepara um documento para apresentar na escola. E agora vamos à nossa aula!" *[risos]*. Foi a pior aula do mundo. Não conseguia fazer nada. "Eu não estou te entendendo." Nem eu! Pode imaginar o que representava uma sumidade me fazer esse convite?

**Os músicos daqui diziam que determinada passagem do balé *Amazonas* era impossível de ser tocada. Quando a regi em Zurich, os violinistas tiraram de primeira**

**Algum motivo ele teve, não?**

Fui direto para a casa de meus pais e contei para a minha mãe. "Você deve ter ouvido errado. Telefona para ele, inventa uma desculpa e tira isso a limpo." Liguei e a minha mãe ficou ouvindo na extensão a confirmação do convite. Telefonei para a minha esposa. Dalva, você não sabe o que aconteceu! "O Mignone te convidou para ser assistente dele!", ela disse de pronto *[pausa longa]*. Como você sabe? "Não sei. Foi?" Uma mulher sensacional, artista plástica, com uma visão e uma sensibilidade fantástica. Virei assistente dessa sumidade e minha vida mudou radicalmente, comprei várias partituras e passei a estudar profissionalmente. Em março começamos juntos as aulas e foi um imenso aprendizado. Em setembro ele caiu na compulsória e teve de abandonar o curso. Lembro-me do Mignone descendo a escadaria da escola, chorando. No ano seguinte o Eleazar de Carvalho assumiu e fui seu assistente por três anos.

**Como era o Eleazar?**

**Roberto Duarte** Um grande ator. Um profissional de mão cheia *[imita Eleazar, falando com voz grossa]*. Era extremamente exigente, mas o jeitão dele virou folclore. Por que o senhor é assim? Serei trucidado, pensei comigo, mas já tinha feito a pergunta. Estávamos sozinhos no último andar da escola, de onde dá para ver Niteroi. Ele fez silêncio. "Você nasceu em Niteroi, né?" Sim. "Berço de ouro". Não maestro, a minha família é modesta. "Tinha café da manhã e almoço?" Tinha. "Berço de ouro." "O senhor tinha sapatinho para calçar". Sim. "Berço de ouro". Assim se seguiu a conversa. Ele parou e me olhou: "Nasci em uma cidade que não existe no mapa e não tive nada do que você teve. A vida era muito difícil. Procurei a escola da Marinha para poder comer, depois vim para o Rio de Janeiro, como fuzileiro naval. Para sair de fuzileiro e chegar a uma pessoa que jantou e almoçou com reis e rainhas foi uma distância muito grande. Sofri muito preconceito e tive que vestir uma capa para me proteger". Duas lágrimas desceram e ele continuou dizendo que não nunca mais conseguira desvestir essa capa. Entrou um aluno e quebrou

A orquestra do Theatro São Pedro se torna realidade, e a primeira montagem é a ópera *Rigoletto*, de Giuseppe Verdi (à esquerda). A soprano Laura Rizzo empresta a sua voz a Gilda





Novos nomes da ópera brasileira surgem na montagem célebre opereta *A Viúva Alegre*, de Franz Lehár e no balé da ópera *Rigoletto*, de Verdi





a conversa. Foi um momento delicado de nosso convívio, ele assumindo que era obrigado a assumir aquele jeitão. Não o conheci regendo fora do Brasil, mas contam que era completamente diferente. Era um grande regente, conhecia técnica e tinha uma didática fantástica, o resto era uma grande fachada.

**O que ficou do convívio com os dois maestros?**

**Roberto Duarte** Do Eleazar a técnica, o conhecimento, a exigência para que o trabalho saia benfeito, com seriedade e profissionalismo. Da convivência com Mignone, a abertura da musicalidade. Um músico de primeira linha e uma pessoa boníssima, media quase 2 metros de altura e tinha um coração de 200 km. Fui abençoado por Deus por ter aprendido com esses dois mestres. Sou grato a muitas pessoas, como minha professora de harmonia. Acredito em acaso e há dias em que o universo conspira a nosso favor. Claro que não podemos ficar no *maktub*, podemos forjar o nosso destino.

**Quando o cavalo passa é preciso montá-lo.**

**Roberto Duarte** Às vezes não se sabe se é o cavalo certo. *[Risos.]*

**Como o senhor se tornou pesquisador da obra do Villa-Lobos?**

**Roberto Duarte** Em 1975 aconteceu no Rio de Janeiro o 1º Concurso Internacional de Regência Villa-Lobos. Saí vencedor e foi quando comecei a estudar, estudar e estudar. Encontrei uma série de erros nas partituras que fui investigando e corrigindo. Constatei que várias obras não eram tocadas pelo excesso de erros. "Soa mal". Não. É porque está errada. Em 1978 ninguém sabia o que era revisão. Fazer uma revisão de partitura para quê? Peguei as partituras da Editora Max Eschig, revisei e publiquei. Devo ter realizado mais de 50 revisões da obras do Villa, depois trabalhei a obra de Carlos Gomes, até que criamos, eu e minha esposa, uma pequena empresa para fazer revisões para editoras. A experiência com as partituras é muito importante, pois é um legado que deixo. Concertos o vento leva. *[Entra na sala o maestro Emiliano Patarra.]* Ele foi meu aluno e hoje trabalha comigo, o que me dá muita honra.

**Será que não há 20.000 pessoas dispostas a assistir a uma ópera em uma cidade com 16 milhões de habitantes, como São Paulo?**

**Fica a impressão de que Villa Lobos é mais conhecido no exterior e anda meio esquecido por aqui. A proximidade com o Estado Novo de Vargas seria um dos motivos?**

**Roberto Duarte** Santo de casa não faz milagre e seria diferente se ele tivesse nascido na Finlândia, Suécia ou Noruega. Não acho que tenha se aliado a Vargas. Ele se aproveitou de um momento político que oferecia algo e realizou um plano, mas não tinha qualquer engajamento político. Ele não dedicou nenhuma obra a Vargas. Estranho, não?

**Como o senhor o classifica?**

**Roberto Duarte** Sem sombra de dúvida um dos grandes gênios do século passado e com uma obra mal estudada. Como regente, eu ouvia músicos dizendo que determinada passagem do balé *Amazonas* era impossível de ser tocada. Regente novinho, ouvindo uma pessoa com 40 anos de profissão sentenciar, eu ficava quieto. Fui reger a mesma obra em Zurique com uma orquestra classe A. No primeiro ensaio, conversei com o violinista principal e avisei que havia uma passagem que era impossível de tocar. "Já olhei as partituras e não vi nada impossível", me respondeu. Mostrei o ponto. Estávamos em um café. Ele pegou o violino e tocou. Fomos ensaiar, estava doido para chegar à tal passagem. Finalmente chegou. Fiquei olhando os violinos. Perfeito. Não acreditando, parei a orquestra e pedi para repetir o movimento. Os 18 violinos tocaram de cor e olhando para mim, ou seja, os caras estudaram. Voltando ao Brasil, quando fui reger a mesma peça, novamente os músicos vieram com aquele papo de que era impossível. É possível sim. Toca! Comecei a exigir. É como o compositor que conhecemos por viajar com ele de ônibus. Não damos valor. Esse foi o problema do Villa, os seus contemporâneos, medíocres, tinham inveja de sua genialidade. A diferença da pessoa normal para um gênio é que ele aprende em cinco minutos o que levamos cinco meses ou anos para aprender. Mignone adorava o Villa, mas ele também era um gênio.

**Como recuperar esse gênio?**

**Roberto Duarte** O que fazemos com as revisões é um passo. As orquestras da Europa não tocam a sua obra porque as partituras eram manuscritas e de péssima qualidade. Uma obra do Stravinsky impressa, revisada ou uma manuscrita do Villa? Depois de 5 anos a Academia Brasileira de Música e eu conseguimos convencer a editora de Villa-Lobos em Paris a permitir que editássemos e déssemos de presente a eles a edição. Eles não entendiam por que queríamos fazer isso. Não somos bonzinhos. Fazendo isso irão divulgar mais sua obra, com o aluguel das partituras os direitos vêm para o Brasil. É negócio para eles e para nós.

**O senhor foi grande divulgador de nossa música no exterior, como o Guerra Peixe no Conservatório de Moscou com a Sinfônica Tchaikovsky. Como é recebida nossa música no exterior?**

**Roberto Duarte** É uma recepção fantástica, uma emoção muito grande, me arrepio de lembrar... Ver o público aplaudir de pé. Há um respeito grande nossa música. O Guerra Peixe é outro gênio que está sendo descoberto. Em 1949 o regente Hermann Scherchen veio ao Brasil e viu nele um talento. Convidou-o a ir para a Alemanha como compositor residente. Se tivesse aceitado, teria deslanchado na Europa, mas preferiu ir para Pernambuco realizar um estudo sobre os maracatus do Recife.

**Como foi dirigir, no ano passado, a montagem da ópera *A Menina das Nuvens*, de Villa-Lobos, na Fundação Clóvis Salgado em Minas Gerais?**

**Roberto Duarte** O Villa morreu em 17 de novembro de 1959 e a ópera estreou em 29 de novembro de 1960 no Theatro Municipal do Rio de Janeiro com nomes expressivos da época, mas ficou sem registro e até então era a única montagem. Fiz uma grande revisão nas partituras, recuperamos textos e montamos. Ficou belíssima. Villa-Lobos não a chama de ópera, mas de "aventura musical" e seria para criança. Ele musicou o livro da Lúcia Benedetti, que era sua vizinha. A obra foi escrita entre 1957 e 1958, quando ele estava preste a morrer, após sofrer 12 anos com um câncer. Tinha uma força fantástica para escrever e nos últimos dois anos compôs *A Menina das Nuvens* e também *Amazonas*, a 12ª *Sinfonia*.





Roberto Duarte e Emiliano Patarra. Experiência e juventude. Mestre e pupilo lado a lado na construção da orquestra do Theatro São Pedro

**Como segue a nova aventura de montar a orquestra do Theatro São Pedro?**

**Roberto Duarte** Uma ótima tarefa, começamos da estaca zero. Em dezembro de 2009 recebo em casa um telefonema do Dr. Eraldo Marinho, presidente do conselho da APAA *[Associação Paulista dos Amigos da Arte]*. "Estamos criando a Orquestra do Theatro São Pedro e o seu nome está na lista para ser o regente fundador. Aceita?" Não cheguei a perder a voz, mas pedi para esperar um minuto. "O senhor pode vir agora para cá?" Estou no Rio, respondi, e não dá tempo para chegar aí, Além disso, domingo vou a Paris fazer uma palestra sobre Villa-Lobos. "Então te esperamos amanhã." Vim e fizeram uma proposta. Apresentei uma contraproposta e que não era nem tanto financeira. Em Paris recebi um e-mail. "Está aprovado. Vamos começar." Montamos todo trabalho por skype e telefone. Fizemos um concurso nacional. Na primeira fase os candidatos deveriam se submeter a um júri de oito especialistas com uma peça musical predeterminada. Recebemos 613 CDs, recusamos 78, por ter indicação de nome e o regulamento era claro: não permitia o reconhecimento. Ficamos três semanas ouvindo as gravações. Selecionamos 183 para a audição, e cada candidato tinha 15 minutos para executar uma peça, fazendo isso atrás de um biombo para que a comissão não soubesse quem era o solista. Filmamos por trás para ter uma prova visual. Escolhemos e montamos uma orquestra sem saber os nomes. No dia 1º de junho, quando os 54 foram selecionados, fomos saber quem eram.

**Foi um investimento muito alto?**

**Roberto Duarte** Para o Estado de São Paulo é uma gota d'água. Os salários são honestos.

**O que podemos esperar para este ano?**

**Roberto Duarte** Um bom trabalho. Sempre foi o que fizemos. Em 2010 montamos a *Tosca*, de Giacomo Puccini, o *Rigolleto*, de Giuseppe Verdi, a ópera cômica *Don Pasquale*, de Gaetano Donizetti, *a Norma* de Vincenzo Bellini e *A Viúva Alegre* de Franz Lehár. Sempre com casa cheia e mantendo frequência. O que é novidade. E acho que tem de ser assim. Quantas vezes alguém sai de casa para ir ao cinema, e às vezes sem saber qual o filme que está em cartaz? Mas ele tem certeza de que no cinema sempre haverá um filme.

**O que é preciso para popularizar a ópera, como elitista?**

**Roberto Duarte** Elitismo significa um grupo pequeno e fechado. Há tanta coisa que é também fechada e não classificamos assim. "Futebol não é elitista porque a massa gosta." Mas todo menino, ainda pequeno, ganha uma bola de futebol. A coisa está democratizada. Quando se apresentam quatro montagens em um ano, como fizemos, acham que é muito. Fizemos pouco! "Não há público." Será que não há 20.000 pessoas dispostas a assistir a uma ópera em uma cidade com 16 milhões de habitantes, como São Paulo? É preciso a constância e habituar as pessoas. Democratizar é assistir a um espetáculo de qualidade, ao vivo, pagando 20 reais.

**Que episódio o senhor elege como seu grande momento?**

**Roberto Duarte** Hoje é o grande momento! E estou sempre preparado para o amanhã. Houve grandes momentos em minha carreira, como quando voltamos 12 vezes ao palco para um público em pé e alucinado em Zurique, após apresentar música brasileira. O spalla me perguntou: "Já demos 3 bis. O que vamos fazer?" Naquele dia conseguimos tirar as pessoas por alguns momentos de uma realidade e demos a elas a possibilidade de sonhar. Só conseguimos isso quando estamos seguros da nossa função. É o que temos conseguido fazer aqui no Theatro São Pedro.

# INOVAÇÃO NA OBRA DE CINTHIA MARCELLE

**Quase uma unanimidade entre os experts, o trabalho dessa artista mineira não faz concessões para o público. E ela continua colecionando prêmios**

Por Rita Drummond

"Não tenho nenhum ideal estético, não acredito na pureza da arte. A arte não está acima de nada, o artista não está acima de ninguém, tudo se mistura e essa mistura impura é que está na origem de meu processo criativo. Só podemos reinventar o mundo a partir dele mesmo". Cinthia Marcelle.

Kieve, Ucrania, dia 10 de dezembro de 2010. Em uma cerimônia que reuniu pela primeira vez alguns dos artistas contemporâneos mais badalados do momento, Andreas Gursky, Takashi Murakami, Damien Hirst e Jeff Koons, a artista mineira Cinthia Marcelle recebeu o premio Future Generation Art Prize. O prêmio concedido pela Fundação Victor Pinchuk para artistas com menos de 35 anos é atualmente o mais importante do mundo no gênero. Em 2010, mais de 6.000 artistas dos mais diversos países se inscreveram. O valor recebido na Ucrânia, 100.000 dólares, será aplicado em novos trabalhos experimentais. Os organizadores obrigam a destinação de 40% do valor para novos trabalhos.

Para concorrer, Cinthia apresentou três vídeos: "Fonte", "Volver" e "Cruzada". Os três foram filmados em Minas Gerais, com performances realizadas no meio do nada, em uma terra desmatada, vermelha, que não parece ser de lugar algum. O trabalho de Cinthia é facilmente enquadrado dentro da arte conceitual. Para o público em geral, não é um trabalho de fácil ou imediata compreensão, mas ele desperta o interesse, incomoda. Há algo de consistente e instigante por trás das imagens para ser entendido. Para colecionadores, artistas, críticos e curadores, é um trabalho genial.

Pode-se descrever, brevemente, os três trabalhos da seguinte forma. Em "Volver", uma pá escavadeira percorre um trajeto na forma de um símbolo de infinito, transportando terra de um lado para outro; em "Fonte", um caminhão de bombeiros roda em um círculo anti-horário com a mangueira apontada para o centro, em uma espécie de fonte invertida; e, em "Cruzada", dezesseis músicos, quatro de cada lado, trajando quatro cores diferentes, entram em cena, um de cada vez, ao som desencontrado dos instrumentos até alcançarem o centro do cruzamento, formando quatro bandas de cores e instrumentos misturados.

O ano de 2010 foi especial na carreira da artista. Seus trabalhos, como a instalação "Sobre Este Mesmo Mundo" e o vídeo "Buraco Negro", foram considerados pela crítica especializada dentre os mais interessantes da 29ª Bienal de São Paulo. Para completar, a artista ficou entre as quatro finalistas do Premio Pipa, uma parceria entre um fundo de investimento, chamado investidor profissional, e o MAM, do Rio de Janeiro, no qual 100 artistas jovens foram selecionados por críticos de arte, galeristas e curadores e pelo público (que votava no MAM-Rio ou por uma comunidade do Facebook). Antes disso, em abril do ano passado, durante a SP-Arte, a curadora da Tate Modern, de Londres, Tanya Barson, uma superpoderosa do mundo das artes, em entrevista à revista *Bravo!*, afirmou que Cinthia era uma das três artistas jovens que mais chamavam sua atenção no Brasil.

Quase uma unanimidade entre os experts, o trabalho de Cinthia não faz concessões para o público. Sua obra transita por diversas linguagens, como desenho, fotografia, vídeo e performance. Amante da liberdade de formas e do prazer de experimentar o tempo todo, sua arte chama a atenção pela originalidade e despreendimento das tendências comerciais do mercado.

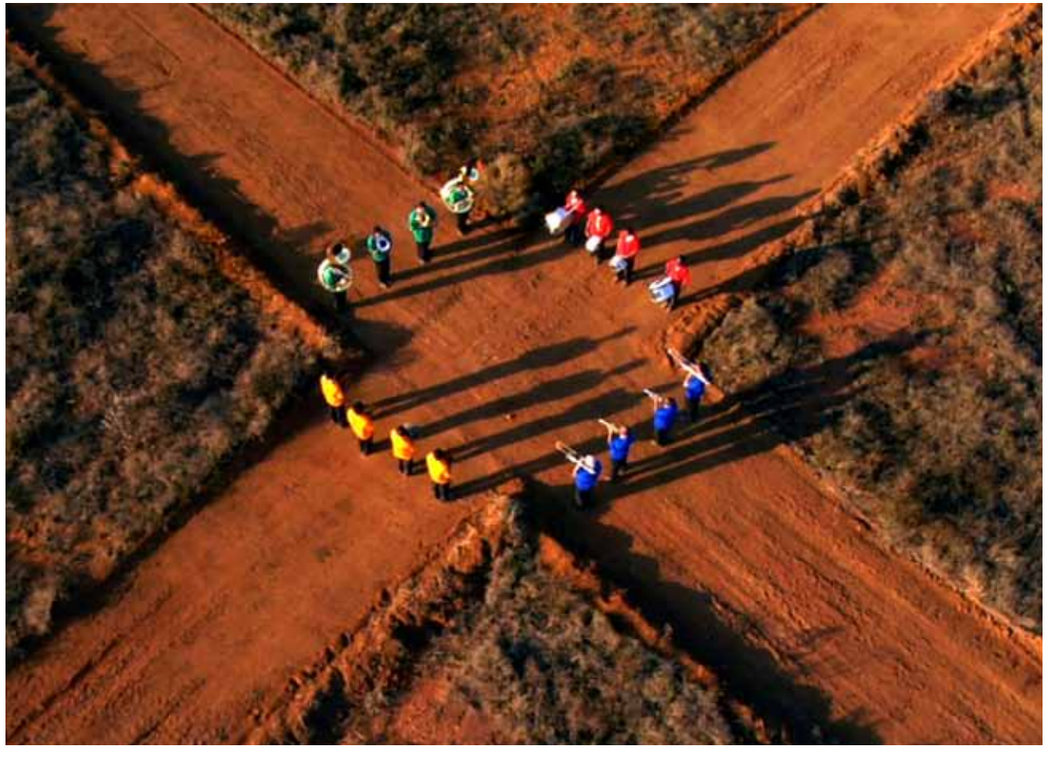
## "Não me prendo a suportes"

A arte conceitual entrou em cena nos Estados Unidos nas décadas de 1960 e 1970, com instalações, performances, happenings, arte processual, land art, videoarte, sendo cada uma dessas formas um meio de articular uma diferente linguagem – dança, música, pintura, teatro, escultura, literatura. Com o fim dos limites formais do que é, ou deveria ser, a própria definição de arte ganhou um novo sentido.

Na obra de Cinthia, a ideia é o foco central. Observando as três obras apresentadas na competição do Future Generation Art Prize e sua a instalação do quadro negro entitulada "Sobre Este Mesmo Mundo", presente na última Bienal de São Paulo, percebemos que a linguagem, os códigos e o tempo são temas recorrentes. A repetição dos atos e as cores se mostram fortes meios de sua expressão artística.

Em entrevista para o prêmio Pipa, do MAM-Rio, Cinthia explica que o vídeo "*Cruzada*" trata do encontro/confrontação/mistura entre cores e sons criando





No alto, *O Conversador*, de 2005, mostra o vermelho da terra mineira e provoca.
Acima, o vídeo *Cruzada* se desenrola com as bandas se apresentando numa encruzilhada especialmente construída para o trabalho

uma nova língua, como uma mesma canção que impulsiona todos pelos quatro cantos do mundo. Ela sente a morte e a nascimento da linguagem: "Penso que não foi por acaso que a obra do quadro negro me surgiu na Europa, o dito Velho Mundo, e o novo vídeo no Brasil".

A artista vem demonstrando uma singular intensidade, capaz de ativar de maneira potente questões como cor, conflito, a simultaneidade de acontecimentos em diferentes espaços e tempos. Cinthia afirma que não se prende a suportes. A base do seu trabalho é vídeo, mas atua também em performances, instalações, esculturas e fotografia. Como disse Victor Pinchuk, Cinthia cria manifestos abstratos.

As três obras enviadas para o Future Generation Art Prize chamam atenção pelo cenário, com a terra mineira, vermelha e devastada. Os vídeos parecem se encaixar no chamado *land art*, tipo de manifestação artística conceitual que inaugurou uma nova relação com o meio ambiente. As intervenções são feitas diretamente na natureza. Nos três vídeos, as máquinas preparam o terreno para o trabalho que se iniciará ali, mas a própria preparação da terra já é uma performance em si.

Em 2004, a série de trabalhos "Unus Mundus" foi realizada com a composição de cinco obras (performances, vídeos e esculturas): História (44 objetos alheios são consertados e agrupados em um mesmo espaço), Geografia (256 braços de mangueira partem de uma torneira em direção a uma mesma lagoa), Volta ao Mundo (9 kombis brancas contornam simultaneamente uma mesma praça), Audição (9 pessoas compõem uma orquestra com diferentes instrumentos e músicas variadas) e Refrão (7 casais se entregam ao mesmo tempo a um longo beijo). Cinthia explica que nesses trabalhos "o caos do mundo se organiza repentinamente, um certo universo de sentido emerge como que do nada. A visão distanciada do evento permite perceber a forma, sua dinâmica, enquanto o som, gravado sempre de baixo, tende à aproximação – penso na possibilidade de compartilhar esses dois movimentos, para fora e para dentro do mundo".

A artista contou a *Getulio* que cinema é uma grande influência. "O que faz do cinema uma espécie de eterno contemporâneo é a sua impureza. Tudo cabe dentro dele e é isso que garante sua sobrevivência. Acho que o mesmo acontece com a arte hoje."

## Minas: berço de nova geração de artistas

Cinthia coleciona vários prêmios e já recebeu diversas bolsas. Em 2003, ganhou a Bolsa Pampulha, no 27º Salão Nacional de Arte de Belo Horizonte. No mesmo ano, trabalhou como artista residente na Cidade do Cabo, na África do Sul, pelo Programa Very Real Time. Em 2006, recebeu o importante International Prize for Performance, de Trento, na Itália, e fez parte da 9° Bienal de Havana, Cuba. No ano seguinte, participou da Bienal de Lyon e do XXX Panorama da Arte Brasileira-Contraditório.

Vale observar que, como o Rio de Janeiro foi importante celeiro de novos artistas nos anos 80, Minas Gerais tem desempenhado esse papel na última década. Sara Ramo, Thiago e Matheus Rocha Pitta, Cao Guimarães e Rivane Neuenschwander são conterrâneos de destaque no cenário atual. O número de artistas mineiros em alta, hoje em dia, é resultado da qualidade e generosidade das instituições mineiras e do interesse do público local por arte contemporânea. Isso sem falar do fato de o Estado mineiro abrigar Inhotim, um museu a céu aberto que mantém uma das coleções de arte contemporânea mais interessantes do mundo (incluindo trabalhos de Cinthia).

A Bolsa Pampulha se destaca como um dos maiores propulsores de artistas em início de carreira. O projeto se propõe a criar maior engajamento do Museu Pampulha com a produção emergente. Os artistas selecionados recebem uma bolsa durante 13 meses. Ao longo desse período, o artista-bolsista recebe acompanhamento da equipe técnica do museu, e de uma comissão especialmente formada para tanto, de críticos, curadores e artistas, que fazem visitas mensais e individuais visando à discussão e à troca de ideias sobre a produção. Além do acompanhamento, há um registro fotográfico, videográfico e textual, gerando um memorial de todo o processo para publicação em livro. A proposta da Bolsa Pampulha é uma ação inovadora e pioneira no Brasil.

O projeto se constituiu em novo paradigma no cenário das iniciativas institucionais no que se refere ao estímulo da produção emergente. O novo formato provocou a revisão de diversas iniciativas, como o Salão Paulista, organizado pelo Governo do Estado de São Paulo, além do surgimento de outras ações similares, como o Prêmio Marcantônio Vilaça, cujo teor do edital se baseia no modelo da Bolsa Pampulha. O incentivo à produção artística no Brasil é vergonhosamente pobre. É muito difícil um artista iniciante estudar, produzir e se manter financeiramente. Se não contar com a ajuda de uma galeria de arte ou se não conseguir um emprego em outra área, não consegue custear a produção de seus trabalhos e se sustentar.

Segundo o curador do MAP-Museu de Arte da Pampulha, Marconi Drummond Lage, comentando sobre a Bolsa Pampulha, "as principais virtudes do projeto são o maior estreitamento entre o pensamento institucional e a produção contemporânea e uma dinamização do circuito artístico belo-horizontino".

Perguntada se hoje seu trabalho é mais valorizado fora do Brasil, Cinthia respondeu que fica impressionada com a velocidade de circulação da arte hoje em dia: "Venho produzindo no meu canto há quase uma década e de um tempo pra cá comecei a ter um retorno mais imediato. O fato de ter exposto pela primeira vez na Bienal de São Paulo talvez possa ter ajudado, mas também é verdade que o meu trabalho já vinha circulando fora há algum tempo. Esse mesmo trabalho exposto agora na Bienal já tinha gerado alguma repercussão em Londres".

De fato, com os meios de comunicação e a quantidade de feiras e eventos de artes pelo mundo, a exposição dos artistas de todas as nacionalidades aumentou significativamente. Especialmente para os artistas brasileiros que, com a ajuda do favorável momento econômico do país, estão cada vez mais em voga. Apesar das recentes crises econômicas mundiais, o mercado permanece frenético e com valores crescentes e cada vez mais estratosféricos. Os leilões de arte em Londres e Nova York continuam a bater recordes, como a escultura de Giacometti vendida este ano por 104 milhões de dólares. Ainda que tenha tido um ano fora de série e seja uma das artistas mais promissoras do Brasil hoje, Cinthia não parece se deslumbrar com isso. "No fim das contas, acho que é preciso se resguardar um pouco diante desse ritmo vertiginoso das coisas hoje."

A maioria dos vídeos de Cinthia Marcelle está disponível na internet, no site http://vimeo.com/cimarcelle. Vale a pena assisti-los para entender melhor as questões perseguidas pela artista. Suas próximas exposições estão programadas para abril ("A Economia do Gesto", na Galeria Vermelho, em São Paulo, e para julho na Galeria Silvia Cintra, no Rio de Janeiro.







Diferentemente de *Cruzada*, que une e agrega, o vídeo *Confronto* (acima, esquerda) segue em caminho oposto. Em *Sobre este mesmo mundo*, o muro da linguagem desmorona. A relação tempo, memória e reescrita permeia o trabalho dessa jovem mineira. Não basta ver, é preciso vivenciar

# FAZER MAIS COM MENOS

Por Carlos Costa

Inovar é fazer mais com menos, ensina Antonio Carlos Teixeira Álvares, professor do Departamento de Produção e Operações Industriais da EAESP (Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getulio Vargas), na reportagem publicada a partir da página 15 desta edição, que tem como eixo central a discussão da postura inovadora como condição para o grande salto que apostamos para o nosso país.

Ao terminar o trabalho de edição desta revista, essa foi a frase que mais marcou. E me fez lembrar o amigo Alberto Chiodi, companheiro de estudos secundários em uma instituição religiosa em São José dos Pinhais (PR) na década de 60 do século passado. Alberto não sabia disso, mas sempre foi um desses inovadores que faz mais com menos.

A instituição em que estudávamos era um seminário, preparando padres para os quadros da igreja católica. Filho de uma numerosa família de lavradores, Alberto realizara os estudos primários em uma escola rural que certamente apresentava as deficiências típicas de nosso ensino básico, um "escândalo" que ainda persiste e foi apontado pelo deputado Newton Lima Neto no debate que encabeça este número. Como consequência disso, Alberto apresentava notas baixas em matemática, sempre passava "raspando", como se dizia então. E por isso foi direcionado para se tornar não um padre, mas um frade, ou irmão leigo na terminologia católica. Numa visão nada inovadora que ainda persiste naquele ambiente, irmãos leigos eram auxiliares e realizavam os trabalhos pesados, sem muita participação nas decisões da comunidade.

O fato de Alberto ser um estudante criativo, às voltas com inventos que incluíram até a construção de um rádio de galena (um receptor extremamente simples que não utilizava pilhas ou energia da rede elétrica, o circuito convertia em som os sinais de rádio captados pela antena) não foi suficiente para entender que havia ali apenas um histórico de aprendizado mal desenvolvido, e não falta de talento.

O certo é que o rapaz ficou encarregado dos trabalhos de rotina daquele grande espaço do seminário, hoje convertido em campus da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Além de aprender trabalhos de carpintaria, especializando-se na produção de lambris, Alberto durante um período foi o encarregado, com outro irmão leigo, Felipe Santiago, um laborioso cearense, de cuidar do galinheiro e da produção de ovos. As poedeiras ocupavam galpões adequados e modernos, com sistema rolante de ração, mas a produção deixava a desejar. Nosso criativo inventor, sem apelar para recursos ou altos investimentos, criou com dois singelos relógios despertadores mecânicos um sistema que aumentou notavelmente a produtividade do galinheiro. Ligados por fios a uma tomada de luz, os dois despertadores eram programados para soar o alarme em horas diferentes, digamos às 2 e 3 da madrugada. Quando o primeiro soava, a chaveta traseira começava a dar voltas, fazendo o fio acionar a tomada de luz, que acendia todas as lâmpadas do galinheiro. Despertas, as galinhas se punham a comer ração, como se iniciassem um novo dia. Um tempo depois, o segundo despertador tinha o alarma acionado, realizando o movimento inverso do fio, desligando a tomada de luz. E as galinhas voltavam a dormir. As poedeiras passaram a produzir uma média de três ovos a cada dois dias.

Uma década depois, com passagens por cidades como Dr. Ricardo (RS) e o bairro de Campo Grande, no Rio de Janeiro, Alberto decidiu retomar os estudos. Formou-se em pedagogia em São Paulo, e durante o curso conheceu sua esposa Célia, psicopedagoga, e juntos foram trabalhar como educadores na obra de construção da usina de Salto Santiago, no sudoeste do Paraná. Ficaram ali quase sete anos, num trabalho criativo de formação de crianças, filhos dos operários da hidrelétrica em construção.

Hoje aposentados, residindo na hoje inovadora cidade de São José dos Pinhais (segundo município em arrecadação do Estado do Paraná), Célia e Alberto continuam suas propostas de criatividade. Ela com sua clínica de atendimento para crianças com problemas de aprendizagem. Ele inventando sistemas de captação de água da fonte que brota no terreno da casa, desenvolvendo técnicas de bonsai ou produzindo frutos desidratados, e construindo um aquecedor solar utilizando pets (embalagem plástica de refrigerantes), numa aplicação prática da lição do professor Antonio Carlos Teixeira Álvares: inovar é fazer mais com menos.

FIM



www.fgv.br/direitogv/gvlaw

agência3




O GV*law* possui uma abordagem multidisciplinar, oferecendo aos seus alunos um desenvolvimento muito mais amplo e em total sintonia com as necessidades dos seus escritórios e clientes. Isso porque, além das áreas tradicionais do Direito, o advogado poderá aprimorar seus conhecimentos em Economia, Finanças, Administração, Negociação, Marketing, Contabilidade, entre outros.

Rua Rocha, 233 - Bela Vista - Tel.: 3799-7777 - Fax: 3262-3633 - gvlaw@fgv.br

FGV GVlaw

agência13

# DIREITO GV

***di.rei.to** 1 Dir. Ciência das normas obrigatórias que estuda o conjunto das leis que disciplinam as relações dos homens na sociedade e que possui uma perspectiva interdisciplinar, focada na prática moderna da advocacia e na internacionalização dos mercados e governos em escala mundial. Um novo paradigma de ensino e pesquisa.*

A DIREITO GV estruturou um curso de graduação que propõe um conjunto de inovações. As novidades partiram do processo seletivo, formulado para avaliar as habilidades específicas do candidato. O curso tem período integral nos três primeiros anos e o currículo flexível é constantemente adaptado ao que acontece no mundo. Além disso, contribuem para credenciar a **DIREITO GV como a escola do futuro:** o corpo docente formado totalmente por doutores, a metodologia de ensino, a produção científica, as oficinas práticas, o material didático exclusivo e a inserção internacional.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

DIREITO GV
ESCOLA DE DIREITO DE SÃO PAULO

**Conheça mais em fgv.br/direitogv**